

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O PAPEL DOS ECONOMISTAS NA CONSOLIDAÇÃO
DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DE CATEGORIAS
GRAMSCIANAS**

JULIA BUSTAMANTE SILVA
matrícula nº: 110051038

ORIENTADORA: Prof.^a Angela Ganem

JANEIRO 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O PAPEL DOS ECONOMISTAS NA CONSOLIDAÇÃO
DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DE CATEGORIAS
GRAMSCIANAS**

JULIA BUSTAMANTE SILVA
matrícula nº: 110051038

ORIENTADORA: Prof.^a Angela Ganem

JANEIRO 2016

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora

AGRADECIMENTOS

Tentar agradecer a todas e todos que me ajudaram neste processo seria uma tarefa ingrata, pois há sempre o risco de esquecer alguém fundamental. Ainda mais para que aqueles que, como eu, fazem parte dessa gente em quem a tal primeira pessoa do singular foi se transformando pouco a pouco na primeira e profunda pessoa do plural. Não posso, no entanto, deixar de agradecê-las em conjunto, todas e todos que me ajudaram neste longo caminho – dentro e fora da academia – e que transbordariam de quantas páginas houvesse por serem muitos e muito vivos para caber em palavras.

Ensaando o esforço de mencionar algumas das figuras mais marcantes, gostaria de agradecer em primeiro lugar ao meu pai, por ter me apresentado Gramsci e tantos outros e tanta coisa que me construiu em caráter e ideias. Por ter me dito um dia que “não basta que seja pura e justa nossa causa, é necessário que a pureza e a justiça estejam dentro de nós”, pelas discordâncias e questionamentos que me fazem buscar me superar cotidianamente. Também a minha mãe, por ser quem mais acredita, por mostrar que a vida não é um todo lógico que cabe em um manual de instruções. Por fazer do afeto o lugar mais presente e de nossas diferenças a receita do mais sincero amor.

Gostaria também de agradecer às amigas que trazem teatro, música e todo tipo de arte e alegria para minha vida, sem elas nada seria possível. Ao Renato, pelo início, pela ideia, pelas conversas e por toda tranquilidade que eu não tenho. Somos companheiros já te tanta coisa há tanto tempo e fico feliz de terminar esse trabalho dividindo com você uma casa, mesmo que ainda em construção.

Um agradecimento mais sincero e necessário ao professor Rodrigo Castelo Branco, membro do Grupo interinstitucional de Educação, Poder e Estado (GIEPE), com quem o contato me trouxe enorme alegria e contribuição acadêmica fundamental. Agradeço-o pela grande contribuição ao meu pequeno conhecimento do pensamento gramsciano (eximindo-o obviamente dos erros e lacunas que certamente ficaram).

Em relação as tais pessoas do plural, preciso agradecer ao Centro Acadêmico Stuart Angel, ao DCE Mário Prata e toda uma geração que me trouxe força, aprendizado e alegria. Menciono aqui também todas e todos os integrantes do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA), importante trincheira que cavamos.

Agradeço enormemente aos coletivos Nós Não Vamos Pagar Nada, ao RUA e a todas e todos que são ou foram seus integrantes (em especial essa nossa geração 92), inclusive os que o tempo fez trilhar outros caminhos, por terem me ensinado tudo que não se aprende nos livros, tudo do mais importante. Por me mostrarem que a universidade é muito mais do que prédios e salas e aulas: ela é feita de gente que pulsa, sonha e luta. E ela é também um importante campo de batalha.

E por fim, e principalmente, agradeço à Angela Ganem, professora que me orientou nesta monografia. Muito obrigada por me aceitar no desafio, pela orientação acadêmica, enfim, por ter tornado possível essa importante etapa na minha trajetória.

*Entrar na Academia já entrei
mas ninguém me explica por que essa torneira
aberta neste silêncio de noite
parece poesia jorrando...
Sou bugre mesmo
me explica mesmo
me ensina modos de gente
me ensina a acompanhar um enterro de cabeça baixa
me explica por que um olhar de piedade
cravado na condição humana
não brilha mais que anúncio luminoso?
Qual, sou bugre mesmo
só sei pensar na hora ruim
na hora do azar que espanta até a ave da saudade
Sou bugre mesmo
me explica mesmo
se eu não sei parar o sangue, que que adianta
não ser imbecil ou borboleta?
Me explica por que penso naqueles moleques
como nos peixes
que deixava escapar do anzol
com queixo arreventado?
Qual, antes melhor fechar esta torneira, bugre velho...*

Manoel de Barros

RESUMO

No presente trabalho examinaremos parte do período que compreende o processo da Revolução Burguesa no Brasil, com foco nos anos entre 1954 e 1967, importantes na consolidação da transição para o capitalismo monopolista. Partindo dos referenciais gramscianos, dos trabalhos de Florestan Fernandes e de René Dreifuss, bem como de uma perspectiva crítica da História do Pensamento Econômico, procuraremos analisar como se articularam as produções teóricas e as práticas de intelectuais orgânicos associados à burguesia multinacional e associada, de modo a dar o nexos necessário um novo bloco histórico no Brasil, que tem como marco de emergência a resolução da crise orgânica da década de 1960, que se deu com o golpe de 1964.

Palavras-chave: intelectuais, bloco histórico, ditadura militar, revolução burguesa

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS..... | 12 |
| I.1 - CONTEXTO HISTÓRICO..... | 12 |
| I.2 – HEGEMONIA..... | 14 |
| I.3 - INTELLECTUAIS E IDEOLOGIA..... | 17 |
| I.3.1 - O CONCEITO EM MARX E ENGELS..... | 18 |
| I.3.2 - O CONCEITO EM GRAMSCI..... | 20 |
| I.3.3 – INTELLECTUAIS..... | 22 |
| I.4. BLOCO HISTÓRICO, CRISE ORGÂNICA E REVOLUÇÃO PASSIVA..... | 23 |
| CAPÍTULO II - O CONTEXTO HISTÓRICO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL..... | 28 |
| II.1. - ANTECEDENTES..... | 29 |
| II.2. - A CRISE ORGÂNICA: DO SUICÍDIO DE VARGAS AO GOLPE (1954-1964) | 34 |
| II.3 - CONSOLIDAÇÃO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: AS BASES DO NOVO MODELO DE ACUMULAÇÃO..... | 42 |
| CAPÍTULO III - OS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS DA GRANDE BURGUESIA...47 | |
| III.1. BREVES BIOGRAFIAS..... | 48 |
| III.2. - ALGUNS IMPORTANTES APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA..... | 52 |
| a) A Escola Superior de Guerra (ESG)..... | 53 |
| b) O complexo IPES/IBAD..... | 54 |
| c) A Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (Consultec)..... | 57 |
| d) Análise e Perspectiva Econômica (APEC)..... | 58 |
| e) Associação Nacional de Programação Econômica e Social (Anpes)..... | 59 |
| f) O ensino de economia no Brasil..... | 60 |
| III.3 – CONTROVÉRSIAS..... | 63 |
| III.3.1. - PLANEJAMENTO ESTATAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO..... | 63 |
| III.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, INFLAÇÃO E A DEFESA DO ARROCHO SALARIAL..... | 69 |
| III.3.3 - RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA NACIONAL E CAPITAL ESTRANGEIRO..... | 79 |
| III.3.4 - A AGRICULTURA..... | 82 |
| III.4 CONCLUSÃO..... | 88 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 90 |

INTRODUÇÃO

A emergência do capitalismo monopolista resulta de mudanças estruturais que implicam um grande crescimento industrial e uma concentração da produção, fazendo com que empresas reúnam diversos ramos industriais combinados. Esse processo se relaciona com a expansão do imperialismo, fase superior do desenvolvimento capitalista.

A questão da Revolução Burguesa no Brasil surge com a busca de interpretações acerca da transformação de uma sociedade pré-capitalista para o modo de produção especificamente capitalista em nossa formação econômico-social determinada – dependente e contraditória – isto é, da emergência das relações sociais de produção e propriedade que lhe são características e da consolidação da supremacia burguesa. Essa foi uma busca que se moveu em compasso com a luta de classes no Brasil, ligada aos projetos das distintas classes.

No Brasil, a consolidação do capitalismo no Brasil ocorre num processo descrito por Florestan Fernandes (1974) como “lento e morno”, marcado pela dupla articulação, em que a burguesia busca atingir o ápice da transformação capitalista sem romper – e reforçando – o caráter dependente de nossa formação social, com sua característica da dupla articulação – isto é, do desenvolvimento desigual interno aliado à dominação imperialista externa – o que lhe trouxe ritmos e condições particulares.

O longo processo de consolidação do poder burguês, que se estende do final do Império, com o surgimento do trabalho assalariado e da “ordem econômica competitiva” - até meados da primeira metade do século XX, marca uma perda de hegemonia por parte das oligarquias que foi, no entanto, pactuada pelo alto. Um processo desigual e combinado que conjugou passado e presente conciliando os interesses das elites rurais com as necessidades da modernidade industrial e que tem no golpe empresarial-militar de 1964 o marco de transição para o capitalismo monopolista, na forma de uma contrarrevolução preventiva que evidenciou o caráter autocrático de nossa burguesia (FERNANDES, 1974).

Consideramos como uma de nossas referências fundamentais a obra de Florestan Florestan, que se inseriu – ao contrário do que faz crer o silêncio sobre o autor na maioria dos livros sobre a história do pensamento econômico brasileiro – na controvérsia sobre os projetos de transformação nacional ou sobre a Revolução Brasileira (CASTELO, 2011).

O presente trabalho se insere, portanto, no conjunto daqueles que buscaram apreender a formação social brasileira, o processo de consolidação e das transições do capitalismo no Brasil, a partir de uma perspectiva materialista que relaciona os processos históricos e sua

expressão em determinados valores econômicos, políticos e ideológicos, que tomam forma na dominação de classe.

Desde meados da última década assistimos a uma retomada dos ideais desenvolvimentistas, no que passou se denominar de novo desenvolvimentismo. Esta retomada, bem como suas implicações políticas e ideológicas, despertam o interesse por uma melhor compreensão do que foi o desenvolvimentismo. Tal interesse não surge no vazio. Ele começa a partir de uma série de estudos sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB), dentre os quais é necessário citar o livro *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*, de 2011, escrito por pesquisadores do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile da UFRJ (Lema).

Outra herança que nos é cara é a dos trabalhos que buscaram analisar nossa formação econômico-social tendo como base os referenciais gramscianos. Este é um conjunto vasto de obras, que trouxe rica contribuição para a compreensão de nossas especificidades, apesar de seu relativamente escasso entrelaçamento com as análises realizadas no âmbito da ciência econômica. A obra de René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado* (1981), que buscou entender o desenrolar do golpe de 1964 e a organização das elites para empreender tal ação, é nossa principal referência dentre esse conjunto de interpretações.

A relevância do tema aqui abordado, bem como o interesse pelo mesmo, também advêm da necessidade de compreender e intervir sobre o presente. Isto porque observa-se a permanência de grande parte das características analisadas neste período, expressas no caráter autocrático de nossa elite dominante, do capitalismo monopolista e da não resolução da questão agrária. Sendo assim, esse trabalho teve por influência o marco recente dos cinquenta anos do golpe de 1964 e dos esforços que foram empreendidos por pesquisadores como os reunidos no *Coletivo Mais Verdade*, com os quais a autora teve breve contato e que realizaram enorme esforço por compreender – no âmbito das pesquisas das Comissões da Verdade – as relações entre a ditadura e os grupos econômicos.

Durante os anos 1950 e 1960, pano de fundo para nossa pesquisa, houve um alargamento da sociedade civil brasileira, com o surgimento e consolidação de diversos aparelhos privados de hegemonia, processo longamente analisado por Dreifuss. Procuramos resgatar parte do contexto da evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil, tendo como foco os anos entre 1954 e 1967, anos definidores da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista e da consolidação da revolução burguesa. Durante este período tem lugar o golpe empresarial-militar, que marca a dissolução do pacto populista e altera o processo de modernização conservadora do capitalismo brasileiro, aprofundando seu contorno autocrático.

Devido ao caráter do presente trabalho, monográfico, foi adotado um recorte temporal restrito dentro do processo mais geral de consolidação do poder burguês no Brasil. O período escolhido, que se estende de 1954 a 1967, se inicia com o suicídio de Vargas e vai até o último ano de recessão da década de 1960, que antecede o chamado “milagre econômico”. Estes são anos de intensa industrialização, internacionalização e de ascensão das lutas sociais, em que os projetos de classe se encontravam - até 1964 – em franca disputa, sendo propícios para a análise da relação da produção de certos intelectuais com a formulação e implementação do projeto burguês.

O ano de 1954 pode ser compreendido como marco do fim da política de compromisso (MARINI, 1965), assumida na ditadura Vargas entre as frações da burguesia industrial e o setor agrário-exportador. Os interesses conciliáveis que permitiram um pacto durante os anos 30 e 40 se convertem nos anos 1950 em interesses mais marcadamente antagônicos. Sendo assim, em busca de seu espaço, a grande burguesia multinacional e associada lança mão de disputas de hegemonia. O golpe que ocorre durante este período marca uma ação orientada de classe visando a manutenção da supremacia sobre o proletariado que, após uma década de ascenso, ensaiava querer algo mais do que a condição de subalternidade.

Estes são, portanto, anos decisivos para afirmação da hegemonia desta fração da classe burguesa, o que não foi feito certamente sem o momento da coerção, como deixa evidente o desfecho trágico que esta disputa adquirirá no período analisado. O ano de 1964 também pode ser compreendido como marco da derrota de um possível projeto de desenvolvimento mais autônomo. Se antes poderia haver dúvidas sobre a existência de uma “burguesia nacional” com projeto de desenvolvimento autônomo, acreditamos que o golpe empresarial-militar marca a opção pelo capitalismo dependente.

O primeiro capítulo tem por objetivo expor a base teórico-metodológica sobre a qual realizamos nosso estudo acerca do papel dos intelectuais orgânicos da grande burguesia multinacional e associada na conformação do bloco histórico desenvolvimentista e autocrático no Brasil. Para tal, resgatamos as contribuições de Antonio Gramsci a partir da leitura dos Cadernos do Cárcere e de comentadores da obra, enfatizando os conceitos de hegemonia, supremacia, ideologia, intelectuais, bloco histórico, crise orgânica e revoluções passivas. É importante ressaltar que nossa leitura de Gramsci ressalta sua filiação ao marxismo, em um movimento de absorção e ruptura com as obras de Marx, Engels e Lênin.

No segundo capítulo é realizado um resgate histórico do processo de revolução burguesa no Brasil, da crise orgânica pela qual passou o país no início da década de 1960 e das bases para sua resolução, a partir de elementos econômicos, políticos e sociais. A base de nossa análise são as contribuições de autores como Florestan Fernandes – que buscou analisar

a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista e o caráter autocrático da dominação burguesa em nossa país – e René Dreifuss, historiador uruguaio que resgatou o processo que levou o golpe a partir da ação de importantes aparelhos privados de hegemonia.

O terceiro capítulo visa o estudo das formulações de alguns dos principais intelectuais orgânicos da grande burguesia no período, e suas propostas econômicas para o projeto modernizante-conservador de superação da crise orgânica dos anos 1960, a partir do resgate de relevantes controvérsias dos anos 1950/1960. Procuramos também apresentar um inventário dos aparelhos privados de hegemonia em que se concentravam os representantes da burguesia multinacional e associada – trabalho em grande parte já realizado por René Dreifuss – e analisar a produção acadêmica de alguns dos principais representantes teóricos, no plano da ciência econômica, do novo bloco.

Assim sendo, pretendemos compreender como os intelectuais de uma ciência específica – a ciência econômica – vieram a atuar na sistematização das principais questões da burguesia no período, construindo uma coesão e consolidando seu projeto de classe. Sem qualquer pretensão de originalidade, acreditamos estar presentes neste trabalho um esforço no sentido do necessário resgate da relação entre os economistas e a consolidação do bloco histórico, o que contribui para a compreensão das relações da história do pensamento com a luta de classes em nosso país.

CAPÍTULO I. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Antonio Gramsci foi militante e dirigente do Partido Comunista Italiano. Escritor do início do século XX, procurou pensar a especificidade da transição para o socialismo a partir das transformações decorrentes da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Seus *Cadernos do Cárcere*, escritos entre 1929 e 1935 durante sua prisão pelo fascismo, representam uma filiação e desenvolvimento das ideias de autores como Marx, Engels e Lênin. Assim, a perspectiva aqui apresentada compreende Gramsci como um intelectual do campo dos revolucionários, comunistas e marxistas.

A leitura dos *Cadernos*, compostos de notas não organizadas para publicação, escritas sob censura e ausência de fontes e livros originais, representa um grande desafio. Não obstante, seguem sendo um dos mais importantes aportes ao marxismo, especialmente no campo do estudo das superestruturas e da crítica ao economicismo que vigorava nas principais formulações da II Internacional.

Gramsci apresenta uma vinculação dialética com Lênin – e, por decorrência, com Marx – que representa ao mesmo tempo uma absorção e uma renovação realizada ao longo do seu desenvolvimento histórico e intelectual. As contribuições originais de Gramsci são entendidas como uma continuidade das obras de tais autores marxistas, ao mesmo tempo em que a superam e dão conta de explicar a nova realidade histórica do período.

Neste capítulo, pretendo retomar alguns dos conceitos desenvolvidos por Gramsci nos *Cadernos*, a partir de intérpretes como Carlos Nelson Coutinho, Christine Buci-Glucksmann, Hugues Portelli, Luciano Gruppi e Rodrigo Castelo. Tais conceitos serão utilizados na análise realizada nos capítulos seguintes.

I.1. CONTEXTO HISTÓRICO

Nesta seção, busca-se expor brevemente o contexto histórico em que Gramsci estava inserido para um melhor entendimento das condições que permitiram suas formulações e produção intelectual.

Antonio Gramsci nasceu em 1891 e morreu em 1937, após passar cerca de onze anos no cárcere durante o regime fascista. Sua cidade natal fazia parte da Sardenha, no Sul da península, região de economia agrícola e sociedade mais estratificada da Itália, tida como atrasada.

No início do século XIX, a Itália era uma região dividida em diversos reinos, cada um com legislação e monarca próprios. Seu processo de unificação se deu na segunda metade do

século e foi chamado de *Risorgimento*, tendo sido objeto profundamente estudado por Gramsci.

O Risorgimento se deu através da unificação de interesses burgueses do Norte e dos grandes latifundiários do Sul, uma aliança “pelo alto” que alterou conservando através de um pacto de elites. Assim, o processo de formação do Estado burguês moderno na Itália se deu através dos moderados, acentuando um caráter conservador e protecionista, sem participação popular massiva. Tal processo aprofundou desigualdades entre o Sul e o Norte e impediu a efetivação de um ideário nacional, dificultando uma coesão da própria classe burguesa. Um dos elementos que possibilita a formulação do conceito de revolução passiva é a crítica gramsciana direcionada ao Risorgimento.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo na Itália, que se dá com forte presença da Igreja católica, com pouco espaço para participação popular e com limitações da burguesia em conformar um Estado democrático e liberal, marca fortemente o pensamento gramsciano. Se levarmos em consideração o fato de que a Itália passou por processo tardio de unificação, de formação de um Estado, a época de nascimento de Gramsci era ainda uma época em que se podiam sentir os resquícios do “Antigo Regime” italiano.

O início do século XX foi uma época de profunda crise na Itália. As guerras de unificação haviam se estendido até 1870, mas os problemas políticos e sociais ainda não tinham terminado, dentre eles a questão dos dialetos e diferenças entre as regiões e o fato de que o papado romano não aceitava se submeter ao rei da Itália.

Em nível mundial, entre fins do século XIX e o primeiro quarto do século XX diversas modificações e distúrbios ocorreram no capitalismo. Vemos neste momento o surgimento de partidos comunistas massivos, a consolidação do Imperialismo e a Primeira Guerra Mundial. Também ocorre neste período a revolução proletária na Rússia, em outubro de 1917.

Encerrando a fase dos anos dourados do liberalismo capitalista, o evento que teve maior impacto nesta altura foi a Primeira Guerra Mundial, fruto das disputas imperialistas sobre colônias e mercados, o que colocou em evidência contradições do sistema capitalista até então abafadas.

A Itália entrou na guerra em 1915 ao lado da Tríplice Entente (Império Russo, França e Reino Unido), atacando a Áustria-Hungria e a Alemanha, no entanto, saiu da guerra sem grandes vitórias, tendo apenas anexado três territórios, o que gerou revolta na população.

Enquanto isso, regiões do Norte da Itália, notadamente a cidade de Turim, passavam por um rápido processo de industrialização, contratando trabalhadores de várias regiões do país. Esta foi uma época de fortalecimento dos sindicatos e de eclosão de conflitos sociais e trabalhistas, marcado por uma ascensão dos movimentos de massa. Entre 1919 e 1923, se

difundem os conselhos de fábricas, dos quais Gramsci seria uma liderança. Neste contexto de ascensão de mobilizações, parte das classes dominantes passa a apoiar política e economicamente a milícia fascista contra os operários, sindicalistas e comunistas.

Após diversas críticas às posições do Partido Socialista Italiano, em 1921 Gramsci participa da fundação do Partido Comunista Italiano. Em 1922, Benito Mussolini, que foi apoiado pela burguesia e pela Igreja, tornou-se primeiro-ministro da Itália, o que fez com que a situação se agravasse e diversos líderes comunistas fossem presos.

Em 1925, se inicia a ditadura fascista na Itália e, em 1926, Gramsci é preso. Após sua prisão, o refluxo das ondas revolucionárias o faz buscar renovar sua análise do processo revolucionário nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Assim, a obra teórica de Gramsci foi produzida em meio a um contexto de consolidação do capitalismo monopolista, durante uma grave crise vivida pelo capitalismo nos anos de 1920 e 1930 e das lutas contra o nazismo e o fascismo. Gramsci vive e tenta dar respostas às questões de sua época.

O autor viveu este período de ascenso revolucionário na Europa e, quando na prisão, usou sua experiência militante para formular sobre a derrota do movimento operário no Ocidente, a partir da Itália, e sobre os significados da vitória da fração mais à direita da burguesia. Uma das grandes contribuições gramscianas foi justamente essa sintonia com os acontecimentos e processos históricos, seu entendimento das especificidades e da necessidade de se pensar uma alternativa para o processo revolucionário nesta situação concreta das sociedades ocidentais.

Nas seções seguintes, analisaremos brevemente alguns importantes conceitos na obra de Gramsci.

I.2. HEGEMONIA

O desenvolvimento do conceito de hegemonia deve ser compreendido no contexto do desenvolvimento da própria teoria marxista. Considerado por autores como Gruppi (1980) como fio condutor das obras de Gramsci em sua maturidade, é também um importante ponto de ligação com Lênin, ao lado da questão da revolução e da análise sobre o partido político.

Gramsci foi o principal autor a desenvolver o conceito de hegemonia e sua formulação deve ser entendida enquanto parte do desenvolvimento da teoria marxista do Estado e da revolução. Tal formulação, feita pelo autor italiano a partir de Lênin, tem seu caráter de maior originalidade, segundo Carlos Nelson Coutinho, no conceito de “sociedade civil”, na ampliação do Estado por ele realizada. Tal conceito seria para Gramsci “portador material da

figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1981, p.87).

A teoria ampliada do Estado realizada por Gramsci foi possível devido ao desenvolvimento histórico do próprio sistema capitalista e dos aparelhos privados de hegemonia. Marx e Engels têm por mérito em sua Teoria do Estado a revelação do caráter de classe desta construção, isto é, do fato de que o Estado existe porque existe uma divisão de classes na sociedade e que sua função é justamente preservar a dominação de uma dessas classes, impondo para a sociedade como um todo seus interesses particulares.

Marx e Engels ressaltam, portanto, o caráter coercitivo do Estado, o enxergam como o conjunto de mecanismos que atuam no sentido de repressão. Não puderam, tal qual fez Gramsci posteriormente, analisar a outra face deste processo – a do consenso – de manutenção da dominação.

Gramsci, sendo um autor italiano do século XX, assistiu a uma gama de acontecimentos e transformações que significaram a *socialização da participação política* e que foram fundamentais para o desenvolvimento do conceito de sociedade civil. Dentre tais transformações estão a ascensão do movimento de massa, sufrágio universal, fortalecimento de agremiações como sindicatos, associações corporativas e partidos políticos.

Assim, Gramsci não nega a Teoria Marxista do Estado desenvolvida anteriormente, mas a enriquece de novas determinações. Isso se dá particularmente através do reconhecimento dos aparelhos privados de hegemonia (COUTINHO, 1981) – que tornam a determinação da superestrutura pela estrutura mais mediatizada quanto mais desenvolvida a sociedade civil – e do fato de que a dominação é composta tanto pelo momento da repressão quanto do consenso, sendo este último terreno a arena sobre a qual se dá a batalha pela hegemonia da sociedade. A análise gramsciana aporta, portanto, importante contribuição, ao ressaltar o caráter unitário dos métodos de supremacia, que combina hegemonia/consenso e coerção, isto é, os momentos tanto da esfera da sociedade civil quanto da sociedade política:

Embora insista sobre a diversidade estrutural e funcional das duas esferas da superestrutura, Gramsci não perde de vista o momento unitário. (...) O termo supremacia designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura. (COUTINHO apud CASTELO, p.41)

O Estado, entendido como equilíbrio entre sociedade política (esfera de predominância da coerção) e sociedade civil (esfera do consenso) tem, portanto, seu sentido aumentado. Segundo Carlos Nelson Coutinho:

“(...) o Estado em sentido amplo, “com novas determinações”, comporta duas

esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc”. (COUTINHO, 1981, p.91)

Os aparelhos privados de hegemonia são um conjunto de instituições ditas privadas – escolares, políticas, culturais – que qualificam e “materializam” a hegemonia. As escolas, Igrejas, sindicatos etc. servem como mecanismo de execução da hegemonia da classe dominante e contra-hegemonia das classes subalternas. Os intelectuais são fundamentais neste processo em que uma organização aparentemente “privada” contribui para a unificação política de uma classe, ao “cimentar” a relação entre estrutura e superestrutura, conformando um bloco histórico.

Gramsci apreende e desenvolve o conceito de hegemonia, anteriormente pensado por Lenin no contexto da revolução de 1905 ao defender a possibilidade de direção do proletariado no processo de revolução burguesa. Enquanto os mencheviques defendiam que, em sendo uma revolução burguesa, sua direção cabia à burguesia, Lênin defendeu algo inteiramente distinto: ela é tarefa do proletariado, por ser este o único que pode levar adiante uma revolução democrático-burguesa de maneira consequente, até o fim. Assim, no processo russo seria necessária uma aliança política com o campesinato como forma de obter a direção do processo revolucionário, de ampliar seu sentido estritamente burguês de forma a acumular forças para a ruptura socialista.

Sua primeira referência ao conceito é justamente num escrito de 1905, em que afirma:

Segundo o ponto de vista proletário, a hegemonia pertence a quem se bate com maior energia, a quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo; pertence àquele a cujas palavras correspondem os fatos e que, portanto, é o líder ideológico da democracia, criticando-lhe qualquer inconsistência. (LENIN apud GRUPPI, 1980, p.11)

Como afirma Buci-Glucksmann (1990, p.232-233), Gramsci retoma os mesmos elementos do conceito leninista. A hegemonia é um conceito que expressa um processo político, de afirmação da direção de uma classe em meio a um arco de alianças. Cabe ao proletariado se afirmar enquanto força política unificada e independente, exercendo uma direção político-cultural sobre as forças sociais que se opõem ao capitalismo (COUTINHO, 1981).

Ou seja, a hegemonia do proletariado é algo que se dá no plano político, quando essa classe se afirma como direção intelectual e política. Ela é possível de ser apreendida devido à ampliação do Estado realizada por Gramsci. Um novo bloco histórico depende de interesses econômicos, mas também de uma conformação política e cultural, daí o papel fundamental atribuído por Gramsci à disputa pela hegemonia. Para o autor, a questão da hegemonia, da conquista do consenso, adquire enorme centralidade no pensamento sobre a transição para o socialismo e a manutenção da ordem burguesa.

Assim, este conceito retoma a importância da análise das situações concretas e da incidência organizada sobre tais situações – unidade de teoria e da prática. É, portanto, uma crítica das mais ferozes ao marxismo “contemplativo” que existia dentro da II Internacional e do Partido Socialista Italiano. A conquista da hegemonia – luta travada ainda no interior do capitalismo – é de acordo com o autor fundamental para a constituição da base social da ditadura do proletariado.

Como foi “herdeiro” de Lênin, Gramsci retoma a importância do momento político e da necessidade de se afirmar enquanto classe dirigente e não apenas dominante. A hegemonia expressa justamente essa capacidade de unificar a partir de um programa político e projeto de sociedade um bloco heterogêneo de forças sociais, o que passa pela formulação e “aceitação” de uma nova concepção de mundo. Assim, para conquistar a hegemonia da sociedade, uma classe precisa passar a ser *classe nacional*, isto é, precisa elevar-se da consciência corporativista para uma universal, ou nos termos de Marx dar um salto de *classe-em-si* para *classe-para-si*.

Nas palavras de Gruppi (1980, p.59):

A hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo.

I.3. INTELECTUAIS E IDEOLOGIA

A questão da ideologia é uma das mais controversas dentro do marxismo, tendo sido objeto de intensos debates e contribuições por parte dos mais diversos autores. Neste tópico pretendo sintetizar algumas das formulações de Marx, Engels e Gramsci acerca do tema, sem intenções de esgotá-lo. Isto porque Gramsci foi, ao lado de Lukács e Lênin, um dos autores do século XX que mais desenvolveu essa temática a partir das reflexões de Marx e Engels.

Apesar de a ideologia enquanto questão retomar a tempos muito anteriores, enquanto um conceito mais definido é contemporânea à Revolução Francesa e ao Iluminismo. Surgiu a partir da obra de Destutt de Tracy e do grupo autointitulado *Ideólogos*, representando uma

“ciência das ideias” ou “teoria geral das ideias”. Em sua concepção original no *Institute de France*, portanto, a noção de ideologia era equivalente à de conjunto de ideias (IASI, 2011).

No entanto, por serem afiliados a uma concepção burguesa, os autores que utilizavam o termo pretendiam com isso dar conta das ideias em geral, universalizadas para toda a sociedade independentemente da divisão em classes.

Tendo um sentido original conotativamente positivo atribuído por seus formuladores, o termo passou a ter uma aceção negativa quando Napoleão – então governante na França – rejeitou a aproximação com o grupo dos ideólogos e sua metafísica. Esta foi a aceção que prevaleceu ao longo dos anos subsequentes.

Podemos afirmar, grosso modo, que existem duas aceções do conceito na tradição marxista: uma *positiva* e uma *negativa*. Alguns autores também se referem a um significado *fraco* e um significado *forte*. O significado forte, ou negativo, seria aquele em que a ideologia aparece como uma inversão, uma distorção do conhecimento. Assim, a ideologia teria um papel no campo da dominação. Já no significado *fraco*, ou positivo, o termo aparece como conjunto de ideias pertencentes a um grupo ou classe, e que o orienta para ação. Neste último caso, a categoria seria mais aberta, comportando diferentes posições de classe e admitindo, por exemplo, tanto uma ideologia burguesa quanto uma ideologia proletária.

Retomaremos agora o conceito a partir das contribuições de Marx e Engels, autores do século XIX, e de Gramsci no século XX.

1.3.1. O CONCEITO EM MARX E ENGELS

Karl Marx e Friedrich Engels foram autores do século XIX, época de importantes transformações, de consolidação e expansão do modo de produção capitalista e da entrada do proletariado enquanto classe na arena política. Estes autores elaboraram, no esforço de sua crítica aos jovens hegelianos, *A ideologia alemã*, escrita entre 1845 e 1846.

Neste livro, que nunca teve uma versão final para publicação, defendem que até então os filósofos tinham elaborado falsas representações, haviam invertido a realidade a partir da abordagem idealista hegemônica. Para Marx e Engels, tais pensadores não conseguiam pensar a materialidade de suas ideias, ou seja, sua própria historicidade, a relação de sua produção intelectual com a base material da produção da vida. Esse livro marca, portanto, seu esforço de opor a concepção materialista à idealista, no processo de formulação do materialismo histórico.

A ideologia torna-se uma questão para esses autores a partir desta trajetória de crítica a Hegel e aos jovens hegelianos¹. Segundo eles, os jovens hegelianos, ao procurarem romper

¹ O conceito de ideologia perpassou a obra de Marx e de Engels desde as produções da juventude – *Crítica a filosofia do direito de Hegel*, *A questão judaica*, *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*,

com Hegel, criticando as representações que os velhos hegelianos veneravam, permaneceram dentro de seu sistema de pensamento, suas críticas eram apenas pontuais. Estes autores acreditavam ser necessário lutar unicamente contra as ilusões da consciência. Posto que as relações dos homens eram para eles produto de sua consciência, então alterar essa consciência seria a forma de alterar a realidade. Assim, não pensaram a ligação entre a filosofia alemã e a realidade nacional (MARX e ENGELS, 2009).

Para Marx e Engels, ao contrário, os indivíduos são dependentes das condições materiais da sua produção. Como afirmam em *A Ideologia Alemã*: “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina sua consciência” (MARX e ENGELS, 2009, p. 32). A história é possível porque existem seres humanos vivos, que se relacionam com a natureza e entre si. Sua análise deve partir justamente dessa base material e da ação de homens e mulheres que agem e coletivamente a transformam, para então realizar uma articulação com as ideias produzidas em cada época.

Assim, revolucionam a forma de pensar a produção do conhecimento ao relacioná-la com a base estrutural da sociedade. Rejeitam o idealismo que vigorava na filosofia e concebia o pensamento como algo que se desenvolve independentemente sem, no entanto, recair em um mecanicismo economicista, pois não enxergam o campo da superestrutura como reflexo direto da estrutura, formulando um materialismo dialético, histórico, e que deve se expressar na prática.

Os autores retomam os distintos modos de produção, seus estágios de divisão do trabalho e as distintas formas de propriedade que engendram. Segundo os próprios autores:

O fato é, portanto, este: o de determinados indivíduos, que são produtivamente ativos de determinado modo (*auf bestimmte Weise produktiv tätig sind*), entrarem em determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de mostrar, em cada um dos casos, empiricamente e sem qualquer mistificação e especulação, a conexão da estrutura social e política com a produção. (...) A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação (*direkter Ausfluß*) do seu comportamento material. (MARX e ENGELS, 2009, p.31)

Para os autores de *A ideologia alemã*, a noção de ideologia está diretamente relacionada ao fato de nossa sociedade ser dividida em classes. Eles compreendem a sociedade a partir da forma como se organiza sua produção e como essas relações sociais de produção e as forças produtivas afetam a consciência de homens e mulheres, sem o conhecimento da divisão da sociedade em classes sociais, não é possível compreender a

Manuscritos econômico-filosóficos, A sagrada família – tendo alcançado o auge com as *Teses sobre Feuerbach* e *A Ideologia Alemã* e seguido nos escritos posteriores.

ideologia. Analisando a divisão entre trabalho manual e intelectual, descobrem nela os fundamentos sociais que explicam porque os intelectuais podem se enxergar enquanto classe autônoma, porque podem pensar a consciência como algo que se desenvolve de maneira isolada da realidade social.

Quando o desenvolvimento das forças produtivas atinge um grau que permite a formação de um excedente e, portanto, permite que certo grupo de indivíduos se aparte da produção material da vida e se especialize em tarefas intelectuais, então a:

consciência *pode* de fato imaginar que é algo mais do que a consciência da prática existente, que ela representa *realmente* algo sem representar algo real. A partir desse momento, a consciência está em condição de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria ‘pura’, teologia, filosofia, moral etc. (idem, p.26)

Uma das principais funções da ideologia seria justamente a tentativa de universalizar o que é interesse particular da classe dominante, isto é, impor para os dominados sua verdade particular como geral, um meio para dominação de classe. Assim sendo, a ideologia na acepção de Marx e Engels *inverte* o entendimento dos homens e mulheres sobre si mesmos e as relações sociais, sendo uma falsa consciência da realidade social, uma distorção do conhecimento. Ela vela a dominação e a exploração de uma classe sobre a outra, dificultando sua percepção e a justificando. Como afirmam em *A ideologia alemã*: “As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante” (MARX e ENGELS, 2009, p.67).

A ideologia seria assim um processo, é falsa consciência mas não se reduz a isso, pois incorpora conhecimentos verdadeiros, mesmo que parciais, limitados pelos limites de classe da burguesia. Assim, em síntese, em Marx e Engels, a ideologia assume caráter de um sistema de valores, crenças e representações que perpetuam necessariamente uma sociedade em que existem relações de exploração. Ela serve à burguesia para justificar idealmente sua própria estrutura material de exploração e dominação.

Em Lênin, Gramsci e outros autores do século XX, no entanto, a noção de ideologia será alterada, retomando de certa maneira o sentido original atribuído ao termo pelos ideólogos do *Institute de France*.

I.3.2. O CONCEITO EM GRAMSCI

A categoria de ideologia em Gramsci é, tal qual o conjunto de sua obra, perpassada por um profundo historicismo. Longe de ser encarada como mero conjunto de ideias e representações, a ideologia está intimamente ligada à prática política. Assim, a ideologia está

presente no conjunto das atividades humanas, traduzindo-se para além do campo estrito da produção de ideias.

O autor retoma a concepção marxiana que relaciona estrutura e superestrutura, no entanto, a noção de ideologia tem seu significado alterado para além do conjunto de ideias da classe dominante que busca perpetrar sua dominação. Passa a ser entendida como consciência de algum grupo ou classe social que se manifesta em sua prática. Se exerce, portanto, no plano da prática política, cultural, religiosa etc., não sendo compreendida como falsa consciência nem como algo que se situa apenas no plano do conhecimento e da superestrutura, mas como algo que influencia diretamente a realidade social, que incide sobre ela.

Para a filosofia da práxis, as ideologias não são de modo algum abstratas; são fatos históricos reais, [...] as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade, a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio dever. (GRAMSCI, 1999, p.387-388, nota 41, XII, Caderno 10)

A ideologia tem, portanto, uma realidade material, e um sentido marcadamente positivo. As ideias ganham força material ao serem apreendidas por uma classe. Pensando dialeticamente a estrutura e a superestrutura, Gramsci define, assim como Marx, os pensamentos dominantes como uma expressão das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias, ligadas, desta maneira, às relações sociais de produção.

Gramsci faz uma distinção entre diferentes momentos da consciência, relacionando-os dialeticamente: do senso comum à filosofia, passando pelo folclore e a religião. No entanto, mesmo o senso comum não é totalmente identificado como falsa consciência, pois ele próprio possui elementos de verdade.

Por pensar a ideologia enquanto algo relacionado à divisão de classes, Gramsci também faz uma distinção no interior da filosofia, entre as ditas *orgânicas* ou historicamente necessárias – vinculadas a uma das classes fundamentais, meio pela qual entendem sua posição na realidade e podem intervir sobre ela – e as *arbitrárias*, que são expressões de projetos individuais, que não ganham eco nas massas e conseqüências práticas.

Através das ideologias, os sujeitos coletivos adquirem consciência da sua posição de classe e do conflito em que estão situados, sendo levados a uma intervenção prática. A ideologia é, portanto, conceito que abarca a noção da prática e da política, que as pressupõe.

I.3.3. INTELECTUAIS

A análise da questão dos intelectuais se inicia a partir do estudo histórico de diversos pensadores italianos. Gramsci conclui que há neste grupo um caráter cosmopolita, decorrente de sua formação histórica e da formação do Império Romano, que faz com que se preocupem antes com questões europeias e gerais do que se debrucem em dar respostas às questões locais, nacionais. Assim, com este distanciamento da realidade prática italiana, os intelectuais tornam-se incapazes de expressarem as aspirações do povo e de conformarem uma vontade nacional-popular capaz de levar a cabo uma transformação social em favor das massas.

Gramsci chega a uma compreensão política e filosófica dos diferentes papéis intelectuais a partir das desigualdades entre o Norte industrial e do Sul agrário. No Sul predominaria um tipo de intelectual tradicional, ligado ao bloco agrário; enquanto no Norte haveria um intelectual de tipo moderno, ligado ao desenvolvimento capitalista desta região e que exerceria a conexão entre o operariado e os capitalistas. O desenvolvimento industrial teria produzido, portanto, um novo tipo de intelectual, um quadro técnico das fábricas, especialista de uma ciência aplicada como engenharia, economia etc.

O esforço original de ampliação da definição de intelectual é um marco do pensamento gramsciano. O papel do intelectual é um papel de dirigente, o que o define enquanto tal é sua função organizadora na sociedade nos diferentes planos, tanto político quanto econômico, cultural ou administrativo. O intelectual unifica as ideias dispersas do senso comum, fornece respostas organizadas e com nexos às suas questões. Esse grupo é fundamental quando é capaz de conceber um arcabouço teórico elaborado, científico, que ao mesmo tempo dialoga com as demandas e necessidades reais do senso comum. Assim, para Gramsci:

o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista+político). (GRAMSCI, 2001, p.53, v.2, 12, §3)

Para Gramsci, não se deve buscar a compreensão do papel intelectual na sua função mesma. A definição não pode ser feita apenas no plano da superestrutura, deve se relacionar com as condições da estrutura. O critério que agrupa as diferentes categorias de intelectuais deve transcender a esfera própria dessas atividades.

O intelectual orgânico é aquele que se liga a uma classe social, às suas questões fundamentais, que as apreende e relaciona com uma concepção de mundo mais elaborada, não

desconexa como o senso comum. Tal como a distinção feita no caso das ideologias, os intelectuais orgânicos são aqueles que estão entrelaçados nas relações sociais pertencentes a uma classe fundamental do mundo da produção.

Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (GRAMSCI, 1975, p. 1.518).

O papel de destaque atribuído por Gramsci a questão da ideologia e dos intelectuais nos *Cadernos* está assim diretamente ligado ao papel atribuído à questão da hegemonia. Toda classe para se afirmar enquanto hegemônica precisa de intelectuais para realizar essa unificação a partir do senso comum. A hegemonia de uma classe está ligada ao papel que os seus intelectuais desempenham e à forma como as classes se organizam na produção. Esta relação com a esfera produtiva fica evidente na seguinte passagem dos *Cadernos*:

Quando um grupo emerge a partir de uma das funções fundamentais do mundo da produção, ele “(...) cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (...)” (GRAMSCI, 2011, p.203).

Os intelectuais não são, portanto, uma classe autônoma, mas se vinculam às classes fundamentais. Possuem, entretanto, uma relação mediatizada, não mecânica. Tal qual a superestrutura se determina apenas em última instância pela estrutura, os intelectuais orgânicos também possuem uma autonomia relativa em relação à sua classe, uma mediação decorrente do sistema complexo das superestruturas e da sociedade civil.

Apesar de “funcionários da superestrutura” ou da hegemonia, cabe aos intelectuais um papel ativo e não meramente passivo em relação à estrutura. A questão da ideologia e dos intelectuais se relaciona diretamente com a centralidade da disputa pela hegemonia por parte das classes fundamentais, porque estes assumem funções essenciais à manutenção da direção hegemônica de um bloco histórico, são os quadros de um aparato hegemônico. Segundo Gruppi (1980, p.80): “De fato, uma hegemonia se constrói quando tem os seus quadros, os seus elaboradores. Os intelectuais são os quadros da classe econômica e politicamente dominante; são eles que elaboram a ideologia. Os intelectuais – diz Gramsci – são os 'persuasores' da classe dominante”.

I.4. BLOCO HISTÓRICO, CRISE ORGÂNICA E REVOLUÇÃO PASSIVA

Ao longo dos *Cadernos* não são muitas as referências à noção de bloco histórico. No entanto, a importância de tal conceito – que se insere no escopo de crítica ao mecanicismo que imperava no marxismo da II Internacional – é notória, sendo inclusive considerado como categoria-chave do pensamento de Gramsci por autores como Hugues Portelli (1977).

Gramsci desenvolve o conceito de *bloco histórico* a partir da obra de Sorel, num esforço de convergir ao mesmo tempo a dimensão anticrociana e anti-idealista e a da crítica ao economicismo da II Internacional. A ampliação do Estado permite essa revisão da relação entre a estrutura das relações sociais de produção e a superestrutura – sociedade civil e política – que envolve a esfera das ideologias, ciência, religião, direito etc. Segundo Gramsci:

A estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. (GRAMSCI, 2011, p.187)

Assim, Gramsci busca pensar a relação orgânica que se estabelece entre a estrutura e a superestrutura. As relações sociais de produção, as condições das forças materiais desta produção, podem ser analisadas em termos bastante objetivos, e são relativamente estáveis. Só se pode, no entanto, ter plena noção desta realidade quando seu processo de desenvolvimento está esgotado.

“[...] não é verdade que a filosofia da práxis ‘destaque’ a estrutura das superestruturas; ao contrário, ela concebe o desenvolvimento das mesmas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco. Tampouco a estrutura é, nem mesmo por metáfora, comparável a um ‘deus oculto’: ela é concebida de uma maneira ultra-realista, a tal ponto que pode ser estudada com os métodos das ciências naturais e exatas [...]” (GRAMSCI, 2001, p.369-370, nota 41, I, Caderno 10)

A análise da evolução estrutural poderá ser realizada, portanto, indiretamente a partir da análise dos movimentos orgânicos da superestrutura. Estes movimentos são orgânicos – e portanto conformam com a estrutura um bloco histórico – quando adquirem um caráter de relativa permanência, quando “[...] dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente” (GRAMSCI, 2000, v.3, §17, p.37).

A unificação deste bloco de diferentes setores da sociedade, de diferentes forças políticas e sociais, passa pelo Estado necessariamente, pelo *Estado integral* (sociedade política + sociedade civil, hegemonia encorajada de coerção) pois, quando o Estado é ainda limitado às funções econômicas e coercitivas não se pode falar na existência de um bloco histórico.

No entanto, cabe ressaltar que a noção não deve se confundir com uma aliança de classes ou bloco político. O autor diferencia entre o que ocorre no âmbito da superestrutura e algo que está justamente na ligação entre infraestrutura e superestrutura. A filosofia da práxis enxerga o desenvolvimento histórico como unidade dialética entre essas duas esferas e o bloco histórico como conceito que permite identificar concretamente a forma ético-política e o conteúdo econômico-social. Ou seja, é um bloco econômico e também político-cultural, é uma unidade orgânica e dialética entre dirigentes e dirigidos, entre intelectuais e povo (Buci-Glucksmann, 1990). A primazia da estrutura levaria ao erro chamado por Gramsci de economicista, enquanto o erro oposto seria o ideologicismo.

Para que haja um bloco histórico determinado é necessária a hegemonia de uma classe fundamental. Assim, articulam-se os conceitos de hegemonia e de bloco histórico, através dos intelectuais. Estes, que são os funcionários da superestrutura, garantem o vínculo orgânico necessário à formação de um bloco histórico, isto é, são os intermediários que permitem que os grupos sociais aos quais se vinculam adquiram na superestrutura a consciência de seus interesses nos conflitos estruturais, se organizem e atuem no sentido destes interesses, buscando superar as contradições surgidas na base.

A partir desta compreensão e da análise da relação entre estrutura e superestrutura podemos delimitar um bloco histórico, uma situação histórica precisa. Para isso, é fundamental a análise dos movimentos superestruturais orgânicos de modo a compreender a real articulação interna do bloco histórico (PORTELLI, 2002, p.57). Esta articulação não é estática, mas mutável. Seu desenvolvimento pode levar a uma ruptura da ligação orgânica entre os dois momentos do bloco histórico, quando a superestrutura não se desenvolve de modo a acompanhar as transformações estruturais, que atinja as classes fundamentais. Neste momento, o bloco ideológico hegemônico formado pelos intelectuais se desagrega, deixando de representar as classes sociais. Se abre assim, um momento de crise orgânica, que abre diversas possibilidades, inclusive a dissolução do bloco histórico.

O estudo de Gramsci da questão do bloco histórico é oriundo de sua reflexão sobre a revolução nos países de capitalismo mais avançado. Ele deseja precisar, portanto, as condições da constituição de um novo bloco histórico (operário-camponês) e de um novo Estado nas sociedades ocidentais. Para isso acontecer é necessária uma crise do bloco no poder – uma desagregação da hegemonia que antes dava coesão a classe dominante e os subalternos – e a iniciativa política do proletariado enquanto classe. A estratégia da guerra de posição nessas sociedades pressupõe uma disputa no interior dos aparelhos privados de hegemonia mas também uma disputa pelo Estado.

Gramsci desenvolve o conceito de crise orgânica em meio ao contexto dos anos 1910-1930, em que a crise do poder burguês leva a soluções como o fascismo e o americanismo-fordismo. Esta crise pode eclodir por diversos motivos, mas Gramsci aponta a questão da derrota da classe dirigente em algum empreendimento político importante ou porque as classes subalternas passam “subitamente da passividade política a uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução” (GRAMSCI, 2000, p.60, v.3, XIII, §23): representa, portanto, uma profunda transformação das relações de forças entre as classes.

Acerca da crise econômica, ela possui um peso apenas secundário na determinação das crises orgânicas, sem ser por si só capaz de gerar uma ruptura no bloco existente que leve ao surgimento de um novo bloco histórico a partir das classes subalternas nas sociedades ocidentais. Para que ocorra a revolução socialista são necessários fatores subjetivos, isto é, que tomam parte no plano das superestruturas, onde os sujeitos históricos conscientes se organizam incidindo sobre a realidade existente visando superá-la:

Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modelos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal. De resto, todas as afirmações referentes a períodos de crise ou de prosperidade podem dar margem a juízos unilaterais (GRAMSCI, 2000, v.3, §17, p.44)

A crise orgânica implica uma ruptura, que pode atingir tanto as classes dominantes e as classes subalternas que visam a hegemonia, quanto ser uma crise que se desenrola apenas no interior do sistema hegemônico, entre a classe fundamental e seus grupos auxiliares ou no interior mesmo da classe fundamental, quando disputam entre si diferentes frações.

A crise de hegemonia da classe dirigente é, portanto, essencial para a crise orgânica, e pode se expressar na transformação do papel dos partidos políticos em momentos como estes, quando os aparelhos privados de hegemonia se tornam mais importantes:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam essas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força [...] (GRAMSCI, 2000, v.3, caderno 13, §23, p.60)

Ao longo deste capítulo, analisamos as bases teóricas para a compreensão do processo de constituição da hegemonia da burguesia monopolista e associada no Brasil e do papel que um grupo específico de intelectuais orgânicos – os economistas – desempenhou.

A consolidação e avanço da hegemonia da burguesia no Brasil apreendeu uma transformação da estrutura e da superestrutura, e uma nova relação entre elas, permitida pela

ação de seus intelectuais orgânicos, “ligados intimamente à função produtiva, à função da economia capitalista”. Nos capítulos seguintes, analisaremos parte do período de consolidação da revolução burguesa no Brasil, buscando articular os momentos da estrutura e da superestrutura, e avaliando o papel desempenhado pelos intelectuais de uma ciência específica na consolidação de um novo bloco histórico.

CAPÍTULO II - O CONTEXTO HISTÓRICO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

No presente capítulo, procuramos resgatar parte do contexto da evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil, tendo como foco os anos entre 1954 e 1967, anos definidores da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista e da consolidação da revolução burguesa. Durante este período tem lugar o golpe empresarial-militar, que marca a dissolução do pacto populista e altera o processo de modernização conservadora do capitalismo brasileiro, aprofundando seu contorno autocrático.

Procuramos estabelecer um fio condutor entre os processos estruturais deste período e a concepção ideológica da grande burguesia brasileira associada, expressa na produção de seus principais intelectuais orgânicos, os quais serão melhor analisados no próximo capítulo.

O conceito aqui utilizado tem como referência principal a obra de Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, na qual o autor a define como “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (FERNANDES, 1975, p.203).

A transformação capitalista sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido impõe condições específicas, em que as classes dominantes não possuem total autonomia para conduzir e completar a revolução nacional. É uma transformação que se sucede de maneira distinta da que ocorreu nos países hegemônicos – padrão “clássico” democrático-burguês de revolução nacional –, uma forma especificamente contra-revolucionária, que se dá sem a desagregação da “dupla articulação”, isto é, do desenvolvimento desigual interno aliado à dominação imperialista externa (FERNANDES, 1975).

Florestan caracteriza esse modelo de transformação capitalista como um modelo autocrático-burguês. Diversos autores buscaram analisar essas mesmas condições históricas e o caráter da revolução burguesa no Brasil. As periodizações utilizadas na literatura são distintas, no entanto, é possível localizar seu início na dissolução do Estado monárquico e fim da escravidão, marco da decadência dos interesses agrários hegemônicos até então, vinculados à cana e ao café. Nas palavras de Octavio Ianni (1984, p.21): “Talvez se possa afirmar que o âmbito histórico da revolução burguesa no Brasil situa-se entre a abolição da escravatura e o desfecho da ditadura militar”.

São empregadas também distintas terminologias, que convergem, no entanto, ao ressaltarem o viés autoritário das diferentes formas históricas assumidas pelo poder estatal:

Uns se referem à ‘via prussiana’, em contraposição à ‘via democrática’, conforme sugeriu Lenin, inclusive beneficiando-se de indicações de Marx e Engels. Outros sugerem que no Brasil tem havido uma ‘revolução passiva’, ou ‘revolução-restauração’, de acordo com expressões cunhadas por Gramsci. Também fala-se em ‘modernização-conservadora’. Em todos os casos busca-se chamar a atenção para o caráter autoritário do Estado, ao longo das fases em que se desenvolve a revolução burguesa no Brasil. (IANNI, 1984, p.31-32)

Como explicitado na introdução, devido ao escopo do presente trabalho, nos limitaremos a um reduzido conjunto de fatores histórico-sociais na análise da consolidação da Revolução Burguesa em nosso país. Iniciaremos por analisar os antecedentes de tal período, que remontam a década de 30 do século XX, para em seguida compreender as relações entre classes sociais e Estado no período republicano brasileiro entre os anos de 1930 e 1964.

II.1. ANTECEDENTES

O processo de transição do poder da oligarquia agro-comercial para a burguesia no Brasil foi marcado por um “tom cinzento e morno”, em que a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária (FERNANDES, 1975, p.204). Assim, tem-se um lento e pactuado processo de transição, resultado de interesses mútuos, posto que nossa burguesia, diferentemente de outras, não toma para si um papel de liderança e coesão na defesa da civilização e da modernidade, adotando uma mudança gradual através da composição com os antigos interesses agroexportadores.

Durante o início do século XX, até mais ou menos a década de 1930, temos uma industrialização que se pauta no setor exportador, montado sob a égide da economia neocolonial, e a consolidação do capitalismo competitivo em nosso país. Ao longo da década de 1920, no entanto, ocorrem transformações que provocam uma crise de hegemonia no interior da República oligárquica, caracterizada pelo fato de que nenhuma fração das classes dominantes, seja o setor agroexportador (oligarquia cafeeira), industrial ou bancário, consegue coesionar em torno de si uma ampla gama de grupos sociais através de um projeto nacional. Esta crise é reforçada por movimentos como as greves gerais – que tiveram forte influência anarquista –, o movimento tenentista e a coluna Prestes. Também é nessa década que é fundado o Partido Comunista Brasileiro, de março de 1922, primeira experiência partidária proletária independente do país. O arranjo intra-elites possível dá origem a um estado de compromisso sem, no entanto, conseguir superar a crise, que se mostra ao longo da década de 1930 em diversos movimentos².

A chamada Revolução de 1930 foi encabeçada por frações das oligarquias agrárias que não estavam diretamente vinculadas ao mercado externo, contribuindo no sentido de deslocar

² Além da revolução de 30, a revolução paulista de 32, a Constituinte e a Constituição de 34, o levante comunista de 35, o próprio golpe de Estado de 37, o levante integralista de 38 são eventos desta década que demonstram a crise de hegemonia pela qual passavam as classes dominantes.

a oligarquia cafeeira do papel de fração hegemônica do bloco no poder. Fazem isso com o apoio e cooptação da classe média, que se expressava no movimento tenentista. O caráter desse movimento contrarrevolucionário fica bem exposto na fala de um de seus líderes, Antônio Carlos, que teria advertido: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”.

A Revolução de 1930 marca, portanto, o pacto ou *compromisso* realizado ante a incapacidade de alguma fração da burguesia exercer hegemonia, dando origem ao bloco populista, que representa um novo arranjo de classes. Assim, nosso desenvolvimento capitalista se intensifica em meio a um quadro de crise, que provocou certa autonomização do Estado e favoreceu a industrialização.

O impulso de industrialização “pelo alto” deste período se centra no Departamento III, de bens de capital. Esse setor, antes refém da importação, deveria ser internalizado através da criação de empresas estatais, posto que esses investimentos requeriam um elevado grau de concentração de capital e longo tempo de maturação e retorno, o que os tornavam não atrativos para o capital privado.

Neste contexto, “a exportação de produtos agrícolas garantia a entrada de divisas estrangeiras, com as quais se poderia adquirir máquinas e equipamentos no exterior para a implantação e manutenção do parque industrial” (MENDONÇA e FONTES, 1996, p.8). A industrialização dependia, portanto, das divisas geradas pelo setor agroexportador e da intervenção estatal no setor dos bens de capital que propiciava melhores condições à expansão do capital privado nacional, centrado no Departamento II, de bens de consumo duráveis, num processo que ficou conhecido como *substituição de importações*. Esse padrão vigora até a década de 1950, quando ocorrerão alterações mais profundas.

A transição operada do capitalismo comercial para o industrial se deu, portanto, através da pactuação entre elites proprietárias, de uma forma *prussiana*³, segundo a formulação de Lenin, que foi garantida pelo Estado a partir de 1930. A oligarquia cafeeira perdeu progressivamente sua hegemonia no reordenamento das distintas frações das classes dominantes, mas garantiu que a modernização industrial e burguesa deixasse intacta a estrutura agrária do país. Assim velhas estruturas de poder foram restauradas através de uma burguesia que congregava a união da oligarquia com novos setores das altas finanças, do comércio e da indústria, e que não hesitou em mobilizar para seu benefício tanto o arcaico quanto o moderno.

Rechaçando importantes teses que vigoravam à época, emergem do processo não dois

³O conceito de *via prussiana* foi desenvolvido por Lenin, num esforço de compreender as revoluções burguesas que não seguiram o modelo “clássico” francês, isto é, que se deram pela conciliação entre as frações das classes dominantes em uma transformação “pelo alto” que manteve características essenciais das relações de produção passadas – especialmente no âmbito da estrutura fundiária agrária – e com a reprodução (ampliada) da dependência externa.

Brasis ou dois modos de produção, mas uma economia que conta com setores arcaicos e modernos que operam segundo uma mesma lógica, dialeticamente. O que surge é portanto um padrão de acumulação específico, que se pauta durante este período justamente na transferência de valor excedente do setor agroexportador através do confisco cambial para a indústria, um sistema econômico híbrido e de acomodação.

A transformação realizada em 1930 se consolida efetivamente a partir de 1937, com a implantação da ditadura do Estado Novo (1937-1945), quando se vivenciou intensa industrialização liderada pelo Estado (COUTINHO, 2008, p.177) e de urbanização. O Estado assume então uma faceta nitidamente corporativista e autoritária, em uma configuração bonapartista ou cesarista que garantiu a acomodação de interesses entre industriais e latifundiários. Essa acomodação não significou uma ausência de conflitos, que continuaram ocorrendo, mas as elites encontravam uma forma de resolver esses conflitos através do Estado – que atuava como uma espécie de mediador – e de convergir sempre que se tratava de conter as classes subalternas.

Um importante aspecto deste período é a complexificação da estrutura do Estado, que se fortalece e passa a exercer cada vez mais as funções de consenso. Pode se dizer que, com a ascensão de Vargas ao poder a questão social deixou de ser vista apenas como um “caso de polícia”, apesar desta visão típica da República Velha continuar forte. É a partir de 1937, com o Estado Novo, que “os sindicatos se tornam instituições ligadas diretamente ao Ministério do Trabalho, ou seja, ao Estado” (COUTINHO, 2008, p.178). Surgem diversas políticas sociais, e concessões limitadas de direitos – através principalmente da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943 –, cujo caráter era corporativo e deixava de fora as massas trabalhadoras rurais. Um tom de atrelamento vai dar a marca deste período, ainda que em muitos momentos as classes subalternas tenham fugido do julgo do Estado, mostrando considerável autonomia em lutas sindicais e rurais.

O fim da Segunda Guerra Mundial, no plano internacional, altera a situação. Ela marca a consolidação em nível mundial do capitalismo transnacional e monopolista, com centros financeiros nos Estados Unidos e na Europa, com o protagonismo das empresas transnacionais; também marca o início da Guerra Fria. No Brasil, este é um momento em que as classes trabalhadoras entram em ascenso, com a criação de sindicatos independentes e nacionais, como a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), fundada em 1944 e de fortalecimento do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Este é um período em que a ideologia nacionalista ganha força, pautando inclusive o PCB que, influenciado por tendências internacionais dentro do movimento operário, identificava setores da burguesia como aliados estratégicos na luta contra o imperialismo.

Assim, acreditava-se que haveria uma burguesia nacionalista, disposta a romper com os interesses agrários arcaicos e com a dominação externa. A história tratou de mostrar, no entanto, equívocos nesta formulação, que via antagonismos estruturais onde somente existiam conflitos conjunturais (DREIFUSS, 1981, p.26).

Leon Trotsky, revolucionário russo que se encontrava à época exilado no México, apresentava uma outra visão, afirmando acerca do Estado Novo:

Pero su [da burguesia] debilidad general y su retrasada aparición les impide alcanzar un más alto nivel de desarrollo que el de servir a un amo imperialista contra otro. No pueden lanzar una lucha seria contra toda dominación imperialista y por una auténtica independencia nacional por temor a desencadenar un movimiento de masas de los trabajadores del país, que a su vez amenazaría su propia existencia social. El ejemplo reciente de Vargas, que trata de utilizar la rivalidad entre los Estados Unidos y Alemania, pero al mismo tiempo mantiene la más salvaje dictadura sobre las masas populares, viene al caso. (TROTSKY, 1938)

O contexto da Guerra Fria e do ascenso de movimentos dos trabalhadores internamente começou a minar a estrutura do Estado Novo, pautada predominantemente na coerção. Para novos tempos, eram necessárias novas formas de governar, que aprofundassem a estrutura de cooptação das classes trabalhadoras desenvolvida ao longo do regime. No final de 1945 são marcadas eleições, momento tido como a tentativa de estabelecimento de uma hegemonia burguesa, sob o nome genérico de populismo (DREIFUSS, 1981, p.27).

A estratégia de Vargas é, no entanto, percebida com receio por parecer demasiado nacionalista. Assim, diversos interesses das classes dominantes associadas convergem para sua deposição, protagonizada pelos militares. Com o fim do Estado Novo, o bloco social populista se reorganiza em um período de regime democrático-liberal – etapa fundamental no sentido da formação de um modo de produção especificamente capitalista no Brasil – sem, no entanto, haver uma mudança na elite política e econômica no poder ou na estrutura institucional, preservada em grande medida na nova Constituição (DREIFUSS, 1981, p.28). Este período democrático em que predominam interesses do bloco industrial-agrário, vinculado principalmente ao café e à indústria de bens de consumo duráveis, também será marcado por uma sucessão de crises, sendo derrubado em 1964 pelo golpe de Estado perpetrado pelos setores mais internacionalizados do capitalismo brasileiro, conjuntamente à alta oficialidade das Forças Armadas.

Neste momento, surgem partidos nacionais que serão importantes ao longo da maioria do período aqui analisado. O Partido Social Democrático (PSD), ligado às oligarquias agrárias regionais e que representava a ala conservadora de apoio ao varguismo; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que surge a partir dos sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho estadonovista e que também dava sustentação a Vargas e a União Democrática Nacional

(UDN), de base principal urbana, que representava a principal oposição ao varguismo e que foi, ao longo deste período, demonstrando vocações golpistas em aliança com os militares. (MENDONÇA e FONTES, 1996, p.12).

O governo do Marechal Dutra, candidato apoiado por Vargas que o sucedeu após a redemocratização, marcou um momento de maior abertura ao capital estrangeiro e de uma relação privilegiada com os Estados Unidos. É também durante este governo que, influenciado pela Guerra Fria e pela polarização internacional, é fundado um importante aparelho ideológico brasileiro, a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, inspirada na *National War College* estadunidense, responsável pela difusão da doutrina de segurança nacional.

Assim, a partir do fim do Estado Novo a oposição foi incorporada ao sistema político, no entanto, este regime democrático foi bastante limitado⁴ – basta constatar a ilegalidade do PCB em boa parte do período, além do recrudescimento de leis antigrevistas. Tendo sido marcado por constantes crise, foi um regime que “nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado” (MELO, 2013, p.138).

Em 1951 tem início o segundo governo Vargas, um momento de caráter mais progressista, em que houve por exemplo a nacionalização do petróleo, a fundação da Petrobrás e a proposta da Eletrobrás. O conjunto de grupos que possibilitou sua eleição tinha como base o PTB, partido pelo qual Vargas se candidatou, cuja principal base eram os trabalhadores urbanos. O PSD apresentou outro candidato, no entanto, Getúlio disputou a base proprietária deste partido, com uma campanha que evitava abordar questões como a reforma agrária. Vargas também soube combinar a retórica nacionalista – principalmente no que dizia respeito aos setores de petróleo e mineração – com um diálogo com interesses estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, coesionando setores dos trabalhadores urbanos, dos industriais e das elites agrárias. Durante todo o chamado período populista, anos de política econômica nacional-desenvolvimentista, pode-se afirmar que o varguismo foi a expressão do nacionalismo burguês no Brasil, ou a ideologia que expressou as contradições da revolução passiva no Brasil (MELO, 2009).

Getúlio buscou uma aliança com os Estados Unidos através de empréstimos públicos e colaboração técnica, combinando a orientação nacionalista com um viés ortodoxo do Ministério da Fazenda, que conduziu a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a Comissão de Desenvolvimento Industrial. Como resultado do trabalho desenvolvido pela Comissão Mista foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em junho de 1952, através da Lei nº 1.628.

⁴Florestan aponta que neste período: “não existia uma democracia burguesa fraca, mas uma autocracia burguesa dissimulada” (1975, p.340)

Tentando conciliar diferentes interesses de sua base de sustentação, o segundo governo de Vargas foi marcado por diversas tensões. Tendo se iniciado com uma forte representação do setor empresarial, vivenciou um ascenso sindical e nacionalista, que o levou a uma reorganização ministerial. Em 1953, João Goulart assume como Ministro do Trabalho, adotando um perfil mais radicalizado.

Essa atuação gerou um descontentamento por parte do Exército, o que levou a um posicionamento em fevereiro de 1954, através do Manifesto dos Coronéis, cujo redator foi o então coronel Golbery do Couto e Silva e que foi assinado por militares que posteriormente estariam no primeiro escalão do governo durante a ditadura – como Sylvio Frota, Antonio Carlos Muricy e Amauri Krueel –, indicando que o golpe já começava a ser gestado no ano de 1954 (CEV-Rio, 2015, p.55). Este documento representou, portanto, uma crítica às posições do governo, especialmente em relação ao reajuste de 100% do salário-mínimo, e levou à destituição de Jango.

O reajuste salarial foi, no entanto, decretado no dia 1º de Maio, o que gerou revolta entre industriais e militares. A partir de então, se acirram as tensões e a UDN, principal partido de oposição, deslança uma feroz campanha contra Vargas, que culmina no golpe e em seu suicídio.

O suicídio de Getúlio Vargas frustrou, pelo menos momentaneamente, os planos dos opositores udenistas e militares, devido ao aumento de sua popularidade e do avivamento da causa trabalhista e nacionalista. Assim, a carta testamento de Getúlio contribui para perpetuar a influência trabalhista e alimentar o nacionalismo no cenário político, consolidando o projeto desenvolvimentista. No entanto, também demonstra que as contradições no interior do pacto populista se acirravam, dando sinais de que este não duraria muito mais tempo.

II.2 A CRISE ORGÂNICA: DO SUICÍDIO DE VARGAS AO GOLPE (1954-1964)

Os anos que vão do suicídio de Vargas até o golpe empresarial-militar marcam um período de confusão histórica da revolução brasileira que se encerra em 1964, consolidação do capitalismo monopolista. São anos de intensos conflitos sociais, não só no Brasil, como na América Latina:

[...] la década de los 50 se caracterizase por una acentuada agudización de las luchas sociales. Estas tenían, como componentes nuevos, la emergencia del campesinado en tanto movimiento social, una clase obrera renovada e incrementada y el surgimiento de un proletariado pobre en las ciudades (MARINI, 1994, p.8).

A segunda metade da década de 1950 é considerada o auge do primeiro momento

desenvolvimentista, que desde o fim da II Guerra Mundial se relacionou à fase de grande expansão econômica mundial conhecida como a chamada Era de Ouro do capitalismo (1945-1975). Como afirma Demian Melo (2013, p.128): “é na carona dessa forte expansão do pós-guerra que se dará um dos momentos decisivos da objetivação do capitalismo monopolista no Brasil”.

Durante o interstício do governo Café Filho houve uma alteração na orientação que vigorava antes do suicídio de Vargas. Foi durante este curto governo e no contexto de uma crise cambial que aumentou o favorecimento ao capital estrangeiro, o que se expressou na Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) promulgada enquanto Eugênio Gudin estava à frente do Ministério da Fazenda. Esta medida permitia que empresas estrangeiras ficassem livres para importar equipamentos sem cobertura cambial, e facilitou a constituição do chamado tripé da economia brasileira, que marcou nosso processo de industrialização através de uma associação entre capital produtivo estatal e capitais privados estrangeiros e nacionais.

Nas eleições de 1955, a UDN foi novamente derrotada, com a eleição de Juscelino Kubitschek, candidato da aliança PTB/PSD ao lado de João Goulart. O PCB também apoiou a candidatura de Juscelino, em um exemplo da estratégia política que adotou entre 1954 e 1964, que apontava a existência de uma “burguesia nacional” contrária ao imperialismo, com a qual deveria se estabelecer um bloco nacionalista e democrático, de caráter antifeudal e antiimperialista. Essa era uma aliança que congregava setores sindicalistas, setores empresariais vinculados aos interesses do capital monopolista e profissionais liberais e que expressava as ambiguidades do compromisso do nacionalismo burguês, representando possivelmente o populismo e a ideologia desenvolvimentista em sua expressão mais desenvolvida. Diante de tensões exercidas pelos opositores ao getulismo, que não aceitavam a derrota das urnas, a posse dos candidatos eleitos teve de ser garantida através de um contra-golpe do Marechal Henrique Teixeira Lott, raro caso em que os militares se colocaram do lado da defesa da legalidade constitucional.

Apesar de representar a vitória da herança getulista, o governo de Juscelino trouxe significativas mudanças. Durante esse período, o amplo uso da Instrução 113 possibilitou um súbito desenvolvimento no Brasil de um setor de bens de consumo duráveis (Departamento III), com destaque para a indústria automobilística, liderado pelo capital estrangeiro. Esse setor passou a liderar o crescimento, prevalecendo sobre a indústria de bens de consumo corrente (predominantemente formado por capitais de origem nacional), o que representou uma alteração do padrão na acumulação capitalista, com aumento de interesses estrangeiros, associados aos setores cafeeiros e bancários. Este processo marca uma diferença com o

período entre 1930 e 1954, em que a industrialização foi orientada na direção da internalização de parte do setor de bens de capital (Departamento I).

Assim, no pós-guerra, com o aumento do investimento privado estrangeiro direto, a economia brasileira aumentou sua internacionalização, fortalecendo a fração do capital multinacional e associado, que conformaria a base de um novo bloco social. As empresas multinacionais impulsionadas pela política de JK adentravam o mercado brasileiro com padrão monopolista, o que também contribuiu para alterações em nossa economia, cuja:

(...) fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para esta evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 50 e só adquire caráter estrutural posteriormente à “Revolução de 1964”. (FERNANDES, 1975, p.225)

Este foi, portanto, o momento de desenvolvimento de uma burguesia associada, subordinada ao capital monopolista transnacional, que cultivaria ao longo de uma década estratégias de poder para fazer valer seus interesses, fazendo emergir um novo bloco social no país. O capital estrangeiro já estava nos ramos de serviço e agrícola antes da década de 1950, mas é com o Plano de Metas que ocorre um impulso decisivo, e este passa a ser fortemente presente no setor produtivo.

O Plano de Metas representa um marco do desenvolvimentismo e do planejamento estatal, através de um grande empreendimento que tinha o Estado como produtor de bens e serviços estratégicos e de infraestrutura, mas com uma orientação que vinha do capital transnacional. Ele se baseava nos diagnósticos do Grupo CEPAL-BNDE e da CMBEU e se dividia em cinco setores principais: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação. A construção de Brasília e mudança da capital também faziam parte do Plano.

Assim sendo, o governo Kubitschek pode ser compreendido como um marco essencial no desenvolvimentismo brasileiro, representando uma aceleração do processo de acumulação capitalista e uma transformação na relação com o capital estrangeiro. Ele marca uma alteração no financiamento do processo de industrialização, que passou a recorrer grandemente a recursos externos e não apenas ao confisco cambial dos setores agroexportadores (especialmente do café). A inflação também era um mecanismo de financiamento, tendo se mantido nesse período acima dos 20% – com exceção de 1957 –, o que gerava uma poupança forçada, penalizando os trabalhadores. Essa contradição se desenrolou em um dos elementos da crise do sistema de dominação da década de 1960 (MELO, 2005).

A segunda metade da década de 1950 também trouxe um aumento da taxa de exploração, pressionada pela migração do campo para a cidade e pela entrada de mais

mulheres no mercado de trabalho. Este foi um momento de aumento de disparidades regionais e de renda, gerando crescentes contradições do processo de desenvolvimento capitalista e as bases do pacto populista, o que contribuiu para a crise na década seguinte. A industrialização transformou a divisão social do trabalho, fazendo aumentar o número de trabalhadores industriais urbanos e do setor terciário, ainda muito informalizado. O crescimento do movimento sindical dos trabalhadores industriais urbanos desafia o processo de cooptação e subordinação no qual se baseavam as classes dominantes e, aliado ao crescimento do movimento estudantil, da mobilização dos trabalhadores rurais em torno das Ligas Camponesas e do debate no interior das Forças Armadas “modifica os contornos políticos e ideológicos do regime e estabelece as pré-condições para a crise do populismo” (DREIFUSS, 1981, p.36)

Também surgiram conflitos administrativos relacionados a este padrão concentrado e centralizado, pois diferentemente do Executivo, nosso Legislativo tinha um caráter proeminentemente conservador, tendo que comportar a conciliação da burguesia com a oligarquia rural tradicionalista que comandava localmente. Era também um espaço de expressão de interesses das massas trabalhadoras, o que confluía para um entrave aos interesses multinacionais associados favorecidos por JK no Congresso. As elites orgânicas buscaram contornar esses conflitos através de uma administração paralela baseada em grupos executivos em que diretores de empresas privadas, empresários, técnicos e militares formulavam diretrizes políticas industriais que permitiam coexistência de capital local e multinacional (DREIFUSS, 1981, p.35).

O governo de Juscelino Kubitschek também foi importante devido às alterações no papel da máquina estatal e de seu relacionamento com a sociedade civil. Durante este governo há um aprofundamento da questão da segurança militar interna, e a ESG introduz uma reorientação nas forças armadas que visava a contenção de ameaças sociais internas. Este foi um governo com estabilidade mas, ainda assim, ocorreram duas tentativas frustradas de golpe: o Levante de Jacareacanga, em 1956, e a Revolta de Aragarças, em 1959.

O início dos anos 1960 marca um esgotamento do bloco histórico e perda de dinamismo na economia brasileira, cuja dependência do financiamento externo provocava déficits da balança de pagamentos e crescimento da dívida externa, gerando problemas cambiais e crescimento da inflação. Essa crise econômica converge com a crise política do pacto populista, desafiado pelos interesses multinacionais e associados bem como pelos trabalhadores industriais, forças sociais que haviam se fortalecido durante a concentrada industrialização do governo Kubitschek.

Nesses anos “evidenciou-se um crescente divórcio entre as tendências do poder

econômico, dominado pelo capital monopolista, e as tendências do poder político, dominado pela aliança populista” (IANNI, 1984, p.62). Assim, o processo de transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista acirrou estes conflitos e confluuiu para uma época de crise do pacto populista e do poder burguês que minou o mito do Estado neutro e benevolente do populismo. Essa crise orgânica se intensifica ao longo dos governos de Jânio e de Goulart e vai progressivamente desmanchando as condições de manutenção daquela forma de dominação.

Em 3 de outubro de 1960, a UDN vence finalmente as eleições, em coligação com o PTN, PDC, PR e PL, através da figura de Jânio Quadros, um *outsider* no sistema partidário, que ultrapassou por quase dois milhões de votos o marechal Henrique Lott e representou a última tentativa do grande capital de compartilhar o poder de Estado com o bloco populista a partir de uma candidatura civil. O vice-presidente eleito, no entanto, foi João Goulart, do PTB.

O governo executivo representou os interesses modernizantes conservadores e tornou governo a administração paralela de JK, através de representantes de grupos econômicos multinacionais e associados e associações de classe empresariais.

O governo Jânio durou apenas sete meses, nos quais vigorou uma política externa independente, ao mesmo tempo em que se estabeleceu uma política de austeridade, com congelamento de salários, restrição ao crédito e combate à especulação e se consolidou o poder dos grupos executivos que haviam surgido no governo de JK.

Seu governo fugia ao controle das lideranças da UDN, e sua renúncia, devido as “forças terríveis” que o pressionavam, gerou uma crise. Os ministros militares vetavam o nome de Goulart, então em missão diplomática na China comunista, que deveria assumir segundo a Constituição. Houve inclusive ameaças de que este seria preso caso desembarcasse no Brasil. Em meio à crise, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, protagoniza a Campanha da Legalidade, que visava garantir a posse de Jango, articulando a média burguesia industrial, setores agrários do sul e políticos tradicionais que se opunham às demandas dos militares da ESG e aos interesses multinacionais e associados (DREIFUSS, 1981, p.130). Havia uma cisão também no interior das próprias Forças Armadas, em que os sargentos procuravam defender a posse de Goulart. Em 2 de setembro, o impasse resolveu-se através de uma emenda que alterava a forma de governo no Brasil, iniciando-se uma fase parlamentarista única, com Tancredo Neves como Primeiro-Ministro.

Desde o início do governo de Jango, de tendência nacional-reformista, os grupos ligados aos interesses multinacionais e associados passam a fomentar o golpe de Estado como maneira de deter o poder. São importantes nessa gestação a fundação de aparelhos privados de

hegemonia como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) em 1961, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) em 1959, e atuação da Escola Superior de Guerra (ESG), que já operava desde 1949. O papel dessas instituições no golpe será analisado mais aprofundadamente no próximo capítulo, que trata dos intelectuais orgânicos da grande burguesia associada brasileira.

Cabe apenas ressaltar que, nas eleições de 1962, o IBAD tem uma atuação importantíssima, captando financiamento estadunidense para apoiar candidatos da direita. Tal forma de financiamento era, no entanto, ilegal, provocando a instauração de uma CPI que determinou a extinção do IBAD. O IPES, no entanto, continuou ativo enquanto centro de formulação do pensamento conservador, congregando grandes empresários, intelectuais e militares ligados à ESG.

René Dreifuss (1981), inspirado nas formulações gramscianas acerca do processo de formação do Estado moderno na Itália, identifica duas fases na gestação do golpe que seria vitorioso finalmente em 1964. Entre 1948 e a renúncia de Jânio em 1961, o chamado “transformismo molecular”, em que se busca uma acomodação com o bloco populista, favorecida pela política de JK e pelos grupos executivos que este estabeleceu. Após a crise que circundou a posse de João Goulart, a fase de “transformismo”, em que os grupos conspiradores que representavam os interesses do capital multinacional e associado passaram à preparação propriamente dita do golpe, ao se conscientizarem da impossibilidade de realizarem a transição capitalista dentro dos limites do sistema político vigente.

O golpe frustrado de 1961 foi um ensaio geral para 1964, quando “os interesses multinacionais e associados começaram a articular um bloco civil-militar de tendências cesaristas que, no fim, tanto subverteria a ordem política populista quanto conteria as aspirações nacional-reformistas” (DREIFUSS, 1981, p.130).

Em 1962 tem início a primeira recessão do desenvolvimentismo de maior duração, que se estende até 1967. No final deste ano é anunciado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, concebido por Celso Furtado. O plano, de inspiração ortodoxa, aumentou a carga tributária, cortou o investimento estatal, subsídios e contraiu o crédito, visando o controle da inflação, mas fracassou, sem conseguir o apoio de investidores e credores externos ou o refreamento dos preços.

A confluência de crises nos anos 1960, resultado da unidade de determinações econômicas e políticas de distintas temporalidades, é interpretada por diversos autores como uma crise orgânica. Esta crise corroeu a base de alianças que permitiu a formação do regime democrático-liberal no fim do Estado Novo – tanto devido a mudanças no interior das classes dominantes quanto pelo ascenso dos movimentos das classes subalternas – e representou um

realinhamento entre as classes sociais no país (MELO, 2013, p.154). O golpe tem como um de seus elementos esta cisão entre as próprias frações das classes dominantes, em que se firma aquela que não mais aceita o pacto populista, que havia deixado de ser propício ao bom funcionamento de seus negócios. Na análise de Florestan (1975, p.216-217):

Essa crise do poder burguês germinava desde a década de 1930 e expressa uma burguesia que sofria pressões advindas do capital estrangeiro, das classes subalternas – que se mobilizavam no sentido de um novo pacto social –, e do peso da intervenção direta na esfera econômica do Estado centralizador e corporativista surgido com a Revolução de 1930, que assustava setores mais conservadores.

Confluíam, assim, elementos de crise de hegemonia política e de crise econômica, com o esgotamento do processo de crescimento dos anos finais da década de 1950, gerando uma crise orgânica diante do impasse da resolução da revolução burguesa no Brasil, que advinha do amplo conflito entre as frações dominantes e os subalternos, que disputavam a hegemonia sem conseguirem impor sua própria solução à crise. Nesta situação, surgiam diversas possibilidades históricas, tanto da restauração e renovação da hegemonia burguesa através de uma revolução passiva – o que de fato aconteceu – quanto da ruptura sistêmica, embora estivéssemos longe de um “duplo poder”.

Foi uma característica desse período de polarização a formação de frentes partidárias, para superar a fragmentação e as incoerências internas do PSD, da UDN e do PTB. O grupo mais nacionalista conformou a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), enquanto a direita liberal reacionária e conservadora se aglutinou na Ação Democrática Parlamentar (ADP), fundada em 1961, que vocalizava no parlamento as posições do complexo IPES/IBAD e de ativistas pró-golpe. Essa reorganização dos partidos tradicionais reforça a visão da crise orgânica⁵, posto que estes passaram por uma perda de identidade e de capacidade de aglutinação, tornando-se aglomerados políticos heterogêneos instáveis.

Em janeiro de 1963, já em meio ao cenário de crise econômica, foi revogado o parlamentarismo através de um plebiscito, previsto apenas para o ano seguinte mas antecipado através de manobras de Goulart – que também concedeu aumento de 75% ao salário-mínimo poucos dias antes da consulta. A partir de então, se agudiza uma crise que condensava determinações de múltiplas ordens, que se relacionaram naquele contexto histórico concreto produzindo os eventos que se seguiram.

Ao adquirir plenos poderes executivos, Goulart fortaleceu o projeto das reformas de

⁵ Esta categoria se encontra descrita na última seção do Capítulo I. Segundo Gramsci: “Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe.” (GRAMSCI, 2001, vol.3, Caderno 13, p.60)

base, que compreendiam transformações políticas – como o voto de analfabetos e soldados –, a reforma bancária – visando o combate à especulação financeira, com limite para o redesconto –, a urbana, a tributária e a reforma agrária, foco principal de tensões. Outras medidas essenciais para o descontentamento das classes dominantes foram a lei que restringia a remessa de lucros e *royalties* – e que forçava as empresas multinacionais a investir capital no país.

Essas reformas eram defendidas pelas organizações da esquerda, setores nacionalistas, sindicatos e movimentos camponeses e geraram uma forte reação conservadora, polarizando o país, em um momento de domínio da grande política no cenário brasileiro. Estes são, desta maneira, anos em que cresceu a politização das classes subalternas. São anos de ascenso das lutas sindicais – com o aumento do número de greves – e dos movimentos camponeses, que questionavam a distribuição fundiária e exigiam a reforma agrária, tensionando o populismo através da luta de classes.

Sem outras bases de apoio, Goulart reforça sua aliança com estes setores da esquerda, através da realização do Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Cerca de 150 mil pessoas se reuniram, no momento em que o presidente anunciou que desapropriaria 20 quilômetros de terras ao longo das rodovias, ferrovias e açudes do país e que encamparia refinarias privadas de petróleo (CEV-Rio, 2015). Ele então encaminhou as reformas e propôs sua aprovação através de plebiscito.

Em 30 de março, poucos dias depois da Revolta dos Marinheiros, anistiados por Goulart, o presidente participou de uma cerimônia promovida por sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro e clamou pelo apoio das Forças Armadas para levar a cabo as reformas estruturais.

No dia seguinte, 31 de março, o General Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, rompe a legalidade conduzindo suas tropas pela estrada União/Indústria em direção à Guanabara, visando ocupar o Ministério da Guerra. Tomou parte nessa iniciativa o governo dos Estados Unidos, que através da operação *Brother Sam* deslocava a Quarta Frota para o litoral brasileiro.

Enquanto o então presidente avaliava a situação, optou por voar para o Rio Grande do Sul. No entanto, com Goulart ainda em território nacional, o Congresso Nacional declarou vaga a Presidência da República, contrariando a Constituição Federal e confirmando o golpe de Estado.

Diversas organizações dos trabalhadores foram invadidas, lideranças foram presas e os movimentos legalistas foram esmagados. Também houve perseguições a entidades como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as

Ligas Camponesas. O poder passou ao chamado “Comando Supremo da Revolução”, composto pelo general Costa e Silva, pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o vice-almirante Augusto Rademaker.

O processo descrito ao longo desta seção culminou no fim do período de relativa democracia que vigorava até então no processo da revolução burguesa em nosso país. Restavam poucas opções históricas para nossa burguesia, empenhada em atingir o ápice da transformação capitalista se baseando na associação com os capitais estrangeiros. Tratou-se de uma contrarrevolução preventiva, uma ação de classe orientada para a defesa de uma modernização dependente e da regeneração da segurança, dos costumes e da ordem considerados necessários para essa modernização. Nesta contrarrevolução, a burguesia necessitou de um forte militarismo, devido a ausência de uma capacidade de conciliar com os interesses dos “de baixo”, das classes operárias e destituídas:

o chamado “colapso do populismo” constitui, em sua essência, um colapso do radicalismo burguês e da ordem pseudamente democrático-burguesa que o engendrara. A ausência de articulação política sólida, ao mesmo tempo flexível e firme, entre as classes possuidoras e as classes despossuídas (classes operárias e destituídas) tirara da ordem social competitiva existente qualquer potenciação democrática efetiva e irreversível (FERNANDES, 1975, p.340).

Esse momento de crise do regime de classes provocou uma alteração do padrão de hegemonia burguesa que, sem conseguir compor ou superar plenamente suas divergências, se unificam a partir da via política em torno de uma egoísta autodefesa de seus interesses materiais comuns.

O golpe de Estado preventivo – produzido pelas classes dominantes e que representou a vitória da opção pelo capitalismo dependente ou associado – logrou impedir que as lutas das classes subalternas viessem a assumir feições anticapitalistas. Tratava-se, agora, de estabelecer as bases que lhes permitissem controlar os “ritmos internos do impacto da industrialização intensiva e da eclosão do capitalismo monopolista sobre a ordem social competitiva existente” (FERNANDES, 1975, p.336).

II.3 CONSOLIDAÇÃO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: AS BASES DO NOVO MODELO DE ACUMULAÇÃO

Em 9 de abril de 1964, é decretado o Ato Institucional nº 1, confirmando a vitória do movimento militar sobre o governo constitucional de João Goulart e um marco do ciclo da revolução burguesa no Brasil.

O Ato tentava mostrar como gerais os interesses particulares que levaram ao golpe de

Estado, buscando alcançar legitimidade:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. (Diário Oficial da União de 9/4/1964)

Resolveu-se através de uma revolução passiva, portanto, o impasse da crise orgânica que o deslocamento das bases sociais e a alteração da relação de forças no interior do bloco social populista haviam fomentado, assim como o longo período de crise de hegemonia que se estendeu entre os anos 1930 e 1964.

A fração da grande burguesia multinacional e associada torna-se hegemônica, e “(...) consegue fazer com que várias classes sociais (burguesia latifundiária, classe média, pequena burguesia urbana e rural) e vários grupos sociais ou facções de classes (tecnocracia civil e militar, clero, intelectuais, militares, policiais) componham o bloco de poder da ditadura; e ofereçam quadros (funcionários, burocratas, técnicos, ideólogos etc.) para o exercício do governo ditatorial”. (IANNI, 1984, p.101). A grande burguesia, contraditoriamente, se firma no poder justamente no momento em que deixa de liderar o Estado diretamente, afirmando uma ditadura do grande capital que põs tanto o “planejamento governamental como a violência estatal, a repressão e a censura [...] a serviço dos interesses da acumulação capitalista”. (IANNI, 1984, p.94). Por isso, adota-se na literatura crítica os termos *ditadura civil-militar* ou *ditadura empresarial-militar*⁶:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários. (DREIFUSS, 1981, p.417)

Finalmente o poder econômico que se fortaleceu principalmente entre 1956 e 1960 conquistou o poder político através de uma revolução “de cima para baixo”, ou uma revolução sem revolução, mostrando os limites da burguesia brasileira, que preferiu a associação com o imperialismo a uma tentativa de independência nacional.

(...) as classes dominantes nativas, diretamente ou por intermédio da sua tecnocracia civil e militar, sempre buscam a colaboração e o comando do imperialismo, toda vez que as condições de classes colocam em causa a forma e o âmbito da dominação vigente (IANNI, 1984, p.42).

⁶O debate acerca da participação civil ganhou novo fôlego no bojo das atividades da Comissão Nacional da Verdade e Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Seus relatórios representam importantes fontes neste sentido.

Não se propõe aqui uma análise definitiva acerca deste período. Se de fato houve uma fração nacionalista da nossa burguesia, que poderia ter se aliado aos trabalhadores rurais de forma a romper com a dupla articulação, ela não foi capaz de tornar-se hegemônica. A transição para o capitalismo monopolista no Brasil e em outros países dependentes – diante de uma sociedade civil que se desenvolvia, das heranças do passado agrário, da pressão imperialista das nações capitalistas hegemônicas e de uma burguesia que temia qualquer pressão dos “de baixo” – contou com condições específicas para a concretização da revolução burguesa. Ela atestou a incapacidade da burguesia de conciliar uma transição acelerada para o capitalismo monopolista com o regime democrático, posto que estas, quando postas contra a parede, repeliram “toda ‘conciliação entre classes’, (...) [optando pelo] enrijecimento e o uso organizado da violência de classe, ‘enquanto fosse tempo’. Nesse jogo é que a classe tinha de sobrepor-se à Nação; e de prevalecer sobre ela” (FERNANDES, 1975, p.333-334).

Assim, sem apresentar nenhuma mudança radical do ponto de vista estritamente econômico, cabia à agenda vencedora no pós-1964 realizar um aprimoramento e consolidação do modelo implantado desde 1955. Para tal, foi necessário “arrumar a casa”, preparar econômica e institucionalmente as bases da retomada do ciclo de crescimento do modelo de desenvolvimento capitalista autocrático, recriando as bases de seu financiamento.

Esse preparativo para romper entraves burocráticos à expansão capitalista se concentra nos anos entre 1964 e 1967 – ano de fim da recessão e que antecede a retomada do crescimento – motivo pelo qual estendemos nossa análise da consolidação da revolução burguesa até este ano. Em 1967 há também a reforma administrativa federal, através do Decreto-Lei nº 200/1967, e a Constituição de 1967, que formalizou as mudanças dos anos anteriores, consolidando a hipertrofia do Executivo.

Em novembro de 1964, foi apresentado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), formulado pelos então ministros Roberto Campos e Octávio Bulhões. O PAEG orientou uma estratégia de saneamento da economia adotada pelo regime militar, coordenando as políticas econômicas do governo. Visava sanar gradualmente o descontrole inflacionário e reduzir o déficit do balanço de pagamentos para garantir uma retomada do crescimento. Esses objetivos foram buscados a partir de medidas que recaíam principalmente sobre a classe trabalhadora, através do arrocho salarial, redução do déficit público, aumento da restrição ao crédito, além da abertura ao capital estrangeiro e da reforma bancária e financeira. Este se tornou o principal orientador das reformas implantadas de 1964 a 1967.

Assim, a retomada do crescimento se deu através de um ataque às organizações dos trabalhadores, com arrocho salarial e ataque a direitos trabalhistas. A primeira política de

arrocho aconteceu já em junho de 1964, impondo que o reajuste salarial deveria se pautar no salário real médio nos dois anos anteriores, a antecipação inflacionária estimada para o ano subsequente e a estimativa do aumento anual da produtividade. Em 1965, uma nova lei estendeu esta política ao setor privado. O quadro organizado por Ianni demonstra os efeitos do arrocho em termos de perda de poder aquisitivo dos trabalhadores:

QUADRO I
Evolução do salário real (1958-69)

| Anos | Salário médio mensal | |
|------|----------------------|--------------|
| | Nominal (NCr\$) | Real (NCr\$) |
| 1958 | 8,54 | 8,54 |
| 1959 | 11,53 | 8,54 |
| 1960 | 15,86 | 8,67 |
| 1961 | 23,00 | 8,98 |
| 1962 | 36,79 | 9,36 |
| 1963 | 66,23 | 9,25 |
| 1964 | 121,20 | 9,61 |
| 1965 | 169,68 | 8,14 |
| 1966 | 220,58 | 6,88 |
| 1967 | 275,73 | 6,49 |
| 1968 | 344,66 | 6,51 |
| 1969 | 430,83 | 6,58 |

Fonte: IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 279.

Em 1966, a Lei 5.107 – cujo anteprojeto foi redigido por uma equipe do IPES – decretou o fim da estabilidade por tempo de serviço dos trabalhadores da iniciativa privada, através da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que eliminou entraves de encargos trabalhistas nos processos de fusões e aquisições. Esta medida configurava uma poupança forçada para o financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH). Aliada a outras medidas repressivas de perseguição a líderes sindicais e intervenções, “o fim da estabilidade minou a capacidade de resistência dos empregados, diminuindo seu poder de pressão, mediante o fantasma da demissão” (MENDONÇA e FONTES, 1996, p.27). Assim, a solução para a crise passava pelo aumento da exploração dos trabalhadores assalariados e do campesinato, que pagaram com a deterioração da qualidade de vida o preço do “milagre” dos anos seguintes.

(...) a ditadura permitiu a obtenção de vantagens e favores para segmentos específicos do empresariado. De forma mais geral, garantiu um ambiente propício para os negócios, sufocando manifestações sindicais e a luta pela extensão dos direitos. Com isso, muitos empresários se dedicaram ao financiamento direto da repressão política. (CEV-Rio, 2015, p.71)

A reforma do sistema financeiro se iniciou em 1964 com a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Também foi revista a Lei de Remessa de Lucros, de modo a atrair mais investimento estrangeiro. Tudo isso ocorreu em meio a um contexto

internacional de aumento de liquidez, o que trouxe um enorme aporte de capitais para os países dependentes, com taxas de juros reduzidas. Esta liquidez e garantias ao capital estrangeiro se aliaram a um estímulo ao sistema financeiro nacional, que permitiu aos bancos contratar diretamente empréstimos no exterior a médio e longo prazo no exterior e repassá-los internamente a curto prazo. Assim, estas medidas favoreceram o grande capital, institucionalizando a concentração oligopolística pela qual passava a economia brasileira e dando impulso à financeirização e ao massivo endividamento de nossa economia.

As empresas de porte médio e, principalmente, às ligadas ao Departamento II, sofriam restrições através do aumento da carga tributária e do reduzido nível de consumo das classes trabalhadoras, o que enfraquecia a demanda. As empresas do setor de bens duráveis (Departamento III), motoras do crescimento econômico, tinham um padrão mais acentuado monopolista e multinacional e conseguiam sobreviver mais facilmente às restrições de crédito através de suas matrizes. Em todos os setores houve grande concentração de capitais:

O período recessivo de 1964 a 1967 eliminou os obstáculos à hegemonia do grande capital, subordinando desde as camadas populares aos setores do capital até então dominantes. A partir de 67, a política econômica governamental dava uma virada. Os créditos foram liberados, os gastos governamentais ampliaram-se e o controle à inflação foi reduzido, instituindo-se a correção monetária. (MENDONÇA e FONTES, 1996, p.32)

Podemos entender a ditadura como a consolidação de um novo bloco histórico. O golpe representou o modo pelo qual a fração que liderava a economia no nível da estrutura conquistou o Estado brasileiro. Para tal conquista, foi importante uma ampla batalha no campo das superestruturas políticas, culturais, científicas, e de uma verdadeira campanha de classe travada por grupos que se concentravam nas Forças Armadas, na Escola Superior de Guerra e no IPES.

O complexo IPES/IBAD foi o braço civil do partido da grande burguesia, aparelhos privados de hegemonia responsáveis pela formulação das diretrizes implementadas pelo regime pós-1964. Assim, vemos que o projeto de classe implantado em 1964 pela via autoritária contou com seus próprios intelectuais orgânicos, responsáveis por consolidar a disputa da sociedade civil e por “cimentar” o novo bloco histórico que surgia. Dreifuss vai considerar como intelectuais orgânicos toda uma camada de gerentes e “tecno-empresários”, vinculados, neste caso, a um projeto político da fração mais internacionalizada do capital. As análises de três destes intelectuais, economistas que ocuparam importantes cargos nos governos militares, será realizada no próximo capítulo.

Capítulo III. OS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS DA GRANDE BURGUESIA

No presente capítulo, abordaremos a contribuição de alguns intelectuais moleculares que buscaram responder às questões da época analisada de modo a sistematizar uma concepção de mundo adequada aos interesses da burguesia, dando-lhe unidade ideológica. A consolidação da hegemonia desta classe foi a base da edificação do novo bloco histórico que surgiu no Brasil, e que tem um importante marco no golpe de 1964.

Dentro do bloco modernizante conservador da época, despontaram uma série de intelectuais, que devido às limitações da pesquisa, não inventariamos na presente monografia. Devido às limitações da pesquisa, seria muito difícil inventariá-los na presente monografia,. Sendo assim, foram selecionados três dos economistas que atuaram para organizar e criar uma consciência comum à burguesia multinacional e associada: Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, respeitando suas singularidades.

Suas trajetórias serão analisadas nas seções subseqüentes. Inicia-se por uma breve biografia na primeira seção. Optamos por abordar um número restrito de temas que consideramos, no entanto, dar conta das principais questões em disputa na época e das necessidades orgânicas da burguesia no Brasil. O resgate de tais temas será realizado na terceira seção. São eles: o planejamento estatal, o padrão de distribuição de renda, a relação com o capital estrangeiro e a questão agrária.

Como essas questões encontram-se relacionadas nas formulações dos autores, fazendo parte de um mesmo todo articulado – de certo jamais dotado de completa coerência – que é sua concepção de mundo, a separação em diferentes seções pode às vezes parecer fortuita. Trata-se, no entanto, da forma considerada mais apropriada para sua exposição dados os objetivos deste trabalho. Ao final, procurar-se-á mostrar o encadeamento das temáticas na configuração do projeto de acumulação capitalista associada no qual se inserem os autores aqui analisados.

O desenrolar histórico abordado no capítulo anterior transformou progressivamente a função social dos intelectuais. O alargamento da sociedade civil, a especialização do trabalho e das ciências⁷ atuaram no sentido da criação de diversos aparelhos privados responsáveis pela produção das ideologias. Além disso, diversos dos intelectuais modernos passaram a estar veiculados diretamente ao mundo da produção – gerentes, administradores, economistas,

⁷ A difusão do ensino de Economia no Brasil, por exemplo, coincide com este período. Os primeiros centros de pós-graduação datam de meados da década de 1960. Em 1966, tem início o processo de formação dos centros de pós-graduação em economia no Brasil, com a criação da EPGE/FGV, originária do CAE (Centro de Aperfeiçoamento de Economistas). Seguindo o mesmo processo da FGV, temos o Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, que oferece em 1966 cursos voltados para a preparação de candidatos a cursos de mestrado e doutorado no exterior e que em 1970, inicia seu mestrado.

engenheiros etc. – fazendo com que se reduzisse a distância entre prática e teoria, para este campo de intelectuais. Na segunda seção, analisaremos o papel dos principais aparelhos privados de hegemonia vinculados à grande burguesia multinacional e associada no período analisado.

Neste período, a ideologia do desenvolvimento se difunde no pensamento social brasileiro, buscando explicar nossa situação histórica concreta e os meios de sua superação, para qual a industrialização era vista como principal meio. Este ideário desenvolvimentista se consolidou como dominante ao longo dos anos 1950, tornando-se o eixo em torno do qual se davam as disputas políticas e intelectuais:

En el curso de los años 50, junto al avance de la burguesía industrial, tanto en países donde ya era fuerte —Argentina, Chile, Uruguay, Brasil, México— como en los demás, que aceleran entonces su crecimiento industrial, el desarrollismo se convierte en la ideología dominante y en la matriz por excelencia de las políticas públicas (MARINI, 1994, p.5-6).

O resgate das contribuições de alguns economistas que se envolveram nestes debates tem por objetivo refletir sobre como tais formulações organizaram as necessidades da grande burguesia em dar respostas para seu projeto de classe no período. Ou seja, partindo de uma análise de que a acumulação capitalista era uma questão da época – de que questionamentos sobre a transição para um capitalismo monopolista, sobre a industrialização ou sobre como fazer o PIB crescer a taxas elevadas estavam presentes no debate nacional –, nos perguntamos como as formulações analisadas deram respostas a estas questões.

III.1. BREVES BIOGRAFIAS

Roberto Campos (1917-2001) foi um diplomata e economista brasileiro. Com formação em filosofia e teologia, teve importante atuação na política brasileira ao longo de 50 anos, com uma trajetória que se confunde com os próprios momentos políticos e os projetos das classes dominantes em nosso país. Preocupado com a disputa da opinião pública, também escreveu semanalmente para jornais de grande circulação ao longo de grande parte de sua vida.

Campos foi muito atuante no período analisado, tendo participado no processo de criação da Petrobras e sido membro da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU). Participou também da criação do BNDE e foi seu presidente. Campos também coordenou, ao lado de Lucas Lopes, a formulação do Plano de Metas de JK, além de ter participado dos governos Jânio e Jango e ter sido embaixador do Brasil nos Estados Unidos entre 1961 e 1963.

Atuou também no setor privado, na Hanna Mining Co. e na Consultec, empresa de

consultoria técnica econômica que fundou após deixar a presidência do BNDE, junto a Lucas Lopes – ex-presidente do BNDE, ex-ministro da Fazenda e então presidente da Hanna Mining – e Jorge de Mello Flôres – então diretor da Sul América.

Em 1964, Roberto Campos ajudou a fundar a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (Anpes), associação privada organizada principalmente por empresários e diretores de grandes bancos e indústrias paulistas. Após o golpe, tornou-se Ministro do Planejamento de Castello Branco, afastando-se da direção da Anpes. Ele foi, junto a Octávio Gouveia de Bulhões, um dos principais formuladores do PAEG e mentor da política econômica de abertura ao capital estrangeiro, pelo que ficou conhecido pela alcunha de *Bobby Fields*.

Antonio Delfim Netto é economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da USP em 1951, de onde se tornou catedrático em Teoria do Desenvolvimento Econômico e é atualmente professor aposentado. O autor se insere no debate sobre a questão do desenvolvimento econômico brasileiro durante a década de 1950, se alinhando a um desenvolvimentismo não nacionalista do setor público. Entre 1958 e 1966, Delfim teve uma grande contribuição acadêmica, tendo publicado diversos livros. Deste período, destacam-se obras como: *Alguns problemas da agricultura brasileira*, *O Problema do Café no Brasil* (1959) – sua tese de livre docência –; *Agricultura e desenvolvimento* (1962); *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento econômico* (1962)⁸ e *Alguns Aspectos da Inflação Brasileira* (1965).

Em 1958, Delfim atuou como assessor econômico da Associação Comercial de São Paulo. No ano seguinte, participou da equipe de planejamento do então governador de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto – início de uma carreira política que se tornou mais proeminente após o golpe de 1964. Participou do Conselho Consultivo de Planejamento durante as formulações do PAEG e do Conselho Nacional de Economia, sob indicação do Roberto Campos.

Foi uma importante liderança na condução da política econômica durante os governos militares Costa e Silva, Médici e Figueiredo. Permaneceu como Ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, posto no qual foi sucedido por Mário Henrique Simonsen. Em 1974, assumiu a posição de embaixador do Brasil na França. Em 1979, retornou ao governo como Ministro da Agricultura e, posteriormente, como Ministro do Planejamento, cargo no qual permaneceu até 1985. Como afirma Marineli acerca de Delfim (2014, p.22-23):

⁸Este livro foi republicado em 1966 sob o título de *Planejamento para o Desenvolvimento Econômico*. Utilizamos essa edição no presente trabalho.

(...) ele exerceu influência fundamental a partir de 1967, deixando marcas visíveis na economia e sociedade brasileiras. O governo brasileiro, ao reprimir politicamente a classe operária, sobretudo a partir de 1968, sacramentou seu compromisso com a acumulação de capital em detrimento das questões relativas à desigualdade social e à participação popular na definição dos rumos político-econômicos da nação.

Enquanto economista, teve uma formação bastante ortodoxa na economia. A problemática do desenvolvimento econômico brasileiro e do planejamento foram, no entanto, uma de suas maiores questões durante esta época, quando atuou na defesa de que este deveria ser conduzido por uma classe empresarial moderna com o apoio do governo de modo a garantir o aumento da produtividade agrícola e a integração entre agricultura e indústria.

Delfim Netto se mostra, assim, um importante intelectual, que se inseriu no debate sobre o desenvolvimento em defesa de uma burguesia nacional associada ao capital estrangeiro. O impedimento da organização dos trabalhadores e a coerção aparecem como elemento central em seus modelos.

Mário Henrique Simonsen (1935-1997) nasceu no Rio de Janeiro e cursou Engenharia Civil na Escola Nacional de Engenharia, tendo se formado em 1956. Após realizar uma especialização em Engenharia Econômica, graduou-se em Economia e doutorou-se em Economia na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Quando era ainda recém-formado, trabalhou na empresa Consultec, ligada a Roberto Campos – da qual se tornaria sócio mais tarde – e atuou como diretor técnico a convite deste último na Anpes. Ao longo de sua vida, também se envolveu em outros ramos do setor privado, com participação nos conselhos administrativos de empresas como o Citicorp, Mercedes Benz do Brasil, Souza Cruz, Xerox e Coca-Cola, sendo sócio do Banco Bozzano-Simonsen e chefe do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria.

Em 1963, participa da Conferência *Inflation and Growth in Latin America*, um dos primeiros momentos em que Simonsen se posiciona no debate econômico nacional, advertindo sobre o papel do déficit público no processo inflacionário de então (SALVAGNI, 2010). Também auxiliou Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões na formulação do Plano de Ação Econômica do Governo e propôs a nova regra salarial de 1965, que reduziu o poder aquisitivo dos trabalhadores, determinando que os rendimentos destes deveriam se basear na média dos dois anos anteriores.

Na carreira docente, lecionou na Escola Nacional de Engenharia e no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Especialista em macroeconomia, esteve ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) a partir de 1961, tendo ajudado a fundar, em 1966, sua Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), da qual foi diretor durante muitos anos. Teve também importante atuação na Revista Brasileira de Economia (RBE), que existe desde

a década de 1940. Passou a escrever para a revista em 1962 e, entre este ano e 1966 publicou uma série de artigos, dentre os quais: *A indústria e o plano trienal* (1962), *Salários, dualismo e desemprego estrutural* (1963) e *O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil* (1966).

Simonsen também colaborou na política econômica de vários governos militares. Durante o governo Médici, foi presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Em 1974, já durante o governo militar de Ernesto Geisel, assumiu o Ministério da Fazenda, em um período conturbado devido à primeira crise do petróleo. Foi também Ministro do Planejamento no governo Figueiredo em 1979, cargo do qual renunciou.

O autor se insere no início de sua carreira acadêmica no debate sobre o desenvolvimento econômico, logo antes do golpe civil-militar de 1964. Tem, no entanto, suas maiores contribuições em um período que transcende o analisado por este trabalho. Um tema muito caro ao economista é a questão da inflação e do endividamento externo. É de 1964 seu primeiro livro especificamente sobre este tema, *A Experiência Inflacionária no Brasil*. Em 1965, publica *A Política Antiinflacionária Do Governo*. Os livros *Brasil 2001* (1969), *Inflação: Gradualismo x Tratamento de choque* (1970), *Brasil 2002* (1972) e *A nova economia brasileira* (1976) – escrito em conjunto com Roberto Campos – mostram preocupações mais maduras sobre o tema. Dada nossa limitação de escopo, no entanto, ficarão de fora estas importantes obras de Simonsen, escritas após o período analisado.

Suas principais contribuições teóricas, nas palavras de seu mestre Roberto Campos (1998), foram:

- a) a chamada "curva de Simonsen" (...);
 - b) a teoria dos três determinantes da inflação (...);
 - c) a política de rendas (...);
 - d) a regra do endividamento prudencial (...); e
 - e) a crítica às limitações da "escola de expectativas racionais" (...).
- (CAMPOS, 1998)

Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto e Roberto Campos foram não só importantes acadêmicos, mas pessoas que se envolveram na política do país durante o período da consolidação da revolução burguesa e buscaram disputar os rumos da economia. Os três foram importantes figuras do IPES⁹, ao lado de Golbery do Couto e Silva e outros intelectuais orgânicos do capital monopolista, tendo participado ativamente no processo que culminou no golpe de 1964 com objetivo de implantar um projeto de classe no Brasil. Assim, a análise das contribuições destes autores é importante para a compreensão da evolução do pensamento econômico, mas também da própria luta de classes brasileira.

⁹O Instituto foi descrito por Campos como “uma espécie de *think tank* criado durante o governo Goulart para engenhar uma alternativa liberal à ‘porra-louquice’ socialista de Jango” (CAMPOS, 1998)

III.2. ALGUNS IMPORTANTES APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA

O processo de desenvolvimento da sociedade civil ocorrido durante os anos analisados teve implicações na organização das classes dominantes e subalternas. A ditadura empresarial-militar, marco no processo de formação de um novo bloco histórico no Brasil, não foi apenas a tomada do Estado por agentes repressivos ligados às Forças Armadas. Para bem compreender este momento, faz-se necessário retomar algumas interpretações apresentadas ao longo deste trabalho.

A partir da ampliação do Estado, podemos entender a sociedade civil como a esfera onde toma parte a disputa pela hegemonia, onde se organiza a dominação de classes. Nela, os aparelhos privados de hegemonia representam mediações entre a estrutura e a sociedade política, sendo os responsáveis pela elaboração, disputa e difusão das visões de mundo produzidas pelas classes em sua práxis. Ou seja, a hegemonia se firma através destes aparelhos privados, “organismos de participação política voluntários, e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p.90), que possuem uma autonomia relativa e podem apresentar formatos distintos, como a família, a escola, a universidade, o partido político, as associações de classe, a mídia etc.

Vimos que, de acordo com a perspectiva gramsciana, o Estado pode ser entendido como a unidade dialética entre ditadura e hegemonia. Em ambas as esferas as classes dominantes atuam no sentido de conservar ou promover a base econômica, conforme seus interesses. Assim sendo, podemos perceber a ditadura não apenas em seu aspecto coercitivo, mas como o exercício de uma *supremacia* de classe da grande burguesia, que necessitou de uma ideologia que dava expressão às aspirações desta classe. Ou seja, como um processo em que se combinam dialeticamente o uso sistemático da força e da coerção (momento relacionado à sociedade política/dominação/ditadura) e o consenso (relacionado à sociedade civil/hegemonia/direção).

Compreendemos o golpe enquanto uma ação de classe, como resolução da crise orgânica pela qual passava a sociedade brasileira através de uma revolução passiva, de modo a dar-se as bases à formação de um novo bloco histórico. Para tal, tiveram extrema importância um conjunto de intelectuais moleculares e de aparelhos privados de hegemonia, criados ou consolidados neste período.

Nesta seção, retomaremos diversos aparelhos privados de hegemonia, muitos dos quais citados ao longo do segundo capítulo, ressaltando seu importante papel organizador de classe na guerra de “trincheiras ideológicas” em prol da burguesia multinacional e associada. Para tal, nos será extremamente útil o trabalho realizado por René Dreifuss, em seu *1964: a*

conquista do Estado, no qual grande parte deste resgate já foi realizado. Para o autor uruguaio, estes aparelhos funcionavam para o bloco multinacional e associado como “expressão da consciência coletiva de uma classe em sua fase militante, organizando-se em formações políticas e ideológicas capazes de realizarem seus objetivos estratégicos, traduzindo suas metas em ação política” (DREIFUSS, 1981, p.139). Vejamos o histórico de alguns deles.

a) A Escola Superior de Guerra (ESG)

A atuação dos militares no cenário político brasileiro é marcante durante todo o período analisado neste trabalho, o que teria feito “com que se desenvolvesse, no interior da corporação, a crença de que eram eles os mais identificados com os interesses nacionais e, portanto, lhes caberia a missão, e até o dever, de arbitrar as crises políticas em nome da ordem interna” (GOMES e JÚNIOR, 2011, p.126). Esta atuação atinge seu ápice em 1964, quando os quadros militares assumem formalmente a direção do poder político, alterando qualitativamente sua relação com o Estado.

A Escola Superior de Guerra, como já mencionado, foi fundada em 1949 através da Lei 785/49, por militares que tiveram participação na Segunda Guerra Mundial e no contexto do início da chamada Guerra Fria. Teve como influência direta a *National War College* estadunidense, instituição que treinou militares brasileiros quando de sua participação da Segunda Guerra Mundial. No plano nacional, os debates em torno do petróleo e da fundação da Petrobras contribuíram para a difusão das ideias de segurança nacional entre as Forças Armadas.

A Doutrina de Segurança Nacional, grande embasadora do golpe de 1964, foi sistematizada e organizada por quadros militares e civis no interior Escola Superior de Guerra (ESG)¹⁰. Houve, portanto, um longo período de desenvolvimento de um programa prático e doutrinário.

A ESG funcionava como um centro militar de doutrinação e de altos estudos, diretamente subordinada ao Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Apesar do nome, não se tratava de uma escola voltada aos assuntos classicamente militares, mas visava formar uma doutrina estruturada em diversos campos políticos, econômicos, científico-tecnológico e militar¹¹. Seu principal curso à época da fundação – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – tinha um quadro docente composto em mais da metade por

¹⁰ Para mais informações, consultar *Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais: entendendo o modus operandi do regime civil-militar no Brasil (1964-1985)*, de Victor Leandro C. Gomes e Hélio de Lena Júnior (in MALTA et al., 2011, p.125-163)

¹¹<http://www.esg.br/index.php/es/2014-02-19-17-51-50/nossa-historia>

civis, dentre os quais destacava-se a figura de Roberto Campos. Sua fundação reforçou a posição da elite militar no panorama político, e contribuiu para estreitar relações entre as elites econômicas e militares:

as inovações organizacionais e técnicas que, então, estavam sendo introduzidas pelas corporações multinacionais persistentemente apurados pelos intelectuais orgânicos empresariais através de seminários e conferências para as 'elites' na Escola Superior de Guerra, em associações comerciais e industriais, clubes sociais de prestígio e centros culturais e, finalmente, através da criação de organizações de ação que se tornaram os focos de suas atividades ideológicas (DREIFUSS, 1981, p.73-74).

A Escola Superior de Guerra é aqui considerada, portanto, como um dos mais importantes aparelhos privados de hegemonia que colaborou para a conspiração golpista:

Explicitando o argumento, embora seja parte de um aparelho repressivo (Forças Armadas), a ESG é, antes de tudo, uma escola com objetivos técnicos e político-ideológicos (...) pois seus demais cursos têm a intenção de garantir um tratamento uniforme a civis e militares direta ou indiretamente ligados a questões de segurança nacional. Ainda que não possa ser dissociada de uma instituição, a ESG consegue desenvolver atividades ideológicas, quer promovendo treinamento técnico de oficiais, quer articulando e difundindo entre as elites políticas a Doutrina de Segurança Nacional (GOMES e JUNIOR, 2011, p.128)

Esta instituição é, junto a outras, protagonista ao longo de toda década de 1950 do crescente de críticas ao bloco populista e às instituições estatais, que estariam impedindo a aplicação dos preceitos de desenvolvimento econômico e segurança nacional. Foi também fundamental para a difusão, entre os quadros das Forças Armadas, de uma predisposição a intervenções políticas, e aliou-se à predominância do grande capital multinacional e associado, considerado fundamental para a condução destes preceitos no contexto de Guerra Fria e do anticomunismo. Enfim, tratava-se de reunir e formar uma elite tecnocrática, tanto civil quanto militar, comprometida com objetivos considerados nacionais, associando o Estado e a iniciativa privada para fortalecer a segurança nacional.

Um dos expoentes e grandes formuladores e articuladores políticos da ESG foi Golbery do Couto e Silva, que expôs seus pensamentos em uma série de ensaios reunidos na publicação *Aspectos geopolíticos do Brasil*, de 1957. Em 1962, Golbery se reforma e é promovido a General. Ele então ajuda a criar o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), ao lado da elite econômica civil.

b) O complexo IPES/IBAD

René Dreifuss realiza ampla pesquisa acerca do papel do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), apresentada em seu *1964: a conquista do Estado*. Ao longo de diversos capítulos, é resgatada a campanha

realizada por estas instituições contra o governo de Goulart, suas propostas e a ocupação de postos estratégicos durante o regime militar por seus quadros.

O IPES foi fundado em fins de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros e posse de Goulart na presidência, então em regime parlamentarista. Sua criação deveu-se à iniciativa de diversos empresários nacionais e internacionais, tecnoempresários e militares de alta patente, dentre os quais Augusto Trajano Antunes (dono da ICOMI), Antônio Galloti (Presidente da Light) e o General Golbery, tendo sido apresentado ao público como um inofensivo “centro de estudos”.

Segundo Elaine Bortone (2015), o Instituto, com apoio financeiro do governo estadunidense, foi protagonista na construção da hegemonia na sociedade e buscou constituir uma coesão interna da fração mais internacionalizada do empresariado no Brasil. Em seus materiais, declarava-se como uma “entidade apolítica” e no seu Estatuto se apresenta como uma “sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuítos educacionais, sociológicos e cívicos” (IPES *apud* BORTONE, 2015). A retórica era de defesa democrática e de busca por soluções para os grandes problemas do país, enquanto em realidade a prática ipesiana consistia na organização golpista das elites, disputa da sociedade para sua visão de mundo e formulação de seu futuro programa de governo. Sua ação era tão ampla que chegaram a agir no sentido de dividir o movimento sindical através da criação – que teve apoio internacional de entidade ligada a CIA –, do Movimento Sindical Democrático (MSD).

Atuava ao lado do IBAD, criado para financiar os candidatos conservadores das eleições de 1962. A “caixinha” do IPES e do IBAD conseguiu arrecadar neste ano, com a ajuda da CIA e do embaixador norte-americano Lincoln Gordon, uma grande soma de recursos, responsáveis por eleger inúmeros deputados vinculados diretamente à elite orgânica. Como afirma Dreifuss (1981, p.113): “Durante a campanha eleitoral de 1962, [o IBAD] serviu de conduto de fundos maciços para influenciar o processo eleitoral e coordenou a ação política de indivíduos, associações e organizações ideologicamente compatíveis”.

O autor aponta, assim, para a existência de uma divisão de tarefas entre IPES e IBAD. Este último se encarregava do “trabalho sujo”, a tal ponto que é criada uma CPI no Congresso Nacional visando investigar as fontes do escandaloso financiamento estrangeiro ilegal de candidaturas. A CPI, no entanto, era dirigida por congressistas em sua maioria ligados ao complexo IPES/IBAD: “pelo menos cinco de seus nove membros haviam sido beneficiários desses fundos secretos”, o que fez com que Goulart assinasse “um decreto suspendendo as atividades do IBAD e da ADEP por comportamento inconstitucional” (DREIFUSS, 1981).

O IPES possuía diversos grupos de estudos, sobre os principais temas em disputa na época. Dreifuss (1981) cita grupos sobre: remessa de lucros, reforma tributária, habitação

popular, reforma eleitoral, inflação, reforma constitucional, reforma agrária e planejamento. Mais do que realizar estudos, os grupos eram os principais responsáveis pela formulação de projetos de lei, subsidiando diretamente a atuação de parlamentares conservadores, muitos dos quais haviam sido eleitos com financiamento dos EUA através do IBAD.

Mario Henrique Simonsen, por exemplo, foi coordenador e redator do grupo sobre as remessas de lucros: “O projeto e justificativa das emendas relativas à lei de Remessa de Lucros em discussão no Congresso naquela épica foram preparados, para o IPES, pelo Conselho Econômico da Confederação Nacional das Indústrias, onde Simonsen era membro executivo. Tal operação não onerou o IPES em um centavo, (...) [e] preparou um substitutivo para tal projeto, apresentado pelo senador Daniel Krieger” (DREIFUSS, 1981, p.238)

As elites conspiradoras do complexo IPES/IBAD formularam e difundiram, assim, projetos de governo e de reformas de base – que à época eram uma grande questão nacionalmente – de modo a disputar a direção política e ideológica da sociedade. Em 1963, realizaram o Primeiro Congresso Brasileiro para a definição de Reformas de Base, em São Paulo, visando dar coesão às elites conservadoras e expressar publicamente suas visões:

Pela abrangência e qualidade das teses apresentadas, mostrava-se claramente que a elite orgânica empresarial desenvolvia não só uma campanha estruturada para alcançar o poder, mas também um programa de Governo. Ela visava a reforma do Estado e havia preparado um coerente conjunto de diretrizes alternativas para as propostas do Executivo Nacional-reformista. Na encruzilhada histórica de 1963, a elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD constituía a única força social entre as classes dominantes que possuía um projeto e um modelo coerentes e coesos para o país. Em abril de 1964, tinha também meio político, técnico e militar de realizá-lo (DREIFUSS, 1981, p.244)

As propostas apresentadas no Congresso de 1963 representavam os interesses do capital multinacional e associado, que buscava colocar sob sua égide o aparelho de Estado, e foram em grande medida adotadas como diretrizes para as reformas do início de ditadura¹². Dreifuss coloca o complexo IPES/IBAD/ESG “como Estado-Maior da burguesia multinacional e associada” que “desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder” (DREIFUSS, 1981, p.145).

Assim sendo, vemos que estes foram importantes aparelhos privados de hegemonia que atuaram desde o governo João Goulart, realizando cursos, palestras, publicações, vídeos e propostas governamentais que ajudaram na construção e legitimação do processo golpista que

¹²Em seu capítulo IX, Dreifuss (1981) apresenta uma lista completa dos quadros do IPES que ocuparam postos de comando no governo Castello Branco, como: Octávio Gouvêa Bulhões (Ministério da Fazenda); Flávio Suplicy de Lacerda (Ministério da Educação); Milton Campos (Ministério da Justiça e Negócios Interiores); Mauro Thibau (Ministério das Minas e Energia); (Daniel Agostinho Faraco) Ministério da Ind. e Comércio; Roberto Campos (Ministério do Planejamento), dentre inúmeros outros..

viria a ocorrer em 1964. Articulados com a ESG¹³, davam coesão à fração mais internacionalizada de nossa burguesia.

Ao longo dos anos, no entanto, evoluíram da mera disputa através de campanhas ideológicas para a atitude golpista. Incapazes de ganhar eleitoralmente, foi necessária a tomada do Estado, de modo a exercer plenamente sua supremacia. Dreifuss (1981) resgata historicamente como esta elite orgânica passou de um grupo que realizava campanhas de disputa de opinião para uma rede de organizações classistas que articularam o golpe de Estado. A partir deste momento, ocorre a dominação da sociedade política, do Estado em sentido restrito, e impõe-se o projeto de classe sistematizado nestas instituições através da ação de diversos intelectuais orgânicos desse novo bloco histórico.

c) A Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (Consultec)

A Consultec, empresa privada de elaboração de projetos, foi fundada em 1958, por nomes como Roberto Campos – então à frente da presidência do BNDE – e Lucas Lopes – ex-presidente da mesma instituição, que passou a ocupar a pasta da Fazenda. Mario Henrique Simonsen também participou da empresa enquanto sócio júnior.

A empresa foi um dos diversos escritórios privados de consultoria criados durante o período “como consequência lógica da consciência empresarial da necessidade de planejamento, perícia técnica e administração eficiente (...) Os escritórios técnicos serviam também como firmas de consultoria para os interesses multinacionais e associados” (DREIFUSS, 1981).

A Consultec foi um dos mais importantes aparelhos associados à grande burguesia brasileira. Para Dreifuss (1981), este foi o escritório de consultoria mais bem-sucedido, funcionando como um “anel burocrático-empresarial”. Isto porque, mais do que mero escritório de consultoria, a Consultec tinha ampla atuação, favorecendo-se da posição de seus principais sócios. Segundo o autor (1981, p.86-87):

As atividades da Consultec se estendiam da consultoria dada a pedidos de empréstimos feitos ao BNDE por companhias multinacionais até a redação de discursos públicos, da preparação de projetos de lei, decretos e regulamentos até a obtenção de acordos comerciais. [...] A posição tecno-burocrática e as ligações econômicas de membros da Consultec foram especialmente vantajosas aos setores da mineração, petróleo, energia e transporte, aos quais a Consultec serviu como consultora. Ela exerceu papel crucial no complexo BNDE-SUMOC-CACEX, agências-chave para o crescimento multinacional e industrial durante o governo de Juscelino Kubitschek. Um levantamento dos empréstimos concedidos pelo BNDE e das recomendações e estudos econômicos subjacentes a esses empréstimos mostrou que 50% de tais pareceres havia sido fornecido pela Consultec.

¹³Essa articulação se dava principalmente através da figura do General Golbery do Couto e Silva, militar reformado pertencente a ambas as instituições.

A atuação em prol do acesso de empresas estrangeiras e a importância da empresa eram reconhecidas na época, como demonstra o discurso do deputado Ferro Costa, proferido em 1962:

(...) Há cerca de três anos, Sr. Presidente, formou-se no Brasil, na antiga Capital Federal, uma sociedade civil de técnicos e economistas, que tomou o nome de Consultec, sociedade essa liderada pelo Embaixador Roberto Campos. Os negócios dessa organização civil ampliaram-se tanto, essa empresa se irradiou de tal forma, passou a ser tão dominante na vida pública, e na administração brasileira, que há pouco tempo, pouco mais de um mês, a sociedade civil se transformou em sociedade anônima. E, hoje, trago à Casa a ata constitutiva da mesma, para que vejam os Senhores Deputados o tipo de organização que é, o que significa, na verdade, essa tal empresa de consultoria. No meu entender, e à luz dos fatos, penso tratar-se da maior organização de advocacia administrativa jamais existente no Brasil, veículo de quantos processos importantes existam em tramitação no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (Diário do Congresso Nacional, 27/02/1962, Seção I, p. 634).

Responsável pela realização de consultoria administrativa-econômica, ela tinha vínculos diretos com as agências estatais. Um dos casos mais conhecidos envolvendo a Consultec foi o do Projeto Hanna¹⁴. O primeiro contrato foi firmado em 1959, para avaliação da Mina de Morro Velho. Lucas Lopes, Roberto Campos e Mário Pinto, membros da Consultec, realizaram no curso do processo diversas visitas a autoridades vinculadas à temática da exportação de minério de ferro para tratar do projeto da Hanna¹⁵. A atuação dos três não era restrita, no entanto, à consultoria: Lopes era um dos diretores do complexo Hanna Mining, Pinto era diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral e Campos era Ministro do Planejamento, atuando na defesa da livre iniciativa e das empresas estrangeiras no setor.

Devido a estes e outros fatos foi instalada, em 1964, uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados (CPI Hanna/CD), a pedido do deputado Celso Passos para tratar da questão do minério de ferro no Brasil, das atividades da Hanna no Brasil e de possíveis disputas entre os interesses da multinacional americana e da estatal Vale do Rio Doce, processo que tornou a Consultec ainda mais conhecida.

d) Análise e Perspectiva Econômica (APEC)

Em 1962, o grupo ligado à Consultec – dentre eles Roberto Campos, Glycon de Paiva e Lucas Lopes – cria a APEC, mais um dos aparelhos privados ligado aos interesses políticos empresariais. A instituição visava realizar publicações especializadas contra a “ameaça de

¹⁴O histórico da empresa no Brasil, incluindo o caso aqui citado, é resgatado no artigo *O Caso Hanna/Mbr: Cronologia De Uma Investição*, Bernardo Novais da Mata- Machado

¹⁵Lucas Lopes enviou uma carta enviada ao General Nelson de Mello, Secretário do Conselho de Segurança Nacional onde afirmava que "um grupo de planejamento, do qual sou consultor, foi procurado por representantes da Hanna Co. a fim de obter orientação econômica e técnica para a execução de um programa de exportação de minério de ferro" (DREIFUSS, 1981, p.90).

ideologias e ideólogos que tentavam levar o Brasil por caminho de uma sociedade totalitária” (DREIFUSS, 1981, p.89). A APEC expandiu seu campo de atuação mais tarde, tornando-se também uma editora, que publicou diversos livros de Roberto Campos.

e) Associação Nacional de Programação Econômica e Social (Anpes)

No fim do Governo Goulart, foi fundada a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (Anpes). O Jornal Correio da Manhã, em 16 de abril de 1964, anunciava que: “Bancos de SP lançam Anpes”. A Associação Nacional de Programação Econômica e Social foi lançada oficialmente na sede do Sindicato dos Bancos, dirigida por Roberto Campos e Lucas Lopes.

Assim, os banqueiros paulistas financiavam pesquisas e publicações, organizando estudos sobre grandes questões da época, como as reformas bancária, agrária, tributária e sobre o equilíbrio orçamentário, apontando caminhos ao poder público. Foi um órgão ativamente engajado na crítica ao Governo João Goulart e, a partir do golpe, na defesa do Estado autocrático. Várias pessoas da Anpes foram trabalhar nos governos militares, dentre as quais Campos – seu primeiro presidente –, Simonsen e Delfim. Como afirma Dreifuss:

A 31 de março de 1964, no dia do desencadeamento do golpe, um grupo de diretores de grandes bancos e indústrias criou, em São Paulo, a Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social – Anpes, como parte de um esquema para tornar o associado do IPES e técnico-empresário Roberto de Oliveira Campos o Ministro do Planejamento do novo governo. Roberto Campos, uma figura central da Consultec, professor da Escola Superior de Guerra e ex-embaixador nos Estados Unidos foi eleito secretário geral da Anpes. (...). Outras figuras centrais do Anpes eram Antonio Delfim Netto, do grupo de Doutrina e Estudo do IPES-São Paulo, que passou a secretário geral depois que Roberto Campos se tornou Ministro do Planejamento, e Mário Henrique Simonsen. (DREIFUSS, 1981, p.425)

Encontramos, entre os anos de 1964 e 1968, 24 menções a Anpes nas edições do Correio da Manhã. Além das publicações, a Associação tinha outras atuações, como o patrocínio de uma festa de confraternização entre “líderes da indústria, comércio e agricultura de São Paulo (...) [e] os ministros da Fazenda (Octávio Bulhões), do Planejamento (Roberto Campos), da Indústria e Comércio (Daniel Faraco) e da Agricultura (Thompson Filho)” que tinha por objetivo “expressar o apoio da iniciativa privada para tornar viáveis as medidas de estímulo às Finanças do País, ao desenvolvimento econômico e às reformas de base” (*Correio da Manhã*, 02/06/1964)¹⁶. Segundo a matéria, Lucas Lopes, ex-ministro e então conselheiro da Anpes, falaria em nome da iniciativa privada. Através do conjunto de matérias no Correio da Manhã, fica evidente o papel da Associação na disputa da hegemonia em prol dos interesses dos grandes capitais, seja através de publicações, eventos ou “confraternizações”.

¹⁶Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Anpes

f) O ensino de economia no Brasil

As instituições formais de ensino, como escolas e universidades, representam importante aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela difusão científica e ideológica para grandes massas. A existência formal do curso superior de Economia no Brasil data da década de 1940, com a fundação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, processo que se vinculou ao momento de importantes mudanças estruturais que o país vinha passando, e da criação de diversas instituições e agências governamentais responsáveis pela regulação e planejamento, como o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), o Ministério da Fazenda, a Comissão de Mobilização Econômica, os Conselhos de Planejamento Econômico e de Política Industrial-Comercial e a Sumoc. Em seu livro *Os Economistas no Governo*, Maria Rita Loureiro afirma que:

O processo de formação da competência específica do economista e sua identidade como segmento da elite dirigente no Brasil desenrolou-se não apenas no âmbito acadêmico das escolas de economia mas sobretudo nos órgãos governamentais e nas instituições de pesquisa aplicada. E ainda no bojo das lutas político-ideológicas que atravessaram as décadas de 30 a 60 no país. (LOUREIRO, 1997, p.23).

Assim, pode-se dizer que nas décadas de 1940 e 1950 a formação em gestão econômica se dava principalmente no interior dos organismos governamentais. Após uma década em que surgiram instituições como o BNDE (1952), a Comissão Mista Brasil-EUA (1951) e os Grupos Executivos do Plano de Metas (1956-1960), surgem na década de 1960 os primeiros centros de pós-graduação, junto à reforma curricular de diversos cursos de graduação. Concorreram para este surgimento a difusão da percepção de que o ensino acadêmico de economia estaria defasado e pouco adequado às necessidades do mercado de trabalho e a necessidade de pessoal qualificado para ocupar os postos nos diferentes níveis de governo.

Alguns dos primeiros centros fundados foram a Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV), o Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE), o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG), o Instituto de Pesquisa Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE/USP), o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE/UFRGS), a Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará (CAEN/UFCE) e a Universidade de Brasília (UnB) (GANEM, 2011). Sua consolidação e difusão se deu na década de 1970, quando os cursos universitários passaram a constituir o principal meio de formação de

economistas e de quadros dirigentes para a área econômica (LOUREIRO, 1997, p.70). Em fins desta década surgem também centros críticos, notadamente o da Universidade de Campinas Unicamp e o Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEI/UFRJ).

Outro aspecto importante da época é sua relação com o processo mais geral de internacionalização brasileira. Segundo Loureiro, houve “uma incorporação sistemática, por parte das instituições de ensino e pesquisa do país, dos padrões teóricos e metodológicos vigentes nos países desenvolvidos, em particular nos Estados Unidos” (1997, p.65). Houve também, segundo a autora, um forte intercâmbio – em que brasileiros se formavam no exterior e vinham para o Brasil lecionar profissionais estadunidenses – e a implantação de convênios por parte de instituições como a *US Agency for International Development* (Usaid) e a Fundação Ford, especialmente na FGV e na USP. Vale citar também a criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 1964, a partir de iniciativa de Roberto Campos.

O golpe de 1964 é um marco importante para o campo da Economia, privilegiando uma teoria ortodoxa e aumentando a demanda de profissionais devido à hipertrofia do Executivo e da necessidade do “desenvolvimento” enquanto meio legitimador do novo regime. As carreiras seguidas teriam de dois perfis principais: a carreira de funcionário-economista, ocupado por profissionais com curso superior em Economia e que tendiam geralmente a permanecer em cargos de médio escalão; e a carreira de economista-dirigente político. No livro de Loureiro, o foco é dado no segundo perfil, que seriam profissionais provenientes principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, professores “brilhantes” que se tornaram conhecidos através da consultoria empresarial (LOUREIRO, 1977, p.86-87). Para a autora, o fato destes últimos profissionais serem acadêmicos, de terem uma legitimidade científica, seria importante para suas trajetórias. Sua relação com os cargos governamentais seria a de uma etapa em sua carreira, que seria marcada pelo movimento “universidade → governo → consultoria privada” (p.88).

Este segundo perfil possui uma relação direta com as formulações de Gramsci acerca dos intelectuais orgânicos, que não sendo uma classe em si, desempenham um papel fundamental na organização e na constituição das classes fundamentais. Esses intelectuais orgânicos civis conformavam o que se pode chamar de uma *intelligentsia* empresarial e foram importante ponto de sustentação e aglutinação dos ideais caros ao campo civil-militar vinculado ao bloco multinacional e associado. Foram importantes organizadores políticos, diretores e acionistas de empresas, formados em instituições conceituadas, que ocupavam importantes postos desde os governos civis do período analisado, ganhando nova importância após o golpe.

Tanto Delim Netto, na década de 1960, quanto Mario Henrique Simonsen, na década de 1970, seriam intelectuais típicos deste segundo perfil de carreira¹⁷. Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen se envolveram ativamente na criação de importantes instituições e no debate sobre o ensino de Economia no Brasil.

Delfim tornou-se professor da USP em 1958 e foi um dos principais mentores da reforma curricular da década de 1960, concluída em 1964, quando o ensino passou a adotar uma linha mais técnico-profissionalizante, com o reforço da matemática e da teoria econômica. Foi também um dos responsáveis pela criação do curso de pós-graduação daquela mesma instituição.

Delfim reuniu em torno de si um grande grupo de discípulos – conhecidos como “Delfim Boys” e que ocupariam futuramente cargos públicos –, realizando uma série de seminários sobre teoria econômica entre os anos de 1962 e 1965¹⁸. Mario Henrique Simonsen também teve uma importante atuação neste campo durante o período analisado, intercalando a docência na EPGE/FGV com a atividade empresarial e tendo ajudado a fundar a pós-graduação desta instituição. Ambos publicam textos acerca deste tema no volume 20, n. 4, da *Revista Brasileira de Economia*¹⁹, de 1966, espaço que congregava diversos acadêmicos que participaram dos governos militares.

Assim sendo, acreditamos ter inventariado alguns dos principais – mas certamente não todos – aparelhos privados de hegemonia vinculados aos interesses do setor multinacional e associado. É interessante a percepção de que as principais figuras civis destes aparelhos transitaram entre eles, posto que “universidade, governo e consultoria privada são momentos distintos, mas intrinsecamente relacionados; eles desvelam a rede de espaços sociais por onde circula e se legitima esse segmento específico das elites dirigentes no Brasil” (LOUREIRO, 1997, p.91). Na seção seguinte, analisaremos a produção científica, acerca de importante temas do período, de três destes intelectuais: Roberto Campos, Delfim Netto e Mario Henrique Simonsen.

¹⁷ Campos teve uma trajetória de formação no exterior e privilegiou a atuação em postos governamentais, diplomáticos e empresariais – tendo lecionado por certo período na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE) mas sem protagonismo neste debate.

¹⁸ É bastante interessante o relato de um dos participantes destas atividades, que afirmou que “No ano de 1964, em que eu participei do grupo de estudos, o programa era intenso: diariamente, das 7:30 às 8:30, se estudava o texto de Allen, *Mathematical analysis for economists*; das 14 às 15h, alternadamente, os textos que na época eram *dernier-cri*: Anderson e Quandt, *Microeconomic theory*, e Ackley, *Macroeconomic theory*; das 18 às 19h, textos de periódicos internacionais, também os últimos lançamentos da estação. Ao fim da tarde de sexta-feira, o grupo de estudos fazia 'vaquinha' para comprar uísque Drury's, ao sabor do qual se discutia o livro de Paul Sweezy, *Teoria de desenvolvimento capitalista*, texto famoso de economia marxista. A impressão que fiquei era de que os textos de teoria econômica eram para ser levados a sério, o texto de Sweezy, para ser levado a uísque. (...) Em 1965, [Delfim] era o líder incontestado da faculdade” (Ekerman *apud* Loureiro, 1997, p.92).

¹⁹ Tanto *As oportunidades, os problemas e a estratégia para melhorar no Brasil o treinamento universitário em Economia*, de Delfim, quanto *O ensino de Economia em nível de Pós-Graduação no Brasil*, de Simonsen, estão disponíveis em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/issue/view/20-4>

III.3 CONTROVÉRSIAS

Existem diferentes abordagens para o tratamento da história do pensamento econômico. Segundo Malta et al (2011, p.32): “A visão tradicional de HPE é estruturada em torno da ideia de que só existe uma linha teórica em economia, que hoje atinge seu mais alto grau evolutivo”.

A proposta metodológica adotada nesta seção procura seguir aquela formulada por estes autores no livro *Ecos do desenvolvimento* (2011), em que propõem a combinação de um estudo sobre o período histórico com o estudo da teoria econômica de então. A partir desta proposta, consideramos ser possível compreender as influências e disputas que possibilitaram tais formulações teóricas. Assim, o pensamento econômico é visto como resultante da disputa de diferentes visões de mundo.

Nesta seção, analisamos as contribuições de intelectuais vinculados à grande burguesia multinacional e associada, a partir de algumas controvérsias selecionadas – e deixando de fora muitas de igual importância –, quais sejam: o planejamento estatal e o desenvolvimento econômico; o padrão de distribuição de renda, a inflação e o arrocho salarial; a relação do Estado com o capital estrangeiro e a agricultura.

III.3.1. O PLANEJAMENTO ESTATAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Durante o período de consolidação do capitalismo monopolista, foi construído considerável consenso no sentido de que o Estado impulsionasse o desenvolvimento. A burguesia de então era tolerante a uma ação estatal que visasse garantir uma rentabilidade mais elevada em seus empreendimentos. Como observou Dreifuss (1981, p.74-75):

No final daquela década [de 1950], economistas influentes, militares, técnicos e empresários exigiram um planejamento indicativo, o qual consideravam como um empreendimento nacional necessário. O planejamento indicativo foi apresentado como um fator importante no desenvolvimento capitalista, um elemento de direcionamento da sociedade e de supervisão das diretrizes macroeconômicas. Os argumentos a favor de sua institucionalização foram debatidos acaloradamente em associações de classe empresariais, na Escola Superior de Guerra e nos *think-tanks* governamentais. (...) De fato, o planejamento indicativo e alocativo, ou a racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país (...) seria um dos pilares do regime pós-1964 (...).

A experiência de planejamento soviético, as experiências dos países capitalistas que passaram por processos de depressão, bem como “(...) o novo surto de interesse internacional dos países subdesenvolvidos, dissatisfeitos com o lento ritmo do desenvolvimento econômico espontâneo” teriam assim contribuído para alterar a hegemonia do pensamento liberal herdado de Smith e Ricardo, fazendo com que a questão da época fosse “menos de saber se os

governos devem ou não intervir no domínio econômico, através do planejamento, que de determinar a forma e escopo desse planejamento” (CAMPOS, 1963a, p.12).

Na palestra intitulada *Planejamento do Desenvolvimento Econômico nos Países Subdesenvolvidos*, Roberto Campos inicia pela definição do que entende por *país subdesenvolvido* e por *planejamento*. Sobre a noção de país subdesenvolvido, considera-a de difícil precisão, mas opta por identificar os países subdesenvolvidos como aqueles onde grande maioria da população está empregada em atividades primárias, em que se aplicam processos de produção rudimentares e há renda per capita baixa.

Acerca do planejamento, trata-o a partir de uma definição de Carl Landauer: “orientação das atividades econômicas por um órgão comunal, mediante um esquema que descreve, em termos quantitativos assim como qualitativos, os processos produtivos que devam ser empreendidos durante um período futuro prefixado” (LANDAUER apud CAMPOS, 1963a, p.10).

O autor reitera a necessidade do planejamento em diversos outros textos, como em *Reflections on Latin American Development*, de 1967:

Duas premissas precisam ser reconhecidas logo de início. A primeira é que, nos países subdesenvolvidos da América Latina, como também em outros países subdesenvolvidos, uma intervenção muito maior do Estado é desejada e necessária do que no caso de economias maduras de crescimento cumulativo, como os Estados Unidos. Essa necessidade para maior intervenção estatal existe, ainda que o nível de eficiência governamental é muito mais baixo. As razões por trás disso não são somente o fato de que áreas tradicionais de investimento – como sistemas de educação e saúde, da mesma maneira que obras públicas para controle de enchentes, irrigação, saneamento e construção de estradas são de importância muito grande nos primeiros estágios do desenvolvimento, mas também em investimentos diretamente produtivos há necessidade de incentivo especial e ação governamental. Alguns casos podem ser citados para justificar intervenção do governo além de sua área tradicional de investimento. Em primeiro lugar, há necessidade de investimento pioneiro na abertura de novas áreas e na criação de novas fontes de energia. (...) (CAMPOS apud GODOI, 2007, p.68).

Haveria, portanto, uma diferença entre o planejamento nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Enquanto nos primeiros visar-se-ia a manutenção do pleno emprego, nos últimos a atuação deveria centrar-se na aceleração do ritmo de desenvolvimento, considerado lento quando deixado à iniciativa espontânea. O planejamento econômico e a intervenção estatal seriam mais necessários, portanto, nos países subdesenvolvidos, devido às suas “características especiais”: a debilidade da iniciativa privada; a concentração de recursos, a faculdade telescópica e a velocidade de desenvolvimento. (CAMPOS, 1963a, p.14).

A debilidade da iniciativa privada se associaria à questão da concentração do poder de iniciativa econômica. Isso faria com que, diferentemente dos países desenvolvidos, onde o

Estado teria “função meramente supletiva”, nos países subdesenvolvidos fosse necessário “intervir para compensar a debilidade da iniciativa privada, aplicando estímulo simultâneo a vários campos de investimento” (ibid, p.15). O baixo nível de poupança, a debilidade do sistema de crédito e a grande desigualdade na distribuição de renda dificultariam a concentração nas mãos de um número suficiente de agentes dos recursos necessários a grandes investimentos. Ou seja, por existir uma concentração de recursos apenas em um pequeno grupo capaz de realizar tais investimentos, e por este grupo adotar a prática do consumo ostentatório, não conseguiríamos realizar o conjunto dos investimentos necessários.

Acerca da velocidade de desenvolvimento, seria necessário que “o crescimento da renda exceda o ritmo do crescimento da população por uma margem suficiente para apressar a acumulação de capital” (1963a, p.17). O escopo do planejamento capitalista, no entanto, deveria ser menor do que o socialista, o qual diria respeito ao conjunto dos investimentos. O planejamento governamental capitalista se referiria principalmente ao setor público, embora não exclusivamente, deixando ao setor privado uma autonomia decisória.

Mas Campos também admitia diferenças de abrangência do planejamento entre países capitalistas, que poderia ir de um planejamento parcial e supletivo ao planejamento público como principal elemento do sistema, ao qual deveria ajustar-se o investimento privado. Ele se referencia no “Seminário sobre Planejamento do desenvolvimento econômico” realizado em 1951 pela ONU para aliar-se a primeira visão, considerando tarefas indispensáveis ao governo: gerar institucionalidade, assistência técnica e serviços sociais; formular programas parciais ou gerais de desenvolvimento, em especial para o setor público; produzir diretamente bens e serviços; orientar e dirigir o setor privado. Nos países capitalistas, o governo deveria se utilizar de mecanismos de controle apenas indiretos, através de medidas monetárias e fiscais, nunca substituindo o setor privado:

O Estado devia circunscrever tanto quanto possível a sua atuação de empresário e, através de uma retirada estratégica, transformar-se em investidor pioneiro e supletivo, e nunca num investidor competitivo em setores onde a iniciativa privada tem suficiente vitalidade (1963a, p.184)

Para um bom planejamento seria necessário que se iniciasse a análise pelo levantamento dos recursos disponíveis (tributos, empréstimos, poupança voluntária, corte em outras áreas do governo) e não pelas necessidades de investimento dos diferentes setores. Os setores a serem escolhidos deveriam ser aqueles que propiciassem maior aumento de produtividade da economia, mesmo que apenas indiretamente, como no caso dos investimentos em saúde, educação, assistência social etc. Campos acrescenta: “é precisamente no que tange aos investimentos de produtividade indireta que são maiores as

responsabilidades do financiamento público, dada a pouca atração que exercem sobre o capital privado” (1963a, p.26). O planejamento também deveria iniciar pelos investimentos de menor maturação, suscetíveis de atrair a iniciativa privada.

O economista julgava a construção deste ambiente favorável pelo Estado mais importante do que a programação do próprio setor público. Nas palavras do autor, ele defenderia um desenvolvimentismo pragmático, mais “realista e moderado” em relação ao papel do Estado frente a iniciativa privada. Ele também aponta, em um discurso na Conferência da CEPAL de 1957, que esta abordagem mais moderada teria predominado no Brasil “a despeito de incoerências, hesitações e contramarchas” e “não sem erro e dor” (CAMPOS, 1963b, p.86).

Também neste discurso de 1957, Campos defende a programação “através de uma diagnose dos fatores estratégicos do crescimento econômico, e da prognose das suas tendências naturais, (que) permitissem a aplicação de medidas terapêuticas” (CAMPOS, 1963b, p.85). A programação seria vista, assim, como “neutra”, isto é, não levaria a um “alargamento da intervenção estatal na economia” e o controle sobre o setor privado deveria ser mais em um sentido de construção de um ambiente positivo para a iniciativa privada.

Este é, portanto, um momento em que Campos se posiciona taticamente contrário à corrente mais liberal representada por Gudin, sendo considerado parte do grupo de defensores de um desenvolvimentismo conservador, associado ao capital estrangeiro, em que o Estado deveria intervir, mas cedendo espaço ao setor privado. Acerca da corrente liberal, afirma:

Os regimes capitalistas já experimentaram sua quota de desencanto no tocante ao profético otimismo do liberalismo da escola manchesteriana. Nenhum mercado, por si só guiado pela mão invisível, levou a uma distribuição ideal da renda, nem o livre comércio levou a uma ótima distribuição entre as nações dos ganhos de renda e produtividade. O intervencionismo estatal, hoje generalizado e o protecionismo comercial, assim como várias modalidades do planejamento econômico, ora em voga, são um constante desmentido do profético otimismo do liberalismo econômico de antanho (Campos *apud* Ganem, 2010, p.28).

Posição similar é assumida por Delfim Netto, que no prefácio de seu *Planejamento para o desenvolvimento econômico*, afirma que “é ilusão pensar que existe a alternativa planejar ou não planejar, pois a única alternativa que existe, na realidade, é planejar bem ou planejar mal” (1966, p. vii). Ao longo do livro, o autor empreende forte defesa acerca da necessidade do planejamento estatal como maneira de romper o subdesenvolvimento:

(...) não existe nenhuma razão para se acreditar que o desenvolvimento econômico seja automático, isto é, que *não existe nenhuma razão, dentro da mecânica do desenvolvimento, que nos leve a acreditar que ele é inevitável e que, qualquer sociedade, sob a pressão de suas forças sociais internas, terá de trilhá-lo.* (DELFIN NETTO, 1966, p.86, grifo do autor)

Delfim realiza uma crítica a visões deterministas que imperavam no pensamento econômico brasileiro em décadas anteriores e que viam em nossa trajetória fatalismos geográficos ou mesmo raciais que tornavam impossível que o país crescesse substancialmente. Para o autor, a questão do desenvolvimento seria mais complexa nas nações chamadas subdesenvolvidas onde, além da distribuição, haveria a questão da acumulação de capital. Defendia o planejamento do governo dentro de um regime de livre iniciativa, e disputou grupos em prol da “ideologia do desenvolvimento”, como afirma:

(...) nossa sociedade ainda não conseguiu galvanizar todas as classes sociais em torno do ideal do desenvolvimento. A falta de identificação de alguns setores com a ideologia do desenvolvimento representa um atraso considerável nas nossas possibilidades de realizá-lo (DELFIM, 1966, p.10)

Neste livro, Delfim coloca seus objetivos de desenvolvimento em termos de duas proposições, que deveriam ser perseguidas pelo conjunto da sociedade brasileira: “1) a maximização da taxa de desenvolvimento econômico do País, com uma extensão tão rápida quanto seja possível dos benefícios de tal desenvolvimento a todos os cidadãos; 2) uma descentralização do poder político que torne possível a todos os cidadãos desfrutar, livremente, desses benefícios” (1966, p.). Quanto aos objetivos do planejamento, “(...) impõe-se que as modificações estruturais mais importantes sejam previstas e superadas antes de se tornarem um fator impeditivo da aceleração do desenvolvimento econômico. Este é o objetivo básico do planejamento” (1966, p. vi).

Também no mesmo livro aparece a questão da disputa com as ideias socialistas, que se expressavam na sociedade que foi abordada também por Campos. Buscava-se afirmar enquanto um meio termo – “nem o socialismo soviético nem o *laissez-faire*” – capaz de realizar esses dois objetivos do desenvolvimento nas economias subdesenvolvidas. Este meio termo seria para Delfim justamente o planejamento capitalista, capaz de “ficar com o que há de positivo em cada uma daquelas formas de realizar a satisfação das necessidades materiais do homem, minimizando o que há de negativo em cada uma delas” (DELFIM, 1966, p.12).

Em sua defesa do planejamento, Delfim – assim como Roberto Campos²⁰ – o coloca como neutro, como “uma simples técnica de administrar recursos” (DELFIM, 1966, p.13), capaz de fortalecer a economia de mercado. Para o autor o *desenvolvimento* abarcaria tanto questões quantitativas quanto qualitativas, algo que segundo ele a estreiteza da ortodoxia, que reduzia o desenvolvimento a um mero aumento da produtividade do trabalho, não enxergava. Segundo Delfim, “o fenômeno do desenvolvimento, em sua totalidade, transcende aos

²⁰ “Diga-se de início que o problema do intervencionismo estatal é distinto daquele do planejamento. Se é verdade que o planejamento socialista, centralizado e totalitário, é incompatível com o capitalismo social, formas existem de programação e planejamento que são politicamente neutras, podendo ser usadas quer para asfixiar a iniciativa privada, através de restrições, quer para encorajá-la, através de incentivos” (CAMPOS, 1964, p.53)

quadros da economia” (DELFIM, 1966, p.19). O economista opta, no entanto, por analisar apenas o desenvolvimento em termos econômicos, definindo-o como um “processo pelo qual a quantidade de bens e serviços, produzidos por uma coletividade na unidade de tempo, tende a crescer mais rapidamente do que ela” (DELFIM, 1966, p.17). Ou seja, como um conjunto de mudanças estruturais que geram aumento da produtividade média do trabalho.

Durante o livro, Delfim apresenta diversos modelos para o desenvolvimento, enriquecendo-os ao longo dos capítulos. Em seu modelo simples a mão de obra se combina com recursos naturais e capital gerando um fluxo que se divide entre consumo, reposição da depreciação e investimento líquido. O processo de desenvolvimento econômico se realiza quando a taxa de acumulação de capital é maior que a taxa de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). Ou seja, o desenvolvimento depende da quantidade de excedente econômico e de como ele se reintegra ao fluxo do processo produtivo. As variáveis do início do processo fazem-no se perpetuar, desconsiderando a questão distributiva que estava em pauta através dos estudos de Celso Furtado e outros economistas.

Nos capítulos seguintes, Delfim complexifica o modelo original, introduzindo diferentes setores e uma economia aberta. Ele avalia que o processo de desenvolvimento gera pressões deficitárias no balanço de pagamentos, defendendo o aporte de capitais estrangeiros. Também despolitiza e desistoriciza a problemática do desenvolvimento econômico, identificando-o à mera superação de gargalos de produtividade através da operação das variáveis econômicas. Delfim defendia que era necessário se afastar de uma sociologização da questão do desenvolvimento, tal qual faria o estruturalismo da CEPAL.

Cabe, por fim, ressaltar o conceito de “coletividade”. Delfim supera visões ortodoxas ao incluir uma dimensão histórica e concreta em sua análise, diferenciando o Brasil de países centrais. Mencionava, no entanto, uma “coletividade” que deveria se sacrificar de modo a garantir o equilíbrio monetário durante o desenvolvimento econômico, mantendo uma propensão marginal a poupar considerada necessária através do uso de uma “política fiscal adequada (capaz de retirar dos consumidores os excedentes de poder de compra)” (DELFIM NETTO, 1966, p.68). Esta categoria vazia – uma coletividade composta de unidades de mão de obra – ao tentar abarcar o conjunto de indivíduos da sociedade não compreende uma análise das classes sociais, velando as relações de exploração. Essa visão será importante nas reflexões acerca da questão da distribuição de renda, o que nos leva para o próximo tópico.

III.3.2. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, INFLAÇÃO E A DEFESA DO ARROCHO SALARIAL

O tema da distribuição de renda e sua relação com o desenvolvimento econômico é um dos mais importantes da época. Ganhou novo fôlego com a divulgação dos resultados do Censo de 1970 – que demonstrou significativas pioras na distribuição. Já era, no entanto, fundamental nos debates ao longo das décadas anteriores, articulando-se aos debates sobre o desenvolvimento econômico. A importância da retomada desta controvérsia é fundamental, como afirma Maria Malta (2011, p.196), “não apenas do ponto de vista da história do pensamento econômico brasileiro, mas também como o marco da sistematização do debate distributivo no Brasil, em sua articulação clássica com a questão do desenvolvimento econômico”. Este foi um debate que polarizou os economistas entre os governistas, defensores das políticas oficiais, e uma gama de autores críticos ao novo modelo implementado a partir de 1964 – em que se crescia concentrando renda – e relacionou-se à emergência da teoria do capital humano no Brasil.

Um importante marco do debate ficará, no entanto, fora das análises deste trabalho. Trata-se de *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, de Carlos Geraldo Langoni²¹, publicado em 1973, livro responsável pela explicação oficial do governo sobre os resultados censitários de 1970, através de uma teoria da distribuição que não fazia referências às classes sociais.

Os autores aqui analisados se enquadram no grupo de economistas “oficiais”, defensores dos governos militares. Podem ser considerados, ao lado de Eugenio Gudín, os maiores divulgadores da chamada “teoria do bolo”. Campos, por exemplo, afirmava-se um combatente do mito do pensamento brasileiro que acreditava que “o bem-estar e a elevação do padrão de vida podem ser atingidos diretamente por medidas legislativas ou imposições redistributivas”. No lugar deste mito, defendia que o bem-estar seria um subproduto do desenvolvimento econômico: “É preciso não confundir o fruto do desenvolvimento econômico – alto padrão de vida – com a raiz do desenvolvimento econômico – alto coeficiente de investimentos” (CAMPOS, 1963a, p.160).

O autor se opunha, portanto, a políticas de distribuição de renda. Para ele, haveriam “quatro ilusões do desenvolvimento” (CAMPOS, 1963b): a inflacionista, a transpositiva, a redistributiva e a mecanicista. A ilusão redistributiva seria complicada justamente por ser uma ilusão muito atraente. Consistiria na busca pelo desenvolvimento social e distribuição de bem-estar em um ritmo que seria, segundo Campos, maior do que o permitido pelo estágio de

²¹Sobre a controvérsia que se seguiu à publicação do Censo de 1970, ver Malta (2011),

desenvolvimento econômico, e que aconteceria muitas vezes em detrimento deste desenvolvimento, pois o excedente de lucros deveria ser reinvestido.

Para o autor, a prioridade deveria ser a manutenção do ritmo de capitalização, colocado em risco pelos padrões de consumo não condizentes com o nível de desenvolvimento. Este consumo geraria justamente uma diminuição dos fundos públicos e privados que tornavam possível tal ritmo de capitalização, prejudicando a economia e a população.

Assim, Campos se posiciona contrário a intervenções “populistas”, criticando uma concepção que via na justiça social mais uma questão de justiça distributiva do que de eficiência. Para o autor, um possível aumento do padrão de vida seria uma decorrência do processo de desenvolvimento capitalista e não algo passível de ser conseguido através de medidas legais ou regulatórias:

Há, na realidade, dois processos de melhoria do padrão de vida do operário: um é distribuir melhor a produção existente, mesmo à custa da diminuição do fundo de inversões. Outro é apressar, ao máximo, o ritmo de capitalização, para que dele resulte uma produção global maior, ainda que injustamente distribuída. O primeiro dos métodos traz euforia momentânea, mas inibe um progresso durável. O segundo é eticamente mais hirsuto, porém mais duradouro em seus efeitos. (CAMPOS, 1963b, p.137)

No livro *Alguns Aspectos da Inflação Brasileira* (1965), escrito por Delfim Netto em conjunto com Affonso Celso Pastore, Pedro Cipollari e Eduardo Pereira Carvalho, os autores apontam o deficit do setor público como principal influência do processo inflacionário. Para eles, os reajustes salariais seriam perigosos para o processo inflacionário.

Ao contrário de autores como Celso Furtado e outros membros da CEPAL, que tinham a justiça social permeando suas análises, para Delfim e outros autores analisados neste trabalho a justiça social aparece apenas como questão secundária em relação à acumulação de capital:

Em uma economia que apresenta alta concentração na distribuição dos rendimentos, é possível a reserva de recursos ponderáveis para o investimento, desde que haja substancial diferença na propensão média a consumir da classe minoritária detentora do excedente econômico, em relação ao restante da população. Se bem que isto possa ser considerado desejável em etapas iniciais de desenvolvimento, é claro que tal situação não pode persistir por muito tempo, uma vez que o próprio processo cria, na massa consumidora, expectativas de melhoria dos padrões de vida dificilmente comprimíveis dentro de um regime político aberto (DELFIN NETTO et al., 1965, p.6, *apud* MARINELI, 2014).

O modelo com o maior crescimento do produto – taxa de investimento 70% – necessitaria de uma diminuição do consumo “ponderável à coletividade no início do processo, dificilmente suportável num país subdesenvolvido a não ser sob coação política” (DELFIN

NETTO, 1966, p.67). Seria preciso controlar os trabalhadores, deixá-los sob tal coação política, para que não se organizem em busca da manutenção de seu poder de compra, o que geraria uma inflação acelerada.

Como sintetiza Delfim acerca da questão distributiva:

A possibilidade de colocar em funcionamento um programa de desenvolvimento acelerado da natureza do presente levanta problemas muito sérios do ponto de vista político, pois é muito improvável que a coletividade concorde, voluntariamente, com a manutenção de um nível baixo de consumo durante quase metade do período de programação enquanto o produto total aumenta rapidamente. As dificuldades aumentam quando consideramos que na ausência de um controle estrito da distribuição do rendimento, a realização de um processo da natureza do anterior deveria causar uma tremenda variação de preços (DELFIN NETTO, 1966, p.85).

O fluxo gerado na produção, por se dividir entre consumo, reposição da depreciação e investimento líquido, implicaria que caso se almeje uma taxa de acumulação maior, deva-se deprimir o consumo presente, pensando na elevação da demanda no futuro, o que faz o planejamento necessário, pois o mercado deixado livremente se pautaria pelos consumidores e pelo curto prazo. Vemos assim as bases do que ficou conhecida como “teoria do bolo”.

A visão de Simonsen coloca, na linha das outras produções aqui abordadas, o desenvolvimento enquanto acumulação de capital e crescimento do rendimento per capita. Esta visão implica na proposição de que as demandas sociais dos distintos grupos em relação à renda real seriam perigosas tendo em vista os limites da capacidade produtiva do país, e de que os governos não poderiam ceder a tentações populistas de aceitar tais reivindicações, sob o risco de ativar um processo inflacionário, prejudicial ao desenvolvimento. Nos escritos de Simonsen desta época, aparece uma visão da inflação como influenciada pelos deficits públicos e pelo aumento de custos devido a aumentos salariais, por esta tentativa governamental de dar conta de aspirações sociais legítimas, porém incompatíveis, isto é, por um desejo de dividir o “bolo” em fatias de soma superior ao todo. A distribuição de renda deveria acontecer indiretamente, através do aumento da produtividade do trabalho.

No artigo de 1963, *Salários, Dualismo e Desemprego Estrutural*, Simonsen busca questionar a tese de que existiria um desemprego estrutural na economia brasileira:

(...) a presença no Brasil de um fenômeno – o de dualismo econômico – que talvez venha sendo erroneamente (sic) interpretado como desemprego (sic) estrutural. Em si, dualismo e desemprego (sic) estrutural não são conceitos incompatíveis. O que tentaremos provar, todavia, é que o fenômeno extenso, à vista de todos os que examinam a economia brasileira, não é o da nulidade da produtividade marginal do trabalho e sim o dos contrastes entre a produtividade e os padrões de vida nas cidades e nos campos. (SIMONSEN, 1963, p.3)

Segundo ele haveria, portanto, um dualismo econômico, isto é, a coexistência de dois setores – rural e urbano – contrastantes, muitas vezes confundida com o fenômeno do desemprego estrutural. O setor urbano teria uma produtividade e salários reais superiores, além de ser uma prioridade do governo e, portanto, usufruir majoritariamente dos benefícios do desenvolvimento, enquanto o setor agrário seria descapitalizado e possuiria salários e produtividade extremamente baixos (SIMONSEN, 1963, p.68-9).

O foco do artigo é a questão da diferença salarial, que decorreria da proteção institucional ao trabalhador urbano e à sua maior capacidade de organização e consequente poder de barganha sobre um Estado visto como “paternalista e cartorial”. Ao longo do artigo são examinadas as modificações introduzidas pela proteção institucional aos salários urbanos, que diferiam do equilíbrio que seria obtido através das forças de mercado atuando livremente.

Para Simonsen, essa diferença salarial gerava um desordenamento das cidades, para onde um grande fluxo de populações rurais iam em busca de melhores rendimentos. Esse crescimento desordenado geraria um crescimento de uma população periférica, empregada em ocupações de baixa produtividade e informais e uma restrição das novas ofertas de emprego nas áreas urbanas. (SIMONSEN, 1963, p.41).

A partir desse ponto de partida, o autor apresenta uma série de variantes de um modelo para uma economia dual fechada que, inicialmente em equilíbrio entre os setores rural e urbano, sofre uma interferência governamental no sentido de aumento do salário real urbano acima das posições de equilíbrio extensíveis a toda a economia. Ele analisa os efeitos desta interferência sobre: o nível de equilíbrio da taxa de juros e dos salários rurais; sobre as relações de troca entre o setor urbano e o rural; sobre o volume de emprego da produção e sobre a relação capital/mão de obra nas cidades e nos campos (SIMONSEN, 1963, p.47).

No Modelo A, a parcela do estoque de capital dotada de mobilidade intersetorial se distribui entre a agricultura e a indústria, igualando-se o produto marginal do capital entre os dois setores. O Modelo B possui a alteração de que todo o capital móvel aplicado é na indústria, enquanto no Modelo C capital e trabalho são substituíveis na agricultura e na indústria e o capital intersetorialmente móvel se distribui entre os dois; já o Modelo D mantém as hipóteses de substituíbilidade do modelo C, admitindo no entanto – como no caso B – que todo o capital intersetorialmente móvel seja aplicado na indústria.

Os efeitos do aumento institucionalmente forçado sobre as variáveis em cada um dos modelos é exposto por Simonsen em um quadro:

Quadro 2

**EFEITOS DE UM AUMENTO INSTITUCIONALMENTE FORÇADO
DOS SALÁRIOS REAIS URBANOS**

| Efeitos Sôbre: | Modêlo A | Modêlo B | Modêlo C | Modêlo D |
|------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Salários reais na agricultura | ? | 0 | — | — |
| Remuneração do capital na agricultura | — | 0 | ? | — |
| Remuneração do capital urbano | — | — | ? | + |
| Relação entre o preço dos produtos industriais e agrícolas | + | 0 | + | + |
| Consumo de produtos agrícolas | + | 0 | + | + |
| Consumo de produtos industriais | — | 0 | — | — |
| Volume de emprêgo no setor urbano | — | 0 | — | — |
| Utilização de capital no setor urbano | — | 0 | + | 0 |

Fonte: SIMONSEN, 1963, p.68

Podemos perceber então que, centralmente, nos modelos apresentados os aumentos salariais gerariam uma elevação dos preços dos produtos industriais em relação aos agrícolas e induziriam os empresários urbanos à utilização de tecnologias mais capital intensivas sempre que possível, retardando a absorção de mão de obra pelas atividades mais produtivas do setor urbano.

Para Simonsen, portanto, um aumento institucional dos salários reais urbanos poderia gerar a redução da participação dos capitalistas e rentistas no produto nacional, mas também pioraria os já reduzidos salários reais na agricultura (SIMONSEN, 1963, p.67). A análise da existência de uma economia dual poderia aproximar Simonsen de autores como Celso Furtado, no entanto, ao invés de enxergar nessa dualidade uma questão histórico-estrutural e de defender reformas estruturais para a superação dessa condição, Simonsen via na intervenção estatal sobre o nível do salário real a causa do dualismo:

Pelo menos no caso do Brasil, as origens da estrutura dual parecem encontrar-se na elevação institucionalmente determinada dos salários urbanos e na proteção legal aos trabalhadores das cidades (previdência social, legislação trabalhista, sindicalização etc.). Por motivos facilmente compreensíveis, êsses (sic) trabalhadores, muito mais sujeitos ao efeito-demonstração e dotados de muito maior poder político do que os assalariados rurais, têm conseguido obter do govêrno (sic) a fixação de benefícios e salários reais, que, embora muito baixos em comparação com os padrões das

nações mais adiantadas, são excessivamente altos para que se possam estender a tóda (sic) a economia do país (SIMONSEN, 1963, p.69).

Aliando-se aos demais economistas analisados, Simonsen critica diretamente aqueles que defendiam reduzir desigualdades de renda diminuindo a participação dos capitalistas e rentistas na renda nacional através da elevação dos salários urbanos acima de supostos níveis de equilíbrio. Segundo o autor, este aumento poderia até causar essa redução da participação na renda nacional, mas poderia prejudicar o desenvolvimento, reduzindo forçosamente a poupança de quem poderia investir em setores prioritários.

Além disso, aumentaria em níveis superiores as novas oportunidades de emprego a migração campo-cidade; modificaria o sistema de preços; induziria os empresários urbanos a opções capital intensivas, reduzindo as novas oportunidades de empregos e possivelmente reduziria ainda mais os salários reais na agricultura, já baixos. Para ele, o instrumento adequado seria a política fiscal e não um aumento institucional do salário real, caso se quisesse reduzir a porção dos capitalistas na renda nacional (SIMONSEN, 1963).

Em síntese, neste artigo coloca-se a resolução dos problemas decorrentes do dualismo econômico – que seria causado por essa elevação artificial dos salários reais urbanos – como “um dos maiores desafios que hoje se apresentam às nações subdesenvolvidas em geral, e ao Brasil em particular”. São propostas quatro soluções, sendo apenas uma viável: (i) uma alta corretiva dos preços sem reajustamento monetário dos salários urbanos, que no entanto seria de aplicação difícil politicamente pois “a proteção institucional aos salários reais urbanos é uma conquista que raros políticos ousariam tirar aos trabalhadores das cidades”; (ii) estender a proteção institucional aos assalariados do campo; (iii) aumentar o produto pela melhor utilização dos fatores disponíveis, transferindo tal aumento para os trabalhadores rurais; (iv) acumulação de capital (SIMONSEN, 1963).

Simonsen defende a quarta possibilidade, como a única realmente efetiva, mesmo que de longo prazo. Ela levaria a um nível de salários e de produtividade muito superior ao verificado com as outras opções. Essa opção pela acumulação de capital como resolução para a dualidade deveria, segundo o autor, ser acompanhada por uma política salarial restritiva, que faça com que os salários cresçam abaixo do aumento de produtividade:

Tal política poderá ser vantajosa por três razões: I) - por, provavelmente, conter a expansão do consumo, deixando assim maiores recursos disponíveis para a acumulação de capital; II) - por estimular, sempre que possível, o maior emprêgo (sic) de mão-de-obra no setor urbano; III) - por estimular as suas relações de trocas com a indústria. (SIMONSEN, 1963, p.71)

Em outubro e novembro de 1964, Simonsen escreve *A experiência inflacionária no Brasil*, publicado no mesmo ano. Este importante livro tem por objetivos “apresentar uma

descrição geral da experiência inflacionária brasileira no período de após-guerra, e o de sugerir algumas explicações para os seus aspectos mais surpreendentes” (1964, p.3) e segue a mesma linha do artigo de 1963. Sua explicação das razões do processo inflacionário baseia-se em aspectos políticos, como a “incompatibilidade da política distributiva do Governo (...) [que] tenta dividir o Produto em partes de soma superior ao todo” (p.15), que resultaria em “déficits públicos descontrolados, expansão monetária acelerada e reajustes salariais desordenados” (p.19).

O efeito-demonstração faria com que a população exigisse “melhorias de padrão de vida muito mais rápidas do que as que seriam permitidas pelo aumento de produtividade” (p.15). A inflação, no entanto, trataria de ajustar as fatias ao real tamanho do bolo. O problema seria que, no afã de recompor o poder de compra perdido, as reivindicações de reajustes acelerariam o processo inflacionário, tornando-o crônico. Isso seria facilitado por perspectivas demagógicas dos governantes, que acabariam por tomar medidas de aumentos salariais e das despesas públicas, realimentando o ciclo e acelerando a inflação.

Neste livro, Simonsen é pioneiro ao incorporar o efeito do reajuste salarial, apresentando uma proposta de curva que representa o movimento dos salários reais. Estes apresentariam um movimento oscilatório, cujo pico se daria na data de reajuste, caindo progressivamente até que novo reajuste seja concedido, como representado no gráfico a seguir:

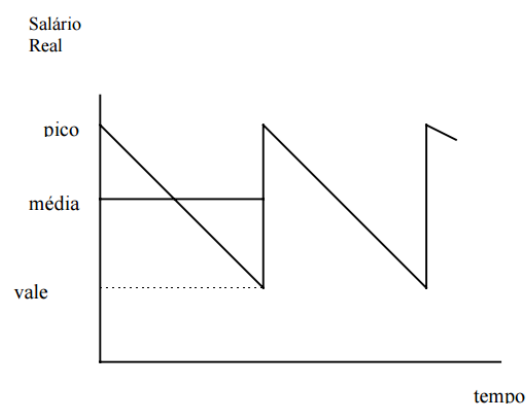


Figura 1. A Curva de Simonsen

No agregado da economia, por causa das distintas datas de reajuste, o movimento dos preços apresentaria uma oscilação livre. Os picos deixariam, no entanto, “um importante subproduto psicológico” (p.19) nos indivíduos, que encarariam este padrão de consumo como seu justo merecimento. Mas atender ao conjunto dessas expectativas “só seria possível se o

produto real da economia se elevasse consideravelmente, e esse aumento necessário seria provavelmente muito inferior às possibilidades de crescimento a curto prazo” (1964, p.19).

Pressionados tanto pela expansão dos meios de pagamento quanto pelos reajustes salariais frequentes – para os quais faltariam estatísticas necessárias –, seria “impossível distinguir que parcela da inflação brasileira se deve à sucção da demanda e que parcela se deve à pressão dos custos” (1964, p.21). O peso atribuído pelo autor à influência do movimento do balanço de pagamentos é reduzido tendo servido em certos períodos, inclusive, como freio à inflação, devido às taxações, cotas de retenção de café e depósitos compulsórios de importadores (1964, p.36).

O autor afirma que a hipótese quantitativista, que atribui à inflação uma proporcionalidade em relação à expansão dos meios de pagamento, teria se verificado no processo inflacionário do pós-guerra. Suas propostas para um plano de estabilização recorrem, no entanto, a medidas tanto de controle da expansão dos meios de pagamento – condição necessária mas não suficiente –, quanto a medidas que combatam a inflação pelo lado dos custos (1964, p.25).

O capítulo 8 é dedicado à questão do comportamento salarial. Nele, Simonsen afirma ser “fora de dúvida que muitos reajustamentos salariais no Brasil têm sido institucionalmente forçados acima dos níveis que, normalmente, seriam pagos pelo mercado” (1964, p.39), devido a ação dos sindicatos e dos sucessivos governos, principalmente os imediatamente anteriores ao ano de 1964, a partir do marco da duplicação do salário-mínimo em julho de 1954.

O processo inflacionário brasileiro, conquanto não tenha sido capaz de impedir o crescimento econômico, teria causado “o desperdício de fatores e o sacrifício da população”, gerando distorções como: a instabilidade e a desordem salarial, que deprimiu a média dos ganhos reais dos trabalhadores; o controle das tarifas dos serviços de utilidade pública, que seria injusto e geraria um desinteresse por parte do capital privado; o controle cambial, com taxas de câmbio supervalorizadas; as distorções no mercado de crédito; a imprevisibilidade financeira; as ilusões de rentabilidade, que criariam “uma atmosfera desfavorável à iniciativa privada e fortalece-se a superstição de que a alta do custo de vida é provocada pela ganância das classes produtoras” (p.52); o desestímulo aos investimentos sociais, notadamente os habitacionais; e a falência do papel orientador do sistema de preços sobre a produção e os investimentos, incentivando a especulação em detrimento dos investimentos de base (SIMONSEN, 1964).

O surpreendente seria, para o autor, não a existência destas distorções, mas o fato de que elas não foram capazes de impedir o crescimento acelerado do país no pós-guerra – pelo

menos até 1961 –, que teria crescido com média anual de 5,8% ao ano e 3% ao ano per capita entre 1947 e 1961 e 6,9% ao ano entre 1957 e 1961. Tal paradoxo desafiaria a ortodoxia

Teria havido também um processo de estatização do investimento, com aumento da participação governamental, o que, apesar de provavelmente nocivo, teria evitado “o aparecimento de vários pontos de estrangulamento que a inflação tendia a fazer proliferar”, em conjunto ao aumento do endividamento externo que também teria facilitado essa coexistência entre inflação e crescimento (p.73).

No capítulo dedicado ao combate às teses em favor da inflação, Simonsen reforça a posição do artigo de 1963. Esse dualismo, expresso principalmente em termos da discrepância entre salários urbanos e rurais, dever-se-ia à “proteção institucional aos salários urbanos, (...) fortemente protegido pelo governo e pelos sindicatos” (p.81) e à previdência social, diferentemente do verificado na agricultura. Também retoma sua visão de que não se poderia falar em desemprego estrutural:

Quais são as relações salário-emprego dentro deste contexto dual? A situação acima descrita difere significativamente das noções clássicas e Keynesianas de desemprego. Pode também diferir do conhecido estado de desemprego estrutural (embora não seja com ele incompatível). O que realmente ocorre não pode ser descrito por uma teoria inteiramente agregativa, exigindo um modelo que divida a economia em pelo menos dois setores. Num setor, os salários são fixados institucionalmente; no outro, são determinados livremente pelo suprimento residual de mão-de-obra, e pelo produto marginal do trabalho (...) a estrutura dual de salários já constitui situação tradicional no país (...). (SIMONSEN, 1964, p.82)

Novamente, a solução preconizada para o controle da inflação passa pela questão salarial. Simonsen questiona se é possível estabilizar preços sem aumentar a participação dos assalariados no Produto Nacional Bruto. “A resposta puramente técnica é positiva (...) Há, entretanto, um problema político a considerar” devido à influência psicológica exercida sobre os assalariados pelos picos salariais prévios, que desejariam manter seu poder aquisitivo no nível destes picos, o que “difícilmente seria compatível com a preservação da propensão a poupar da economia” (SIMONSEN, 1964, p.83). A falência de sucessivos programas de estabilização é atribuída a esta questão, mas o autor parecia bastante consciente e otimista acerca do futuro propiciado pelo golpe então recente:

Até que ponto as aspirações dos assalariados impediriam a implantação de uma política consistente de estabilização com desenvolvimento? Esse não é um problema de forças de mercado, já que as curvas de oferta e procura de mão-de-obra estão longe de ser favoráveis à maior parte dos trabalhadores urbanos, mas uma questão de influência política. É certamente desagradável, para um político, tentar convencer os assalariados de que suas remunerações devem ser estabilizadas pela média e não pelos picos prévios. Tarefas desagradáveis, contudo, não são necessariamente tarefas impossíveis, nem mesmo nas democracias subdesenvolvidas e, a menos que sejamos extremamente pessimistas, devemos

acreditar na possibilidade de um Governo suficientemente austero para implantar um programa de estabilização sem queda da taxa de poupança (SIMONSEN, 1964, p.84)

O capítulo final é dedicado à análise da proposta de estabilização do governo Castelo Branco. O esforço de desinflação estaria demonstrado no Plano de Estabilização monetária que fazia parte do PAEG, do qual muitas medidas já haviam sido implementadas, mesmo poucos meses após a “Revolução de 31 de março”.

O plano é descrito como gradualista, objetivando conter a inflação e retomar o desenvolvimento econômico, o que implicaria em maiores cuidados, dentre eles o de “evitar qualquer descompasso entre o combate à inflação do lado da procura e do lado dos custos, a fim de não prejudicar a capacidade de poupança do país”. Assim sendo, o plano estaria “ajustando a política salarial ao compasso da política monetária, e rompendo a barreira psicológica da incompatibilidade distributiva” (SIMONSEN, 1964, p.85) ao mesmo tempo em que evitava que a contração monetária se desse predominantemente através da restrição do crédito ao setor privado. Em sua redação, o PAEG afirma uma redução progressiva das despesas de consumo do governo, uma política salarial que não eleve a média dos salários reais – que só poderia subir “pelo desenvolvimento econômico”.

Estabelece também a conhecida regra de revisões salariais, segundo a qual estas “deverão guiar-se pelo critério da manutenção, durante o período de vigência de cada reajustamento, do salário real médio verificado no biênio anterior, acrescido de percentagem correspondente ao aumento de produtividade”.

Em suas conclusões (p.95-96), Simonsen apresenta uma perspectiva otimista em relação ao plano de estabilização do novo governo, que teria a coragem que havia faltado aos governos anteriores de frear os aumentos salariais. Acerca dos aspectos do processo inflacionário brasileiro, ele teria demonstrado a possibilidade de uma inflação duradoura não se converter em hiperinflação, bem como a de uma coexistência de inflação e desenvolvimento, pelo menos até o ano de 1961. Procurando se afastar de ambas as classificações, Simonsen afirma que nosso processo histórico teria possibilitado “destruir a antiga crença pseudocientífica de que inflação e desenvolvimento são categorias incompatíveis”, afirmada pelos ortodoxos, bem como não atestaria, no entanto, que a inflação teria sido útil para o crescimento, posto que “coexistência não significa necessariamente correlação”.

Em meados de 1967, o PAEG enfrentava insatisfação e demonstrava sinais de um quadro recessivo, fazendo com que Delfim Netto, então integrante do Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), criticasse o programa:

Primeiramente, por que estamos ainda diante de um processo inflacionário bastante intenso, apesar de o Governo ter colocado em prática uma política econômica caracterizada por um rígido controle de demanda? Em segundo lugar, quais as causas das reduções periódicas do nível de atividade que tem caracterizado a nossa economia nos últimos anos? Finalmente, de que forma será possível compatibilizar o objetivo de manutenção de taxas de inflação dentro de limites razoáveis com o de plena utilização dos fatores e retomada do desenvolvimento?

Neste mesmo ano, o Marechal Costa e Silva assumiu a presidência, sucedendo Castello Branco. Delfim passou a ocupar então o cargo de Ministro da Fazenda, procurando legitimar o regime para além da necessidade do restabelecimento da ordem econômica e política ameaçada no país, retórica que vinha sendo utilizada até então. Há então uma mudança na política econômica através do Programa Estratégico do Desenvolvimento, que vai dar origem, nos anos seguintes, ao que foi chamado pelo governo como “milagre econômico”. Pode-se dizer que existiu uma diferença entre o grupo ligado a FGV-Rio, mais ortodoxo e partidário da austeridade fiscal e o de Delfim, mais “desenvolvimentista” e partidário da adoção de medidas anti-recessivas.

Os anos que se seguiram foram também de intenso endividamento externo, medida para a qual buscava-se estabelecer um difícil consenso desde antes do golpe. Esta questão será tratada no próximo tópico.

III.3.3. RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA NACIONAL E CAPITAL ESTRANGEIRO

O golpe empresarial-militar de 1964 marcou uma inflexão na relação com o capital estrangeiro vis a vis o que imperava desde a aprovação da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior de setembro de 1962. Basta verificar a revogação desta lei e aprovação em agosto de 1964 da Lei nº 4.390, que reconhecia como capital inicial os lucros reaplicados, não estipulando portanto qualquer porcentagem de capital a ser encaminhado ao exterior na forma de lucro.

A análise do texto do *Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1967*, também é importante para confirmar esse privilégio dado ao caráter dependente de nossa economia após o golpe:

O reconhecimento da importância do setor externo para o desenvolvimento econômico do país implica na aceitação das seguintes premissas: (a) há vantagens em manter certo grau de divisão internacional do trabalho; (b) o capital estrangeiro pode desempenhar um relevante função supletiva nos fluxos domésticos de investimentos; (c) os conhecimentos tecnológicos oriundos do exterior podem desempenhar a desejável função de aumentar a produtividade dos fatores de produção nacional.

Constitui uma das primeiras preocupações das autoridades governamentais o restabelecimento das condições que assegurem ao país a expansão do poder externo de compras, requerida pelas taxas programadas de crescimento do produto nacional. (MPCE, 1965, p. 47)

E novamente, mais adiante no Programa, busca-se convencer os capitalistas brasileiros da opção realizada:

A colaboração do capital estrangeiro não deve criar uma situação de inferioridade para o empresário nacional, que será contemplado com medidas adequadas de apoio, e particularmente de financiamento por parte das instituições oficiais.

A política de capitais estrangeiros configurada no Programa de Ação considera os recursos financeiros externos um meio para acelerar o desenvolvimento econômico do país.

Ideias erradas em relação aos efeitos do capital estrangeiro levaram à criação de um clima hostil, contribuindo para o estancamento do seu influxo em passado recente, depois da importante contribuição que teve para o desenvolvimento da economia nacional em anos anteriores e especialmente no período 1957-1961, em resposta a um tratamento legal menos restritivo. O atual governo pretende restabelecer as condições que tanto estimularam os investimentos diretos naquele período e, para tal fim, solicitou ao Congresso Nacional as modificações necessárias, já aprovadas, na Lei de Remessas de Lucros (MPCE, 1965, p.49)

No período analisado neste trabalho, que compreende os anos de 1954 a 1967, foram encontrados apenas textos de Roberto Campos tendo como foco a maior relação com o capital estrangeiro. Essa visão se encontra também respaldada, no entanto, pelas análises posteriores e pelas ações de Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen.

Acerca de Simonsen, esteve à frente do grupo de trabalho do IPES sobre a questão da remessa de lucros, produzindo estudos e projetos de lei que se opunham ao projeto de João Goulart. Também afirmou explicitamente a defesa de um maior aporte de capitais estrangeiros no país em seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o comportamento e as influências das empresas multinacionais e do capital estrangeiro no Brasil²². Sobre Delfim, suas posições ficaram bem explicitadas no texto de 1970 *A Lógica e o Desenvolvimento* mas, principalmente, ao longo de seu período à frente do Ministério da Fazenda, quando o Brasil viveu um período de intenso crescimento e gigantesco endividamento externo, que praticamente triplicou a dívida externa brasileira entre 1967 e 1972.

Através de seus escritos semanais no *Correio da Manhã* e de um envolvimento direto nas disputas, Roberto Campos representou um dos mais notórios defensores da necessidade da entrada de capitais estrangeiros no país. Para o economista:

Subdesenvolvimento é sinônimo de carência de capital. Nestas condições, o apressamento do ritmo de desenvolvimento exige, quase sempre, uma suplementação de capital doméstico por capital importado. Mesmo quando o desenvolvimento econômico é financiado por recursos financeiros internos, há *necessidade de importação* de maquinaria e equipamento, o que torna o desenvolvimento econômico dependente da posição cambial, das relações de troca e de toda uma gama de influências internacionais (1963a, p.38, grifos do autor).

²²Publicado no *O Estado de São Paulo* em 09-10-1975, sob o título *O Brasil e as multinacionais*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/6076/4701>

Para ele, até então o influxo de capital estrangeiro do pós-guerra teria sido débil, insuficiente e instável, dificultando a planificação. Seria necessário melhorar as condições para tal aporte, promover um fluxo maior de capitais, pois o financiamento estrangeiro abriria inúmeras possibilidades para os países subdesenvolvidos, dentre as quais o “(...) apressamento do ritmo de formação do capital, redução da pressão inflacionária e da pressão sobre o balanço de pagamentos” (1963a, p.38). Sua visão era balizada por relatórios de vários órgãos das Nações Unidas e em documentos estadunidenses, como o relatório Gray e o Relatório '*Partners in Progress*', preparado pelo Comitê Consultivo do Ponto IV, sob chefia de Nelson Rockefeller.

Uma das razões apontadas por Campos pela vulnerabilidade dos planos de desenvolvimentos dos países subdesenvolvidos à inflação seria justamente a falta de capital estrangeiro, “o que os coloca na alternativa de ou retardar o ritmo de desenvolvimento ou tentar apressar o ritmo de formação de capital por processos inflacionários, dado o parco volume da poupança voluntária interna” (1963a, p.44)

Ele se opôs à Lei de remessa de lucros proposta durante o governo João Goulart. Em artigo publicado em 04 de dezembro de 1960, descreve para o grande público os motivos de sua discordância. Dentre eles: o fato de que a remessa de lucros e dividendos não atingiria 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e absorveriam menos de 2% das divisas gastas pelo Brasil com a importação de mercadorias e serviços, descontados royalties e juros de empréstimos; ela seria menor do que o gasto de turistas brasileiros no exterior; mais da metade dos lucros de empresas estadunidenses já seriam reaplicadas no país e os projetos de lei limitando a remessa de lucros a 10% do capital poderiam acabar por assegurar remessas maiores do que as que se verificavam. (CAMPOS, 1964, p.59-62).

Sua retórica passava por afirmar que se atribuía então uma importância demasiada à questão do disciplinamento de tais remessas devido ao setor nacionalista, o qual ele criticava diretamente:

(...) não há conveniência em se modificar no momento, para dar-lhe um colorido restritivo, a legislação sobre capitais estrangeiros. É que a delicadíssima posição cambial faz com que (a) seja necessário recorrer à cooperação estrangeira maciça, sob a forma de empréstimos compensatórios e créditos de longo prazo; essas negociações certamente não seriam facilitadas por discussões acaloradas e acusações infundadas incidentes à tramitação legislativa de projetos da espécie; b) a manutenção do nível de investimentos exigirá por longo tempo o afluxo de capitais estrangeiros, seja para compensar a insuficiência da capacidade de importar, seja para suplementar a poupança nacional ainda inadequada. (CAMPOS, 1963a, p.285)

E continua:

Para um país como o Brasil, que não tem poupança suficiente nem deseja arregimentar mão-de-obra escrava, que reluta em sacrificar o consumo do povo e que não logra obter, pelas exportações, todas as divisas de que carece, o capital estrangeiro é uma necessidade técnica (1964, p.64).

Assim sendo, Campos defendia a entrada de empresas estrangeiras através de diversos argumentos, que passavam sempre pela resolução do problema de falta de poupança no setor privado doméstico – para a qual além da atração de capitais estrangeiros a atuação do BNDE era defendida. O capital estrangeiro deveria, assim, ser direcionado para empreendimentos com longo período de maturação, que possuíssem elevada relação capital/produto, riscos elevados ou rentabilidade baixa.

Ele criticava ferrenhamente um suposto nacionalismo demagógico, defendendo que se deveria priorizar resolver os problemas econômicos e tecnológicos do país, e não focar na nacionalidade do capital:

Quanto ao nosso nacionalismo, continua pedalando na fase do ‘contra’. Rejeita sem substituir. Divide ao invés de unificar. Intoxica, ao invés de mobilizar. Tem vezo totalitário e acusa de ‘entreguistas’ a todos quantos discordam dos seus métodos, quando a circunstância do Brasil não é entregar riquezas que não tem, mas descobrir riquezas de que carece. (1964, p.40)

Para o setor do petróleo, outra polêmica importante da época, Campos defendia regimes de concessão ou contrato em oposição ao monopólio estatal. Ele questionava a capacidade técnica e de recursos do governo, além de acreditar que tal esforço diminuiria a poupança doméstica, pondo em risco o ritmo de crescimento. Como afirma em conferência proferida em 1955:

Bom senso e lógica econômica se irmanam para nos aconselhar que atraíamos um afluxo máximo possível de capitais estrangeiros, por via de contrato se possível, por via de concessão se necessário, para a exploração petrolífera, libertando recursos nossos para inversões alhures em educação, estradas, saneamento, etc. (CAMPOS, 1963b, p.127)

III.3.4. A AGRICULTURA

Desde a Constituição de 1946 que se reconhecia um mecanismo de reforma agrária. As desapropriações eram, no entanto, condicionadas a uma indenização em dinheiro “prévia e justa”, de acordo com o artigo 141, o que inviabilizou na prática a realização da reforma, pois seria necessária uma alta soma de recursos em dinheiro público. O projeto de Lei do governo de Jango, redigido por Plínio de Arruda Sampaio, visava a revisão deste artigo tratando das indenizações em dinheiro vivo, propondo mecanismos de indenização por títulos da dívida pública. A proposta não representava, portanto, um caráter anticapitalista, sua implantação

inclusive favoreceria o mercado de títulos da dívida pública nas bolsas de valores. Em meio ao contexto de fortalecimento das Ligas Camponesas, de sua defesa de uma “Reforma Agrária na lei ou na marra!”, é aprovado em março de 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural, através da lei nº 4214, considerado um avanço pelas forças progressistas. Assim, verifica-se que este era um tema de maior importância, que era bastante debatido – e vivido politicamente – nas décadas de 1950 e 1960, como fica nítido no trecho de Guilherme Delgado:

A construção teórica e política da “questão agrária” no pensamento econômico posterior à Revolução de 30 ocorreu de maneira mais sistemática nos anos 60, com a própria emergência da Reforma Agrária ao debate político e a contribuição que em torno dela fizeram três centros de reflexão da intelectualidade à esquerda: o Partido Comunista Brasileiro; setores progressistas da Igreja católica e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Alguns economistas de fora desse espectro ideológico, como Delfim Netto e o próprio Roberto Campos, entrariam neste debate, certamente mais preocupados com o tema da industrialização. (DELGADO, 2001, p. 158)

Concordamos no geral com a análise de Delgado, de que a agricultura era uma preocupação subordinada à questão industrial para os autores analisados neste trabalho. Delfim Netto foi sem dúvida o autor que mais dedicou esforços acadêmicos a este tema, dentre os analisados nesta monografia. Ele escreveu diversas obras que tratam da agricultura e especificamente do café durante este período.

Além da produção de Delfim, podemos destacar as formulações de Roberto Campos, responsável pelo projeto do Estatuto da Terra enquanto Ministro do Planejamento do governo de Castello Branco. Antes de assumir essa tarefa institucionalmente havia empreendido, no entanto, pouco esforço no tema, em termos de publicações. Ricardo Bielschowsky comenta esta relação anterior a 1964, ressaltando esse fato:

no que diz respeito ao grande tema social do início dos anos 60, a reforma agrária, o que ocorreu foi uma omissão por parte de Campos, no período anterior a 1964. A menos que nos tenha escapado algum texto – não consultamos artigos de jornais não reproduzidos em revista e livros – o autor manteve silêncio sobre a questão (BIELCHOVSKY apud MELO, 2014, p. 182).

Encontramos durante nossa pesquisa, menções ao tema em um artigo publicado no Correio da Manhã ([1960] 1963a) e em uma palestra proferida na Conferência sobre Tensões de Desenvolvimento no Hemisfério Ocidental ([1962] 1963b), reproduzidos em livro. No artigo, Roberto Campos faz referência à necessidade de uma “revisão agrária”, temática “da maior relevância legislativa”. Na palestra, *Relações Estados Unidos – América Latina*, são representadas em linhas gerais suas visões acerca da questão: “A reforma agrária é considerada necessária [pelos grupos nacionalistas], porém vista como mero instrumento de

justiça social ou como compulsão puramente ideológica, sendo geralmente subavaliados os fatores de incremento da produtividade agrícola” (1963b, p.159).

A proposta de Estatuto da Terra formulada no âmbito do Ministério do Planejamento embasava-se na chamada “Carta de Punta Del Este”, da Aliança para o Progresso, e nas proposições de intelectuais do IPES-Rio de Janeiro (MELO, 2014, p.189). A visão de reforma agrária apresentada era, portanto, centralmente produtivista. As referências que aparecem no PAEG confirmam essa leitura de que o foco dessa proposição era um aumento da produtividade agrícola que aliviasse pressões inflacionárias e reduzisse os custos de reprodução da força de trabalho, sem propor alterações na estrutura agrária:

remediar a queda do produto derivado do declínio da produtividade do trabalho e do solo, segue-se que o tipo de reforma que o país deve realizar não pode apenas considerar a redistribuição em termos do imóvel rural (MPCE, 1965, p. 106).

Em sua tese de livre docência, *O problema do café no Brasil* (1959), Delfim Netto analisa o mercado cafeeiro, sua relação com diferentes tipos de intervenção estatal, com a concorrência e com a economia mundial. O economista inicia por um resgate histórico da questão do café no Brasil a partir de 1857, “ressaltando, principalmente, as relações existentes entre ela, o câmbio e a estabilidade monetária do país” (DELFIM, 1979 [1959], p.1). O mercado cafeeiro teria tido um momento sem intervenção estatal até o início do século XX, depois um momento de defesas episódicas, seguido por um com defesa permanente.

Neste livro, propõe também que o comportamento cíclico dos preços do café impactava a economia nacional. O modelo desenvolvido para o mercado cafeeiro tem como conclusão “que o mercado cafeeiro é inerentemente instável e que o livre funcionamento dos mecanismos de mercado deverá apresentar um preço que flutua amplamente” (DELFIM, 1979 [1959], p.158).

O mercado de café lidaria com preços flutuantes, sendo seu preço externo função principalmente da oferta e da procura e não da taxa cambial. Delfim desconstrói a visão, consolidada por Furtado em *Formação Econômica Brasileira*, de que foi a política de defesa de preços do café que viabilizou o desenvolvimento industrial, pois a manutenção de preços elevados internamente prejudicava a alocação de fatores ao manter altos contingentes de trabalhadores no setor agrícola, que deixavam de ser transferidos para o desenvolvimento da indústria nacional, diminuindo o nível de rendimento do país. Apenas na década de 1950, com o diferencial de taxas de câmbio de exportação e importação houve, segundo o autor, esse estímulo. Só que as políticas altistas de preço também fizeram crescer a concorrência, ameaçando nossa posição monopolista e fizeram com que nossa pauta exportadora dependesse quase unicamente de um só produto:

À medida, portanto, que se amplia o mercado interno, ficamos cada vez mais à mercê da sorte de um só produto para financiar as divisas necessárias para manter em funcionamento o nosso parque produtor e para a aquisição de bens de capital. O fenômeno é ainda mais grave quando – como ocorre no Brasil – a mística do desenvolvimento acaba por assumir um aspecto agressivo com relação aos capitais estrangeiros, o que tende a reduzir a corrente de capitais para o país. Todas as poupanças formadas no país e destinadas à inversão em bens de capital precipitam-se no mercado cambial e aumentam ainda mais a discrepância entre a taxa cambial de exportação e de importação, o que gera novas pressões altistas no mercado internacional do produto importado (DELFIN, 1979 [1959], p.234).

Assim, Delfim defende que entre a lógica de curto prazo de aumentar os preços para obter o máximo de dólares imediatamente e o pensamento de longo prazo, devemos preferir o último, garantindo uma receita máxima de divisas neste longo prazo.

Neste livro, Delfim também afirma que nosso desenvolvimento econômico se deu de maneira desequilibrada pois o acelerado ritmo de industrialização ocorreu através de transferência de força de trabalho do setor agrícola para o industrial, sem um aumento de produtividade do setor agrícola, que fornece alimentos e matérias-primas. Assim, o crescimento necessário da agricultura procedeu de maneira extensiva, avançando sobre terras até então inutilizadas. Ele defende, portanto, a mecanização como um instrumento de garantir o aumento de produtividade necessário:

Temos hoje acumulada uma soma de conhecimentos tecnológicos [...] que nos permite pelo menos triplicar a produtividade do parque cafeeiro em prazo relativamente curto. Os esforços desenvolvidos nesse sentido permitem que se pense, hoje, numa lavoura cafeeira altamente mecanizada, onde a pressão da procura da mão-de-obra só se apresenta na colheita.

Temos, assim, criada e já posta em execução, em vários pontos do Estado de São Paulo, uma lavoura que permite a liberação maciça de fatores de produção: de terras e de mão-de-obra para outras culturas e para alimentar o desenvolvimento industrial. (DELFIN, 1979 [1959], p.237)

A “questão agrária” é reduzida assim, na obra de Delfim assim como nas proposições do Ministério do Planejamento após 1964, a uma questão técnica, de aumento de produtividade através de mudanças tecnológicas. Delfim aponta uma saída que responde às necessidades da indústria sem alterações na estrutura fundiária, o que possibilitava uma pactuação com interesses das elites agrárias e gerava mercado consumidor para máquinas, fertilizantes e outros produtos da indústria química. Este aumento de produtividade no setor agrícola e aumento da oferta de bens primários também permitiria, segundo Delfim Netto, evitar um crescimento com pressões inflacionárias que, caso acontecessem, gerariam “situações de instabilidade social prejudiciais à sua realização [do desenvolvimento]” (DELFIN NETTO, 1966, p.50). O tratamento do setor agrícola serviria, portanto, para baixar

o preço dos alimentos – componente importante na inflação –, beneficiar a balança de pagamentos e conter o êxodo rural.

Vimos, ao longo deste tópico, que a resolução da questão de aumento de produtividade do setor agrícola é importante para os intelectuais orgânicos da grande burguesia devido às suas consequências para a indústria e para a inflação. Para os autores, a concentração da pauta exportadora em poucos produtos coloca “todo o desenvolvimento na dependência da expansão da procura externa e, conseqüentemente, coloca o desenvolvimento econômico de um país na dependência não de sua política econômica, mas na do país importador” (DELFIM NETTO, 1966, p.37), sendo necessária uma diversificação da pauta exportadora. A desigualdade e a não alteração de estruturas econômicas não eram, no entanto, encaradas por eles como um impeditivo à industrialização e ao desenvolvimento, que se daria superando os gargalos da economia com a atuação do Estado.

A produção agrícola era encarada justamente como um dos principais gargalos e deveria ser resolvida sem modificações na estrutura fundiária, através da modernização e mecanização que, em conjunto com a depreciação do poder de compra dos trabalhadores – e outros “sacrifícios à coletividade” –, seriam importantes para conter a inflação diante de altas taxas de investimento.

Assim, propôs-se uma modernização capitalista das relações no campo, que aceitava o latifúndio considerado produtivo e defendia políticas agrárias de crédito e assistência, rejeitando o uso de desapropriações. Havia, no entanto, diferenças entre os intelectuais analisados. Delfim se opôs ao Estatuto da Terra apresentado por Roberto Campos, tendo afirmado, por exemplo que ‘com o Estatuto, criaria chácaras na Amazônia’. Ao lado de setores latifundiários e de políticos, não foram capazes de impedir a aprovação do Estatuto no Congresso, mas atuaram para inviabilizar a regulamentação e implementação das partes que discordavam. Assim, mesmo durante o governo Castello Branco, o Estatuto da Terra foi apenas parcialmente aplicado e também modificado.

Representou, ainda assim, a resposta conservadora ao debate agrário dos anos 1960, que se baseou em formulações da Aliança para o Progresso e defendeu medidas de modernização capitalista que desconsideravam a reforma agrária com base na “justiça social” e contribuiu, ao lado de outras políticas, para uma industrialização da agricultura, formação dos complexos agroindustriais e para uma maior abertura deste setor para capitais estrangeiros.

III.4 CONCLUSÃO

Vimos, ao longo do capítulo, a importância de diferentes aparelhos privados de hegemonia e da formulação teórica de intelectuais que atuaram buscando dar coesão e sistematicidade à visão de mundo da burguesia multinacional e associada.

Verificamos nos autores abordados, portanto, uma constante preocupação com estabilidade monetária, tendo sido Simonsen o autor que mais dedicou estudos no período sobre este tema. Para eles, a inflação desordenada traria diversos ônus, impossibilitando a realização do necessário planejamento econômico. É constantemente reiterada a necessidade de um esforço de poupança para financiar os investimentos – uma influência da ortodoxia econômica – o que seria incompatível com a maximização do consumo e do bem-estar no curto prazo.

O debate sobre a distribuição de renda e a concepção de desenvolvimento dos autores conectam-se mutuamente e determinam as proposições acerca da política salarial necessária. Como haveria um baixo nível de poupança na economia brasileira, que gerava nos investidores um imediatismo e fazia com que estes optassem por inversões de curto prazo e retorno, o governo deveria se opor a esta tendência, comprimindo o consumo presente em benefício da acumulação de capital para investimentos e realizando ele mesmo investimentos de longa maturação que não interessassem à iniciativa privada. Esse sacrifício do consumo presente em nome do consumo futuro deveria prevalecer, segundo Campos, sobre motivos “éticos, sociais ou políticos” que se preocupem com a equidade social (1963a, p.16). Simonsen reforça esta ideia, enfatizando o problema de se decretar institucionalmente o salário urbano em níveis acima dos que seriam normalmente pagos pelo mercado.

O desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro preconizado pelos intelectuais aqui analisados seria, portanto, compatível com o controle da inflação, e o melhor possível em um país atrasado e com baixa poupança como o Brasil. Para eles, o primeiro passo seria a estabilização monetária e o controle dos salários, o que foi proposto pelo PAEG já no primeiro ano do governo Castelo Branco. Haviam, no entanto, algumas diferenças, que se expressaram ao longo dos anos na condução das políticas dos distintos governos militares.

CONCLUSÃO

A década de 1960 marcou uma inflexão essencial em nossa história. A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista se deu marcada pelo golpe militar, e pelo reforço do caráter autocrático de nossa burguesia.

A ação das classes dominantes ao longo dos anos que antecederam o golpe – resgatada a partir da brilhante contribuição de Dreifuss – demonstrou que este não foi uma mera *quartelada* ou a ação isolada do general Olympio Mourão Filho. Ela representou uma ação organizada de classe, que contou com um longo processo de disputa de hegemonia, a partir de uma campanha de desestabilização do regime democrático, e demonstram o avanço relativo do grau de desenvolvimento da sociedade política brasileira na época.

A base teórica gramsciana foi uma componente fundamental de nossos estudos. O conceito de bloco histórico nos permitiu relacionar o plano das superestruturas, onde mulheres e homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos, com as transformações ocorridas em nossa estrutura econômica, mostrando o necessário nexo dialético entre estrutura e superestrutura.

Os intelectuais possuem uma relação mediatizada com a esfera da produção, no entanto, a ideologia formulada era não um diletantismo de alguns poucos acadêmicos, mas um fato histórico real, necessário de ser entendido e de ter revelado seu caráter de dominação. Por isso se fez e faz tão fundamental seu resgate. Uma série de autores ocuparam o papel de intelectuais orgânicos da grande burguesia, exercendo uma função diretiva e organizativa e buscando dar unidade ideológica às classes dominantes. Eles criaram e atuaram em diversos aparelhos privados de hegemonia, que surgiram ao longo da década evidenciando uma elevação da socialização da política. Os autores aqui analisados publicaram tanto em livros e revistas mais propriamente acadêmicos quanto em revistas e jornais de grande circulação, exercendo papéis acadêmicos, empresariais e políticos, sendo responsáveis tanto pela criação quanto difusão da ideologia desenvolvimentista quanto pela gestão da superestrutura que deu homogeneidade e direção do bloco histórico à classe que representavam, ao “soldar” a estrutura e a superestrutura (PORTELLI, [1972] 2002, p.105).

As formulações de Roberto Campos, Delfim Netto e Mario Henrique Simonsen tinham especificidades, mas convergiam em diversos aspectos, como uma identificação do desenvolvimento como crescimento do rendimento per capita²³; a afirmação de uma necessidade, em algumas fases do processo de acumulação, de uma piora nos índices de

²³ Roberto Campos sintetiza bem esta visão ao afirmar categoricamente que “a melhoria da produtividade é, a rigor, a essência mesma do desenvolvimento econômico” (CAMPOS, 1963a, p.25).

distribuição de renda, que seriam superados em momentos mais avançados do progresso; e na defesa de uma abertura para capitais estrangeiros de modo a financiar o processo e ganhar eficiência. Eram, assim, contrários a políticas salariais mais generosas ou um imposto de renda mais progressivo. Alguns desses autores se debruçaram sobre a questão do campo – sob um a perspectiva subordinada à da industrialização e do urbano –, pois viam neste setor um gargalo ao crescimento urbano e industrial balanceados. O aumento da produtividade agrícola deveria se dar, portanto, sem a necessidade de alterações na estrutura fundiária, o que fazia com que não se entrasse em conflito direto com as burguesias agrário-exportadoras, logicamente contrárias à reforma agrária.

O instrumental marxiano nos foi útil para entender como essa ideologia representava os interesses das classes dominantes, mesmo sob o discurso que colocava a economia e o planejamento como uma ciência neutra, que colocava o desenvolvimento capitalista como um desenvolvimento em geral, abstrato, sem caracterizá-lo como tal. Ao não caracterizar o desenvolvimento enquanto desenvolvimento capitalista tendeu-se a reforçar a ideologia da classe dominante, colocando como interesse da sociedade como um todo interesses próprios da burguesia, e cooptando para si parcela da classe trabalhadora. Esforço no mesmo sentido se deu através da apropriação de termos típicos da esquerda – tanto reformista quanto revolucionária – tais quais o *planejamento*, o *nacionalismo* e a própria categoria de *revolução*, que foi apropriada pelo movimento golpista de 1964.

Este trabalho, um primeiro contato sistematizado com o tema, não pretendeu fornecer contribuições originais à ciência econômica. Pretendeu-se, antes de tudo, uma retomada e um diálogo com importantes obras de história do pensamento econômico e história econômica, e uma tentativa de contar nossa e compreender nossa história a partir não de uma perspectiva desenvolvimentista, mas marxista. Trata-se de um passo inicial que pretende ser desenvolvido em trabalhos futuros, devido às suas sabidas lacunas. Foi, no entanto, um importante passo inicial, cujo principal impacto foi a possibilidade de visualizar como os escritos dos economistas que desempenharam o papel de intelectuais orgânicos da grande burguesia conectaram-se com sua atuação governamental após o golpe civil-militar, e como a resolução das controvérsias da ciência econômica transcendem seus limites. Estas controvérsias, longe de se manterem encasteladas na Academia, relacionam-se com os projetos em disputa e com a vivência das classes em luta, sendo muitas vezes resolvidas de maneira trágica, o que aconteceu com o golpe de 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORTONE, Elaine A. 2015. *Estado, Aparelho Privado de Hegemonia e Empresariado: o caso do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes)*. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente. Niterói, agosto de 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc34/Tc341.pdf>. Acessado em 08/01/2016
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Economia, Planejamento e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1963a.
- _____. *Ensaio de História econômica e sociologia*. Rio de Janeiro: APEC, 1963b.
- _____. *A Moeda, o Governo e o Tempo*. Rio de Janeiro: APEC, 1964.
- _____. *Mário Simonsen, um matemático humanista*. Revista Brasileira de Economia, v. 52, p. 9-14, 1998.
- CASTELO, Rodrigo. *O Social-Liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI*. Tese (Doutorado) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- _____. *Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro*. In: MALTA, Maria (coord.). Rio de Janeiro: Ipea/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p.291-328.
- COMISSÃO DA VERDADE DO RIO. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: fontes do pensamento político*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- _____. *O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas*. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, [Fiocruz](http://www.fiocruz.br), 2006. p.173-200. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_5.pdf. Acessado em: 18/01/2016.
- DELGADO, Guilherme C. *Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão- agrária*. Estud. av. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 157-172. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>. Acessado em: 18 de dezembro 2015.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 2.

_____. *Cadernos do Cárcere. Volume 1. Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. COUTINHO, Carlos Nelson. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GANEM, Angela. *A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos*. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 19-38, jul. 2000. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2142/1120>. Acessado em 07/01/2016

_____. *Reflexões sobre a História Do Pensamento Econômico Brasileiro*. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, v. 29, n. 56, p. 131-152, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomico/article/view/17065>. Acessado em 08/01/2016

GODOI, Bruno B. C. *A influência de Roberto Campos na Economia Brasileira (1945-2001)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, Victor Leandro C. e LENA JÚNIOR, Helio de. *Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais: entendendo o modus operandi do regime civil-militar no Brasil (1964-1985)*. In: MALTA, Maria (coord.). Rio de Janeiro: Ipea/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p. 123-161.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

IANNI, Octavio. *O ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

IASI, Mauro. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MALTA, Maria. *A controvérsia da distribuição de renda no Brasil: a ampliação do debate teórico sob a conjuntura política dos anos 1970*. In: ____ (coord.). Rio de Janeiro: Ipea/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p. 155-179.

MALTA et al. *A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão*. In: MALTA, Maria (coord.). Rio de Janeiro: Ipea/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p. 23-52.

MARINELI, Felipe. *O desenvolvimentismo de Antonio Delfim Netto: para além dos estigmas da “teoria do bolo”*. Revista Contemporânea – Dossiê 1964-2014: 50 Anos Depois, A Cultura Autoritária Em Questão, ano 4, n.5. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/dossie-1964-2014-50-anos-depois-cultura-autoritaria-em-questao>. Acessado em: 18/01/2016.

MARINI, Ruy Mauro. *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo*. Foro Internacional, El Colegio de México, v. 5, n. 4, pp. 511-546, abril-junho 1965. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/031_conflictos_brasil.html. Acessado em 18/01/2016.

_____. *La crisis del desarrollismo*. Fonte: Arquivo de Ruy Mauro Marini, com a anotação "(1994)". Disponível em: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/maurinirm/02tex_teo/maurini_texteo00010.pdf. Acessado em 18/01/2016.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1846] (2009). *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular.

MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito de 6 de janeiro de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MELO, Wanderson Fabio. *Roberto Campos em defesa do Estatuto da Terra: disputas no encaminhamento da questão agrária na ditadura*. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 180-200 - jan./jun. 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina e FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente: 1964-1992*. 4ª edição. São Paulo: Ártica, 1996.

MPCE. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de Ação Econômica do Governo: 1964 – 1965*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPEA, 1965.

NETTO, Antonio Delfim. *Planejamento para o desenvolvimento econômico*. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [1959] 1979.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1972] 2002.

SALVAGNI, Gisele. *Mario Henrique Simonsen e o desenvolvimentismo brasileiro*. Monografia (Graduação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SIMONSEN, Mario Henrique. *Salários, Dualismo e Desemprego Estrutural*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.17, n.4, p.27-75, 1963. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1802/2739>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

_____. *A Experiência Inflacionária no Brasil*. Rio de Janeiro: IPES/GB, 1964.

TROTSKY, Leon. *La politica de Roosevelt en America Latina*. 1938. Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/La-politica-de-Roosevelt-en-America-Latina-1>. Acessado em: 07/01/2016